

MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA SOCIOTERRITORIAIS PRETÉRITOS E CONTEMPORÂNEOS: AMÉRICA DO NORTE, AMÉRICA DO SUL E ÁFRICA

*PAST AND CONTEMPORARY SOCIO-TERRITORIAL RESISTANCE
MOVEMENTS: NORTH AMERICA, SOUTH AMERICA AND AFRICA*

Beatriz Maria Soares PONTES¹

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo resgatar e explicar, dentro da perspectiva geográfica, os movimentos de resistência socioterritoriais. A reflexão tem início com a pesquisa que norteou, nos últimos anos, a busca no âmbito da Geografia, por novos suportes epistemológicos que garantissem a explicação dos movimentos sociais realizados e estabelecidos nos territórios, após uma grande luta para a manutenção desses territórios, sobretudo, à luz da justiça social. Devemos ressaltar que ao longo dos movimentos aqui discutidos, pudemos observar que a resistência social, muitas vezes, lutou pelo seu território, todavia, não conseguindo nele estabelecer-se. Outras vezes, os atores sociais lutaram e lograram permanecer no território, por algum tempo. Em outros processos históricos, resistiram, com muito ardor e presenciaram a diminuição do seu território ou, como no caso dos africanos, lutaram, com vigor, contra os colonizadores, perdendo por um longo período o seu território, para posteriormente reavê-lo quando do advento das independências dos Estados Nacionais Africanos, ora por via pacífica, ora mediante guerras e conflitos de grande magnitude. Assim sendo, percorreremos inicialmente, na América do Norte, a luta dos índios norte-americanos, das pradarias centrais contra os colonizadores e o governo dos EUA. Em seguida, focalizaremos o movimento Zapatista, com suas peculiaridades e especificidades, além da sua capacidade de organização do território. Na sequência, averiguaremos os movimentos de resistência brasileiros, colombiano e boliviano, para, finalmente, auscultarmos os movimentos de resistência africanos contra os colonizadores europeus, as suas lutas, as suas perdas e, posteriormente, a reconquista, em parte, dos seus territórios, anteriormente perdidos.

Palavras-chave: Movimentos Socioterritoriais; Lutas de Resistência; Território; Desterritorialização; Reterritorialização.

ABSTRACT

The present study aims to rescue and explain, inside the geographical perspective, the movements of Socio-Territorial resistance. The reflection begins with the research which has guided, in recent years, the search, in the context of geography, for new epistemological supports to ensure the explanation of the social movements held and established in the territories, after a great struggle for the maintenance of these territories, especially, in the light of social justice. We should point out that over the movements discussed here, we have observed that the social resistance, a lot of times, struggled for its territory, however, not getting to settle itself in it. Other times, the social actors struggled and succeed to remain in the territory, for some time. In other historical processes, it resisted, with great ardor and witnessed the decline in its territory or, as in the case of the Africans, struggled, vigorously, against the settlers, losing, over a long period of time, its territory, to subsequently get it back when the advent of the

¹ Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: beatrizmariasoaes@ig.com.br.

independences of the National African States, in one hand through a peaceful way, and on the other hand by war and conflicts of great magnitude. Thus, we will initially go over, in North America, the struggle of North American natives, of the central prairies against the settlers and the U.S. Government. Then we focused on the Zapatista movement, with its peculiarities and specificities, as well as its capacity in organizing the territory. In sequence, we investigated the brazilian, colombian and bolivian resistance movements, to finally auscultate the African resistance movements against the European settlers, their struggles, their losses and, subsequently, the reconquest, in part, of its territories, previously lost.

Keywords: Socio-Territorial Movements; Struggles of Resistance; Territory; Deterritorialization; Reterritorialization.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo resgatar e explicar, dentro da perspectiva geográfica, os movimentos de resistência socioterritoriais. A reflexão tem início com a pesquisa que norteou, nos últimos anos, a busca no âmbito da Geografia, por novos suportes epistemológicos que garantissem a explicação dos movimentos sociais realizados e estabelecidos nos territórios, após uma grande luta para a manutenção desses territórios, sobretudo, à luz da justiça social.

Devemos ressaltar que ao longo dos movimentos aqui discutidos, pudemos observar que a resistência social, muitas vezes, lutou pelo seu território, todavia, não conseguindo nele estabelecer-se. Outras vezes, os atores sociais lutaram e lograram permanecer no território, por algum tempo. Em outros processos históricos, resistiram, com muito ardor e presenciaram a diminuição do seu território ou, como no caso dos africanos, lutaram, com vigor, contra os colonizadores, perdendo por um longo período o seu território para, posteriormente, reavê-lo quando do advento das independências dos Estados Nacionais Africanos, ora por via pacífica, ora mediante guerras e conflitos de grande magnitude.

Assim sendo, percorreremos inicialmente, na América do Norte, a luta dos índios norte-americanos, das pradarias centrais contra os colonizadores e o governo dos EUA. Em seguida, focalizaremos o movimento Zapatista, com suas peculiaridades e especificidades, além da sua capacidade de organização do território. Na sequência, averiguaremos os movimentos de resistência brasileiros, colombiano e boliviano para, finalmente, auscultarmos os movimentos de resistência africanos contra os colonizadores europeus, as suas lutas, as suas perdas e, posteriormente, a reconquista, em parte, dos seus territórios, anteriormente perdidos.

2. A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS

Em sua totalidade os movimentos são compreendidos como agentes criadores e re-criadores de espaços e territórios. O movimento socioterritorial é um sujeito coletivo ou grupo social que se mobiliza para desenvolver uma determinada ação em defesa dos seus interesses, sobretudo, aqueles relativos ao território.

Deste modo, o estudo do fenômeno social, realizado sob um olhar geográfico, torna-se o estudo do fenômeno socioespacial e/ou socioterritorial (FERNANDES, 2005).

Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades social, opressão e exclusão, ocorrerão lutas e movimentos e, por conseguinte, deverão ser geradas teorias para melhor elucidá-los, sendo esta a nossa maior tarefa (GONH, 1997).

A diferença que justifica a construção do conceito de movimento socioterritorial, parte da necessidade da geografia de realizar uma análise que vá além da leitura da relação sujeito-sujeito para sujeito/território.

Assim sendo, de acordo com Pedon (2009) e Santos (2008) a ideia de uma abordagem geográfica e de um tratamento *geográfico* do objeto poderá evidenciar formulações conceituais que deem conta do todo e das partes como objetivo estrutural da geografia.

A compreensão do território como espaço unidimensional trata-o como um setor, chamando-o equivocadamente de território. Essa é uma prática muito comum na implantação dos denominados projetos de “desenvolvimento territorial” (FERNANDES, 2005, p. 28).

Portanto, é relevante reforçar que o espaço como fragmento ou fração é uma representação, construída a partir de uma determinação interagida pela receptividade, constituída por uma relação social. Essa representação exige uma intencionalidade, isto é, uma forma de compreensão unidimensional do espaço, reduzindo suas qualidades. Desse modo, apresentam o espaço político somente como político, o espaço econômico somente como econômico e o espaço cultural somente como cultural. Essa compreensão se efetiva, ainda que os espaços políticos, econômicos e culturais sejam multidimensionais e complementivos do espaço geográfico (FERNANDES, 2005, p. 27).

Para evitar equívocos na compreensão do conceito de movimentos socioterritoriais é preciso esclarecer que o espaço social, ou seja, a dimensão social está contida no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais (SANTOS, 2008), que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais, como por exemplo: políticos, culturais, econômicos e ciberespaços (FERNANDES, 2005, p. 26).

O espaço é parte da realidade, portanto, multidimensional. Para uma eficaz análise conceitual é necessário definir o espaço como composicionalidade, ou seja, só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem. Essa simultaneidade em movimento manifesta as propriedades do espaço em ser produto e produção, movimento e fixidez, processo e resultado, lugar de onde se parte e aonde se chega. Assim, o espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza, bem como pelas dimensões sociais produzidas pelas relações entre as pessoas, como cultura, política e a economia (FERNANDES, 2005, p. 26).

Um movimento socioterritorial é aquele que tem o território como trunfo, como motivo de sua existência, em que todas as suas ações têm como finalidade a conquista de um território que pode ser uma casa ou um lote de assentamento. Temos os movimentos socioterritoriais urbanos que têm como objetivo a conquista da moradia e os movimentos socioterritoriais camponeses que lutam por acesso à terra.

No que tange aos movimentos socioterritoriais rurais, a luta pela terra é condição de acesso ao espaço da produção dos meios de existência e a luta na terra como forma mais ampla de manutenção ou melhoramento dessas condições (PEDON, 2009, p. 190).

Segundo Pedon (2009), se destacam as “ações intencionais” projetadas no espaço e a sua transformação em território, revelando o conflito como consequência deste processo, que se materializa nas ocupações de terras e nas manifestações.

Por outro lado, o território do movimento socioterritorial pode ser tanto material quanto imaterial, não havendo possibilidade de se verificar o território material sem o território imaterial, portanto, o território imaterial pode existir sem um território material. Todavia, para que o território material exista é condição inevitável a existência de um território imaterial como, por exemplo, as ideologias (FERNANDES, 2009; CUBAS, 2009).

Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, estes também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam, resgatando consigo, suas identidades territoriais e territorialidades (FERNANDES, 2009).

A produção do espaço acontece por intermédio das relações sociais, no movimento da vida, da natureza e da artificialidade, principalmente no processo de construção do conhecimento. Portanto, as relações sociais são predominantemente produtoras de espaços fragmentados, divididos, unos, singulares, dicotomizados, fracionados, portanto, também conflitivos (FERNANDES, 2005).

É importante ressaltar que o espaço como fragmento ou fração é uma representação, construída a partir de uma determinação interagida pela receptividade, constituída por uma relação social.

Assim, o território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém. O território é uma fração do espaço geográfico e/ou de outros espaços materiais ou imateriais. Todavia, o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, possuindo as qualidades *composicionais* e *completivas* dos espaços. Como consequência, o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. A partir dessa compreensão, o território mesmo sendo uma fração do espaço também é multidimensional. Essas qualidades dos espaços evidenciam nas partes as mesmas características da totalidade.

A contradição, a solidariedade e a conflitividade são relações explicitadas quando compreendemos o território em sua multidimensionalidade.

Assim, o território é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência. As relações sociais, por sua diversidade, criam vários tipos de territórios, que são contínuos em áreas extensas e ou são descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e dimensões. Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento e conhecimento (FERNANDES, 2005).

Os movimentos das propriedades dos territórios são: expansão, fluxo, refluxo, multidimensionalidade, criação e destruição. A expansão e/ou a criação de territórios são ações concretas representadas pela territorialização. O refluxo e a destruição são ações concretas representadas pela desterritorialização.

Enquanto a territorialização é resultado da expansão do território, contínuo ou interrupto, a territorialidade é a manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas.

Existem dois tipos de territorialidade, a local e a deslocada, que podem acontecer simultaneamente. (FERNANDES, 2005).

2.1 Os Movimentos Socioterritoriais

As primeiras reflexões a respeito do conceito de movimentos socioterritoriais datam da segunda metade da década de 1990.

A produção ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades. Os espaços políticos são reproduzidos pelo movimento da ação, constituindo a espacialização (FERNANDES, 2005).

Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais, constituindo uma pluriterritorialidade.

A criação ou conquista de um território poderá ocorrer com a desterritorialização e com a reterritorialização. Os territórios se movimentam também pela conflitualidade. O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência, carregando em si sua identidade, que expressa sua territorialidade.

Portanto, a partir do momento que nos propomos a realizar uma análise geográfica dos movimentos sociais, além da preocupação com as formas, ações e relações, é fundamental compreendermos os territórios produzidos ou construídos por tais movimentos. Portanto, vários movimentos são, sobretudo, socioterritoriais.

Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais formam-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização.

Existem movimentos socioterritoriais no campo, na cidade e na floresta.

Assim, o movimento social e o movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com o objetivo de transformação da realidade.

O espaço, o território, o lugar, as relações sociais, as escalas das ações nos ajudam a compreender os tipos de movimentos socioterritoriais e seus processos geográficos (isolados, territorializados ou especializados).

Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais, porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e, assim, produzem seus próprios territórios. Elemento fundamental do território geográfico é a materialização da existência humana.

Consideramos esses movimentos como isolados não por estarem sem contato com outras instituições, mas sim, por atuarem num espaço geográfico restrito.

Os movimentos (socioterritoriais) territorializados são aqueles que atuam em diversas macrorregiões e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização. Todos os movimentos territorializados começam como

movimentos isolados. Estes ao se territorializarem e romperem com a escala local, se organizam em redes e ampliam suas ações e dimensionam seus espaços.

Os espaços produzidos pelos movimentos socioterritoriais são diversos e são constituídos de acordo com as suas ações. Esses movimentos fazem-se nos espaços de socialização política e espaços de socialização propositiva, onde geram as práticas políticas de seu desenvolvimento.

O conflito é fato presente nas ações dos movimentos socioterritoriais e são promotores de desenvolvimento e refluxo das políticas das instituições. A exclusão, a negociação e a ressocialização são condições que se realizam e se superam por meio das ações dos movimentos na construção de espaços e conquista de territórios (FERNANDES, 2005).

AMÉRICA DO NORTE

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

3. A SAGA DOS ÍNDIOS NORTE-AMERICANOS

Para o estudo dos movimentos de resistência socioterritoriais em que foram protagonistas diferentes tribos norte-americanas, os colonizadores e o governo norte-americano, no seu processo de avanço sobre as planícies centrais dos EUA, deveremos, em primeira instância, caracterizar, sucintamente os territórios onde esses movimentos se realizaram.

As Grandes Planícies norte-americanas englobam uma larga faixa de pradarias que se estendem à leste das Montanhas Rochosas. As aludidas planícies ocupam a totalidade ou regiões dos estados do Novo México, Texas, Oklahoma, Colorado, Kansas, Nebraska, Wyoming, Montana, Dakota do Sul e Dakota do Norte.

A área das Grandes Planícies constituiu o habitat natural das manadas de bisontes-americanos até estas serem dizimadas, na segunda metade do século XIX.

Presentemente, essas pradarias apresentam o seu ecossistema natural bastante devastado, em virtude da expansão urbana, bem como dos cultivos de soja, milho e outros grãos, que tendo em vista o clima, alí encontraram grandes possibilidades de desenvolvimento.

O rio Missouri é o maior curso d'água das Grandes Planícies, existindo outros rios de significativa extensão, que são os seus afluentes. Por outro lado, pela existência de diferentes habitats e microclimas, diversos tipos de plantas e animais nelas residem.

No âmbito dessas grandes planícies, registramos a presença de uma região montanhosa isolada, constituindo os Black Hills.

Essa região é considerada sagrada pelos nativos americanos das Grandes Planícies, sendo, por eles descrita como uma "ilha de árvores em um mar de grama". Nesta área, encontra-se, ainda, o monte Rushmore, no qual, entre 1927 e 1941, o escultor Gutzon Broglum e seus ajudantes esculpiram os bustos de quatro presidentes americanos: George Washington, Thomas Jefferson, Theodore Roosevelt e Abraham Lincoln.

3.1 Os Movimentos de Resistência Indígenas, nos EUA

O extermínio dos povos indígenas dos Estados Unidos, durante o século XIX, que resultou no massacre e na destruição irreversível de várias culturas, sob o manto de uma "Guerra Indígena", teve características próprias.

A supressão dos índios norte-americanos tornou-se política oficial do governo americano, o qual declarou guerra às tribos indígenas sob qualquer pretexto, mesmo quando a origem dos conflitos devia-se a agentes externos e, não aos nativos.

Assim, os apaches foram destruídos pela ação do exército americano após a entrada de mineiros e bandidos do que era considerado legalmente território dos apaches. A eliminação dos índios também foi defendida por dificultarem o trabalho dos empreiteiros e empresários de ferrovias que construíam e cortavam as terras dos nativos com a nova malha viária ou como forma de liberar os solos das planícies, com a destruição das culturas de subsistência dos índios, visando ceder esse território para as lavouras comerciais, que passaram a estar em contato com os mercados consumidores, através do novo sistema ferroviário.

Os indígenas foram paulatinamente transferidos, pelo governo americano, para territórios cada vez mais áridos, inférteis, isolados e reduzidos. O antigo "Território Indígena", que cobria a superfície de 4 estados da União, acabou sendo abolido e trocado por pequenas e esparsas reservas indígenas.

Com o término das "Guerras Indígenas", restaram apenas 2 milhões de nativos, dos 25 milhões que, precedentemente, habitavam as Grandes Planícies.

A exclusão e o extermínio dos nativos norte-americanos contou com o apoio declarado dos setores que vislumbravam a possibilidade de lucros resgatados a partir de áreas integradas ao sistema de comércio, facultando dividendos a banqueiros, fazendeiros, industriais das ferrovias, além da aquisição de implementos agrícolas.

À exceção da carta do chefe Seattle (1854), encaminhada ao presidente dos EUA, após o Governo norte-americano ter proposto àqueles índios a compra do território ocupado pelos referidos, a maior parte das terras indígenas apropriadas indevidamente pelos colonizadores

não foram alvos de ofertas monetárias, mas, na verdade, constituíram-se em trocas compulsórias de terras vastas e férteis por pequenas reservas estéreis, pedregosas e áridas.

À época desses movimentos de resistência socioterritoriais vivenciados pelos nativos norte-americanos contra os ocupantes colonizadores, não havia a possibilidade de assimilação e mestiçagem. Na realidade, a proposta era das populações brancas não se misturarem às indígenas, porque se ocorresse tal fato, estariam miscigenados com os nativos, fato impensável para os brancos colonizadores.

No auge dos conflitos que envolveram os nativos e os colonizadores que ocuparam as Grandes Planícies, consideradas os territórios dos índios norte-americanos, foram levadas a termo providências altamente questionáveis, do ponto de vista humano. Assim, a varíola foi disseminada, por meio da contaminação de roupas e lençóis, que eram distribuídos entre as comunidades indígenas, no decurso dos conflitos ocorrentes entre os índios e os colonizadores tutelados pelo governo norte-americano.

Como consequência resultante do movimento de resistência socioterritorial realizado pelos índios, visando a manutenção das suas terras contra a invasão colonizadora que dominou as Grandes Planícies, a sobrevivência dos nativos resultou, apenas, no confinamento dos mesmos em reservas cada vez menores e, impróprias ao seu modo de vida, pois, os que continuavam a resistir eram, sumariamente, eliminados.

Por outro lado, os Cheyenne, em virtude das marchas da morte que realizaram por imposição do governo americano, como, por exemplo, a “Trilha das Lágrimas”, enfrentaram outro processo de eliminação. Em novembro de 1864, ocorreu o Massacre do Riacho de Areia, onde foram mortos mais de cem Cheyenne que estavam sob os cuidados do grande chefe Chaleira Preta. Esse violento ato de eliminação dos nativos, bem como as mutilações das quais foram alvos os indígenas, fizeram com que os Cheyenne não tivessem outra alternativa senão entrar em constantes conflitos de resistência contra os soldados e colonos ianques, causando quase a extinção desta tribo.

Em 1874, o ouro foi descoberto nas Terras Sagradas dos Sioux e Cheyenne, em Black Hills. Assim, em poucos dias, milhares de garimpeiros invadiram as terras indígenas. Os conflitos de resistência entre os índios e os garimpeiros foram sangrentos e, para garantir a extração do ouro, o governo norte-americano resolveu expulsar os Sioux de suas terras e levá-los para as reservas. Touro Sentado, o chefe dos Sioux, recusou-se a ir e o exército ianque foi mobilizado para remover esse chefe e o seu povo, da região.

Ameaçado pelo exército dos Estados Unidos e cansado das invasões dos homens brancos às suas Terras Sagradas, em Black Hills, Touro Sentado e Cavalo Louco, convocaram os guerreiros Sioux, Cheyenne, Arapaho, Hunkpapas, Sans Arc, Pés Pretos, Miniconjou, Brule,

Oglala, Kettles e Arikara para seu acampamento no vale de Little Bighorn, para lutarem juntos e defenderem as suas terras e famílias, contra a expedição de Custer.

Cavalo Louco, nascido em 1842, em 1866, havia participado do massacre do Capitão William J. Fetterman e sua tropa de 80 homens perto de Fort Kearny (hoje no Nebraska e na altura do território de Wyoming) e que foi considerada a pior derrota que o exército norte-americano sofreu nas mãos dos índios naqueles tempos.

A morte de Custer, nove dias antes da celebração do primeiro centenário do nascimento dos Estados Unidos da América, mobilizou a opinião pública norte-americana, os jornais e os membros do Congresso para alavancarem o extermínio indígena. Um exército que compreendia dez soldados para cada combatente indígena foi enviado para o território que compreende o que, hoje, são os estados da Dakota do Sul e do Norte, Montana e Wyoming, retirando os indígenas destas terras.

Em 1890, aconteceu o massacre de Wounded Knee, realizado pela Sétima Cavalaria, que barbaramente assassinou 250 indígenas, na sua maior parte mulheres e crianças.

Em 1830, o presidente Andrew Jackson determinou a remoção de várias tribos, Cherokee, Chickasaw, Choctaw, Creek e Seminole, entre os anos de 1831 e 1838, das mais ricas terras do sudeste americano, para míseras reservas a milhares de quilômetros de onde moravam, tendo que cumprir o trajeto – sob pressão dos militares americanos – a pé. Em média, 1/3 da população morreu apenas para conseguir fazer a travessia épica. Por isso, esse acontecimento passou para a história como a “Trilha das Lágrimas”, conforme já observado, anteriormente.

O estado da Geórgia desejava obter o direito de dispor das terras indígenas demarcadas por tratados dos tempos coloniais para poder entregá-las à especulação de terras. No desejo de fazê-lo o mais rápido possível, enviou corretores e agiotas para as terras indígenas para fazerem demarcações e loteamentos antes mesmo que os índios fossem obrigados a abandonar o local.

De 1871 a 1934, um modelo de atribuição de terras aos índios foi implementado pelo governo federal norte-americano. Foi vivida uma política de assimilação forçada (allotment period and forced assimilation). Crianças indígenas eram punidas nas escolas por usarem trajes típicos, por praticarem cerimônias tribais e pelo uso da língua nativa.

Assim, tratados eram assinados, mas jamais foram honrados. Negava-se cidadania e *estatus* político autônomo aos índios, sob retórica protecionista.

Enfim, apesar das lutas dos índios norte-americanos para salvaguardarem as suas terras contra os colonizadores e o governo dos EUA, acabaram, infelizmente, reduzidos a grupos domésticos e dependentes (HAMIL, 1976; GRANT, 2002; BONNIFIELD, 1978; WISHART, 2004; FAIRCHILD E KLETE, 1993; STEGNER, 1966).

MÉXICO

4. O MOVIMENTO ZAPATISTA

Há pouco mais de trinta anos, um grupo de seis militantes de esquerda, sendo três indígenas, embrenharam-se nas selvas do estado de Chiapas, um dos mais ricos e desiguais do México, com um único objetivo: constituir um foco de resistência aos avanços das políticas que atentavam contra o bem-estar da população mexicana e promoviam a privatização e a concentração das propriedades rurais (ADDOR, 2014).

Graças à convivência de aprendizado mútuo com as comunidades indígenas descendentes dos povos maias, começou a consolidar-se uma nova luta, que misturou a formação socialista daqueles militantes com a cultura indígena, baseada na organização comunitária, nas decisões coletivas e na luta pela autonomia.

Não menos importante, desenvolveu-se uma sólida formação militar, que tinha como estratégia o conhecimento do território da *Selva Lacandona*.

No dia em que Estados Unidos, Canadá e México assinaram o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), estabelecendo definitivamente a economia mexicana como apêndice da maior economia mundial, os indígenas de Chiapas tornaram pública a luta do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Naquele 1º de janeiro de 1994, os zapatistas ocuparam cidades da região com o intuito de anunciar sua luta, expulsando latifundiários instalados em suas antigas terras. Uma das principais bandeiras foi a recuperação das terras comunitárias, “*el ejido*”.

A referência a Emiliano Zapata, líder guerrilheiro da Revolução Mexicana, do início do século XX (1910-1920), fez-se pela perspectiva rural de sua luta e em prol da autonomia. Os indígenas liderados por Zapata lutavam contra a concentração fundiária e queriam retomar os *ejidos* como política agrícola. Embora, as frentes populares de base não tenham conseguido efetivamente tomar o poder, a força das revoltas e a forte instabilidade política cravaram as demandas na Constituição de 1917. A demanda pelo restabelecimento do sistema de terras comunitárias só foi atendida, no entanto, por Lázaro Cárdenas (1934-1940), que ampliou de 6,3% para 22,5% a participação *ejidal* nas terras agrícolas (ADDOR, 2014).

Recentemente, o presidente Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), com uma clara agenda neoliberal, atacou mais duramente as propriedades comunitárias. Sob o manto da promoção de uma “reforma agrária” que impulsionaria a produção agrícola, Salinas aprovou, em

1991, uma mudança das leis agrárias, que passaram a permitir a venda dos *ejidos*, o que levou a um aprofundamento da concentração fundiária.

Tendo em vista tais ocorrências, o processo inicial de lançamento do movimento inaugurou uma de suas características principais: o intenso diálogo com as comunidades indígenas que compunham sua base. A coordenação do movimento consultou cerca de quinhentas comunidades indígenas, que optaram pelo conflito armado. Capitaneado por seu Comité Clandestino Revolucionario Indígena – Comandancia General (CCRI-CG), o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) estabeleceu uma revolta de resistência às políticas neoliberais, retomando terras e ocupando sete capitais municipais de Chiapas. O movimento fez sua primeira “*Declaración de la Selva Lacandona*”, na qual traçou seu histórico de formação, exaltou que sua luta vinha de “*abajo y a la izquierda*”, apresentou sua insígnia de luta “*democracia, libertad y justicia*” e conclamou todo o povo mexicano a integrar-se à luta.

O conflito armado foi intenso, mas não longo. As forças oficiais eram muito mais fortes que as rebeldes. Entretanto, a capacidade destas de utilizar o território a seu favor permitiu uma sólida resistência. A população mexicana mobilizou-se contra o conflito armado e as partes negociaram um cessar-fogo um mês depois do início dos enfrentamentos. Nesse momento, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) decidiu, após consulta às suas bases e, fundamentado na percepção da vontade da maioria do povo mexicano, manter o cessar-fogo ofensivo indefinidamente (mantendo seu poderio militar apenas para ações defensivas) e, começou a empreender uma luta não militar, com as mesmas bandeiras, mas com outro método.

Desde então, o movimento vive em constante luta, com maior ou menor tensão com o Estado mexicano, de acordo com o governo em questão. Houve uma tentativa de resolução dos conflitos por meio dos “*Acuerdos de San Andrés*”, em 1996. Entretanto, o não cumprimento do acordo pelo governo fez com que o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) buscasse encaminhar as demandas de forma autônoma. Embora, nesse período, não tenha havido ataques militares governamentais explícitos às comunidades zapatistas, são relatados vários casos de conflitos com grupos paramilitares, alguns apoiados pelo governo. Além disso, o Estado buscou enfraquecer a luta com tentativas de cooptação de comunidades e com simulações de acordos com comunidades pretensamente zapatistas. É o que os indígenas chamaram de “*guerra de baja intensidad*”.

Como resposta a essa realidade, esporadicamente o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) passou a realizar grandes marchas e atos, tendo como objetivo principal mostrar à população mexicana que sua luta segue em frente. Podemos destacar: “*Marcha de la Dignidad Indígena*”, em 2001, retratada no documentário “*Marcos, aquí estamos*”; “*La Otra Campaña*”, iniciada no contexto eleitoral de 2006, que se tornou um movimento pela

transformação do sistema político e a “*Marcha del Silencio*”, em dezembro de 2012, quando cerca de 40 mil zapatistas encapuzados atravessaram, silenciosamente, cinco cidades de Chiapas (ADDOR, 2014).

Na sexta e última de suas “*Declaraciones de la Selva Lacandona*”, de 2005, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) reforçou o caminho da luta política com iniciativas pacíficas e destacou o objetivo de “defender, apoiar e acatar as comunidades indígenas zapatistas que integram e são seu comando supremo e, sem interferir em seus processos democráticos internos e dentro de suas possibilidades, contribuir para o fortalecimento de sua autonomia, bom governo e melhorias nas suas condições de vida”.

O abandono dos “*Acuerdos de San Andrés*”, que previam o direito à livre determinação dos povos indígenas e sua autogestão política comunitária, fez os zapatistas buscarem sua autodeterminação unilateralmente. As comunidades começaram a articular-se em Municipios Autónomos Rebeldes Zapatistas (Marez), organizados em instâncias maiores, denominadas inicialmente “*Aguascalientes*”, em referência ao estado onde, em 1914, foi realizada a Convenção Revolucionária que reuniu as forças progressistas da Revolução Mexicana.

A partir de agosto de 2003, essa articulação de comunidades indígenas zapatistas passou a chamar-se Caracol, coordenada por representantes de cada município na “*Junta de Buen Gobierno*”. Atualmente, os zapatistas são centenas de comunidades organizadas em 27 Municipios Autónomos Rebeldes Zapatistas (Marez), que se articulam em cinco “*caracoles*”: *La Realidad, Morelia, La Garrucha, Roberto Barrios e Oventic*. Cada comunidade tem o seu “*Gobierno Local*”, que indica representantes para o “*Consejo Autónomo*” de seu município e estes definem os integrantes da “*Junta de Buen Gobierno*”. A “remuneração” desses representantes é definida e fornecida por sua comunidade e, em geral, é composta de alimentos oferecidos pelo resto da comunidade ou de ajuda na colheita de suas terras para garantir a sobrevivência de sua família. Além disso, esses representantes podem ser destituídos a qualquer momento.

O território zapatista entrelaça-se com a divisão política formal do território mexicano. Trafegando em uma estrada, deparamos com o aviso: “*Entrada no território Zapatista*”. Podemos dizer que a estrutura política que o movimento vem consolidando é um Estado dentro do Estado, ou melhor, um não Estado dentro de um Estado. O mais interessante e, surpreendente, é ver como o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) conseguiu conquistar um sólido respeito, também por sua resistência militar, mas principalmente, pela legitimidade que conquistou com o povo mexicano, garantindo um pacto de não agressão nesse cenário contraditório (ADDOR, 2014).

4.1 Aspectos Contemporâneos do Movimento Zapatista

O movimento zapatista sempre se preocupou em dialogar com a população mexicana e os movimentos sociais do resto do mundo. Além das marchas, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) promoveu seminários internacionais, a maioria em sua sede urbana, o *Centro Indígena de Capacitación Integral – Universidad de la Tierra (Cideci-Unitierra)*, na periferia de San Cristóbal de las Casas. Em comemoração aos dez anos de existência dos *caracoles* e a proximidade de seus vinte anos de luta, os zapatistas criaram a *“Escuela Zapatista Global – Escuelita”* (ADDOR, 2014).

Pela ampla articulação que o movimento tem dentro e fora do México, a oportunidade de conhecer sua experiência, o cotidiano de suas comunidades e sua forma de organização atraiu um grande número de pessoas para o curso *“La libertad según loszapatistas”*. A primeira edição da *“Escuelita”* ocorreu em agosto de 2013, com 1.281 alunos. Embaladas pelas comemorações dos vinte anos, foram feitas mais duas edições, entre os dias 25 e 29 de dezembro, de 2013 e, entre os dias 3 e 7 de janeiro de 2014, com 2.250 vagas para cada uma.

Ao longo dos cursos prodigalizados são apresentados sete princípios que regem a atuação dos representantes em relação às bases, fazendo claras referências aos problemas e vícios antidemocráticos do sistema tradicional: *obecer y no mandar; proponer y no imponer; representar y no suplantar; convencer y no vencer* (as políticas devem ser feitas em diálogo); *bajar y no subir* (manter contato próximo com as bases); *servir y no servirse; construir y no destruir* (aproveitar iniciativas e ideias de outrem, em lugar de desqualificá-las).

As comunidades zapatistas não têm nenhuma relação com o Estado. Não pagam impostos, não recebem água encanada, luz ou qualquer benefício. Os zapatistas têm suas próprias escolas, com uma metodologia própria de ensino e nos seus postos de saúde estão presentes tanto a medicina indígena quanto a ocidental.

Outra questão a ser salientada é a que se remete à obtenção da água: esta procede de poços ou de pequenos rios e dispõem, também, de placas de energia solar para acender uma luz à noite ou ouvir rádio.

A luta pela autonomia dos territórios zapatistas tem como questão-chave a posse coletiva das terras, *“el ejido”*, que garante o acesso a todos os moradores. Todo o excedente alimentar é vendido para as comunidades *“partidistas”* (que têm relação com o governo), nas quais a terra está concentrada na mão dos grandes fazendeiros e a principal renda das pessoas vêm de políticas sociais do Estado (ADDOR, 2014).

AMÉRICA DO SUL

BRASIL

5. MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA SOCIOTERRITORIAL DE SILVES

O Município de Silves está localizado a 200 km em linha reta de Manaus (capital do Amazonas) e 250 km por via fluvial, a montante do Rio Amazonas, com uma área territorial de 3.747,2 km². A população total do município era de 7.785 habitantes (IBGE, 2000).

5.1 Silves: A Antiga Aldeia de Saracá

Silves é um dos povoados mais antigos do Amazonas, talvez o primeiro núcleo europeu criado no estado do Amazonas. Em 1663, já existia uma ilha situada na região do rio Urubu, mais precisamente no lago Saracá, uma modesta Missão de índios chamada aldeia de Saracá, em virtude do lago do mesmo nome. Saracá é uma formiga muito comum na região (RIBEIRO, 1991).

A Missão foi fundada por frei Raimundo, da Ordem das Mercês e cresceu concentrando índios das famílias Barururus, Caboquenas e Guanavenas.

Em 1981, no governo de José Lindoso, o município de Silves perdeu grande parte de sua área, em benefício de outros municípios criados, neste período, passando de 7.245 km² a 3.747,2 km².

A sede do município de Silves fica numa ilha com mais de 60 metros acima do nível do mar, formada por terras firmes cercadas pelas águas do rio Urubu e do lago Saracá.

Na frente da cidade foi construído um muro de arrimo para protegê-la contra a erosão do vento e das águas.

Da parte mais alta da cidade se descortina o lago Saracá e várias ilhotas espalhadas pelo lago. As outras terras do município são de várzeas ou as chamadas terras firmes, as quais apresentam morros e pequenas planícies. Quando as águas baixam, as terras de várzea, enriquecidas com detritos de plantas, ficam muito férteis e produzem em seis meses o que em terras comuns levaria um ano. Os ribeirinhos plantam, nessas áreas, feijão-de-praia, arroz, melancia, maxixe, juta e outras culturas temporárias que, quando as águas começam a subir, já são colhidas. Houve muito desmatamento nas beiras dos rios para plantio de juta e de malva, bem como para a exploração de madeira, facilitando a erosão e provocando a migração dos peixes que se alimentavam dos frutos caídos das árvores e se escondiam na vegetação rasteira das margens. A várzea é também utilizada para campo de engorda, retiro de criação bovina, de agosto a fevereiro. Quando as chuvas aumentam, o gado é levado para a terra firme. Há poucos anos, alguns pecuaristas começaram a criar búfalos que invadiam as plantações vizinhas, trazendo muitos problemas para o pequeno lavrador. O habitante da várzea tem costumes e

mentalidade diferentes daqueles que habitam a terra firme, principalmente se esta fica longe de lagos e rios. Suas casas, na maioria palhoças, chamadas tapiris, são cobertas e forradas com palma de palmeira-babaçu e construídas sobre estacas. O soalho é móvel e vai sendo erguido à medida que as águas sobem. Esse soalho é chamado de maromba.

Na cidade de Silves, um dos grandes problemas é a alimentação. Quando o pescado não é suficiente, o que é frequente no tempo das cheias, ocasião em que o peixe se espalha e é difícil pescá-lo, a população mais pobre recorre a sardinhas ou carnes enlatadas que, produzidas no Sul, chegam à Silves por um preço muito alto. Existe uma pequena feira que funciona aos sábados, na qual os lavradores das comunidades ribeirinhas vendem algumas poucas verduras e frutas colhidas nas matas: açaí, piquiá e buriti. Trazem também, outros produtos, principalmente feitos com mandioca: o beiju e a tapioca, bem como a farinha, que são muito procurados. Alguns trazem também algum peixe seco ou fresco e queijos.

Quando se fala em chão (terra), no Amazonas, não podemos nos esquecer, também, dos lagos, rios, igarapés e igapós. O chão é também a canoa e o motor.

Os lagos mais importantes do município de Silves são o Saracá e o Canaçari. O lago Saracá ocupa grande parte da ilha, onde fica a cidade de Silves. No Canaçari é abundante o pescado e há aves de várias espécies. No período seco, o lago fica com uma profundidade de um metro, quando então, os peixes de escama e os bichos de casco se juntam nos poços e se espalham no lago que está baixo, facilitando a pesca predatória. No período mais seco, só ficam os poços onde se acumulam os peixes. O resto fica quase seco, impedindo a passagem até de pequenos motores (RIBEIRO, 1991).

5.2 A População de Silves

Passado pouco mais de um século, encontramos em Silves uma população constituída, na sua maioria, de caboclos descendentes dos primeiros habitantes, os indígenas, mas que não reconhecem as suas origens.

Algumas famílias são descendentes de portugueses e espanhóis, outras ainda, descendem de nordestinos, sobretudo, cearenses que chegaram durante o apogeu da borracha, no início do século XX, contraindo matrimônio com os silvenses.

O sangue indígena marcou profundamente a população. A alimentação de peixe e farinha, o uso de redes para dormir, os apetrechos de pesca e muitos outros costumes evidenciam a sua descendência indígena.

Faz-se mister ressaltar que, tendo em vista a imagem do índio criada pelo dominador, ninguém aceita ou admite ser índio ou descendente de índio. Essa realidade é claramente

evidenciada na mentalidade dos habitantes de Silves. A base na qual se funda e é construída a religião do povo está expressa na visão mágica do mundo, na profunda integração com a natureza, na prática do acolhimento e da partilha, bem como no hábito de viver o dia-a-dia sem preocupação de acumular (RIBEIRO, 1991).

5.3 O Movimento em Defesa dos Rios e Lagos do Município de Silves

Por volta de 1968, com a entrada de barcos pesqueiros e o início da pesca predatória, os peixes começaram a diminuir. Porém, o povo não chegou a perceber a falta dos mesmos, tendo em vista que estes, paulatinamente, foram diminuindo. Frequentemente, os barcos já estavam com as caixas de gelo cheias de peixes e quando encontravam cardumes de peixes de maior valor comercial, os já pescados eram lançados no lago ou enterrados nas margens, poluindo as águas e servindo de alimento aos urubus. Os peixes ainda pequenos eram sacrificados no momento da batção dos arrastões e mesmo quando jogados na água, ainda vivos, não resistiam (RIBEIRO, 1991).

Na pesca predatória eram usadas técnicas proibidas pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), tais como: o arrastão, a bateria, o espinhelão e as malhadeiras de fibras sintéticas que, de tão grandes, atravessavam os lagos. A malhadeira, também permitiu a pesca intensiva na mata inundável, onde no passado, o peixe era relativamente protegido.

Nos primeiros tempos dessa pescaria comercial predatória, os pescadores "compravam" comunitários, oferecendo ajuda para a construção do centro social ou da capela, doando bolas e camisas de futebol para o time e distribuindo peixes para a comunidade. Muitos da comunidade apoiavam o pescador de fora e indicavam, até mesmo, os lugares mais piscosos. Como resultado, o peixe começou a tornar-se escasso na região, porquanto, o peixe que não era capturado, escapava para outras águas. Como consequência dessa situação, o povo começou a passar fome. Até os chamados peixes lisos, que muitos amazonenses, de acordo com a tradição local, acreditavam ser transmissores de lepra, começaram a ser base alimentar dos habitantes da área. Para compreendermos a importância do pescado para o povo de Silves, devemos lembrar que os ribeirinhos eram, na sua maioria, lavradores que efetuavam roçados para a garantia da sua sobrevivência, alimentando-se, principalmente, de farinha de mandioca e peixe, costumes herdados dos antepassados índios.

Além do roçado, plantavam juta, malva, cacau e, posteriormente, principiaram a cultivar guaraná e seringueira, incentivados por organismos do governo. Antes da introdução da juta pelos japoneses, no Amazonas, os lavradores plantavam mais feijão, milho, melancia,

jerimum, cará e outros alimentos. Na esperança de melhorar de vida com o cultivo da juta e da malva, a plantação de subsistência foi sendo abandonada, principalmente depois que os bancos começaram a fazer empréstimos para os pequenos lavradores que plantassem juta, malva, guaraná e outros. Tudo isso provocou uma grande crise na alimentação e o peixe tornou-se muito mais necessário.

Em janeiro de 1981, realizou-se em Silves, a primeira assembleia do povo, reunindo representantes de quase todas as comunidades da prelazia de Itacoatiara. No final da assembleia, foi redigido um documento que, na parte relativa aos direitos humanos, remetia-se à invasão dos lagos pela pesca predatória. Dizia o documento: Que se convidem todos os representantes das comunidades para uma reunião com a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) para comunicar a invasão de pescadores predadores nos lagos, com o objetivo de, através do diálogo, ser logrado um entendimento entre as partes. Que se exija do chefe do posto do IBDF do município ou do prefeito, o documento de propriedade dos lagos. Que se peça mais ajuda da prelazia (mais agentes de pastoral).

Ainda em setembro de 1981, três comunidades do município de Silves revoltaram-se contra a predação de uma significativa quantidade de peixes, realizada pelo barco "Sônia", de propriedade do sr. Arão Fernandes. Nessa oportunidade, as comunidades solicitaram do IBDF o fornecimento de um documento que garantisse a defesa do lago. Todavia, o responsável por esse órgão, em Itacoatiara, aconselhou os reivindicantes a agirem na sua própria área de atuação, onde poderiam contar com um conjunto maior de pessoas insatisfeitas em relação aos barcos predadores do pescado que estavam atuando, indevidamente, no lago. O povo dessas comunidades realizou o que foi recomendado pelo representante do IBDF, aglutinando um contingente maior de pessoas, que questionavam, profundamente, a predação em vigor, no rio Anebá. A decisão resultante das reuniões organizadas pelas comunidades foi que nenhum barco pesqueiro poderia pescar no referido rio. Para confirmar o que haviam decidido, colocaram, em seguida, toras de madeira no rio Anebá, com o objetivo de impedir a pesca.

Entretanto, na sequência dos acontecimentos, os pescadores de fora retornaram de Itacoatiara acompanhados por um engenheiro de pesca, além de quatro soldados. Quando os recém-chegados colocaram a rede e começaram a puxá-la rumo à praia, foram ouvidos o estouro de três foguetes, um após o outro. Tratava-se do aviso para a comunidade tomar uma atitude, conforme o que fora precedentemente combinado. Surgiram, então, muitas pessoas utilizando motor de popa, além de um grande número de pessoas vindo pela praia. Lá chegando, cortaram a rede dos pescadores e ficaram com os pedaços.

Os pescadores predadores, quando viram aquela multidão hostil, correram para os seus barcos, retornando, imediatamente, à Itacoatiara. Em face dessa situação, o batalhão de

Itacoatiara comunicou à Polícia Militar e à Marinha o que ocorrera em Silves, solicitando um reforço policial, isto é, 100 homens armados e 2 helicópteros.

Na sequência, graças à interferência do prefeito de Silves, o Sr. João Farias, o confronto foi evitado e o Delegado de Silves, dirigiu-se às comunidades promotoras do movimento, com o objetivo de buscar um entendimento com o povo.

Finalmente, no dia 5 de março de 1982, foi assinado pelo governador do Estado do Amazonas, um decreto proibindo a pesca comercial nos lagos Anebá e Caru. No entanto, a pesca predatória continuou em outros pontos do município de Silves. Em janeiro de 1982, houve um encontro de líderes das comunidades de Silves e o problema do peixe apresentou-se como prioritário, merecendo ação imediata. Foi marcada uma reunião na comunidade de São João para se tratar especialmente do assunto. Era o início do movimento comunitário em defesa do peixe, dos rios e lagos de Silves, 7 de fevereiro de 1982.

Em uma série de encontros que se seguiram, algumas decisões importantes foram tomadas: foram distribuídas cópias das principais portarias da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), para estudo nas comunidades; reservaram-se alguns lagos para serem criadores naturais de peixes, sendo proibida a pesca em suas águas; o estabelecimento da reserva das áreas para desova de bicho de casco; proibição da pesca de lance, malhadeira, arrastão, durante o ano todo; a proibição da batção durante o ano todo e a colocação de placas proibindo os diferentes tipos de pesca predatória em algumas comunidades de Itapiranga, na comunidade de Puruzinho, no lago Canaçari e no Furo do Liberato, considerados pontos estratégicos para a entrada de barcos pesqueiros.

Durante algum tempo, houve colaboração entre Silves e Itapiranga, com troca de visitas de equipes intercomunitárias para conscientizar o povo. Algumas vezes, Itapiranga telefonou pedindo o comparecimento do povo de Silves para apoiar os grupos que iam exigir a saída dos barcos pesqueiros (RIBEIRO, 1991).

5.4 A Perseguição dos Bichos de Casco

Quem viaja à noite pelo rio Urubu nos meses de agosto e setembro descortina uma dezena de luzes nas praias, formadas pelas vazantes dos rios: são os caçadores de ovos de tracajás.

Os bichos de casco (tartaruga, tracajás, pitiúse) estão sendo extintos, rapidamente, em virtude da caça violenta que lhes é feita e pela coleta dos seus ovos, muito apreciados como alimento.

Depois que as comunidades decidiram reservar tabuleiros para a desova de bichos de casco, foram colocadas bandeiras vermelhas nos limites desses terrenos, como sinais de alerta. Apesar disso, em muitos lugares, o povo não respeitou a proibição e tirou os ovos das covas. Alguns comunitários tentaram fazer "chocadeiras", isto é, transplantar os ovos das covas naturais para um lugar seguro. Por falta de conhecimento de como fazer, a maioria dos ovos se perdeu, porquanto foram atacados pelas formigas e secaram. Somente conseguiram tirar alguns tracajazinhos (RIBEIRO, 1991).

Em relação ao peixe, com o trabalho realizado pelas comunidades impedindo a entrada de barcos pesqueiros, os resultados foram, gradualmente, aparecendo. Assim, 1982 foi um ano de fartura de peixe como não se via há muito tempo. Para celebrar as vitórias do povo na defesa do peixe e, também, para dar graças a Deus pela união do povo e, pela fartura de peixe nesse ano, foi celebrada uma festa em 20 de novembro de 1982. Houve reunião, almoço comunitário, uma bela moquenzada de peixe assado e o povo reunido debaixo das árvores em pequenos grupos. À tarde, houve missa celebrada pelo padre Miguel e apresentação pelo grupo dos jovens, da peça: "A força do povo", inspirada no episódio da defesa do lago Anebá.

Mas a luta não foi fácil, pois havia a incompreensão e a não-participação de muitos comunitários. Alguns deles ligavam-se ao pessoal dos barcos pesqueiros, permitindo que fizessem lances em seus terrenos, recebendo dinheiro em troca. Alguns chegaram até mesmo a vender seus terrenos para que os donos dos barcos puxassem suas redes. Houve momentos em que se pensou em desistir da luta. A cada reunião, era perguntado ao povo se desejavam continuar e, este respondia que continuaria, apesar dos obstáculos e problemas.

As autoridades locais eleitas em 1982, em sua maioria, não colaboraram, não participaram das reuniões e, algumas delas, até desprestigiaram o movimento, pescando em lugares proibidos e não cumprindo promessas feitas ao povo.

Realizou-se, então, uma reunião, em 30 de julho de 1983, com a presença do Sr. Walter Mestrinho, irmão do governador do estado do Amazonas, do Sr. Adail Garcia, do Prefeito de Silves e de, aproximadamente, 210 pessoas adultas. Foi enviado um documento ao Sr. Gilberto Mestrinho, governador do estado do Amazonas, pedindo-lhe que interferisse junto à Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), para o estabelecimento de uma Portaria proibindo a pesca comercial no lago Canaçari e em todo o município de Silves. Em relação ao aludido documento, o povo jamais obteve qualquer resposta. Com representantes da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) foram feitas várias reuniões, nas quais foram solicitadas ajuda, não só sob a forma de Portarias, mas também, foram solicitadas, várias vezes, a fiscalização dos rios e lagos, sobretudo, na parte do Canaçari, que se limita com Itacoatiara. O povo cada vez mais se convenciu de que não podia contar com as autoridades, mas

apenas com seus próprios recursos. Mas o povo tinha uma grande fé e os poucos que participavam efetivamente do Movimento sabiam que lutavam, não apenas pelo peixe, mas pela vida. Em 1985, houve uma captura desenfreada ao bicho de casco por pessoas da própria região, especialmente da cidade de Silves.

No início do movimento, os interessados em combatê-lo ou desacreditá-lo, repetiam frases como essas: "O que Deus põe não há quem acabe", fazendo crer que quem acreditasse que o peixe pudesse acabar estaria duvidando da Providência Divina. "O pobre olhando o saber dos grandes é como um burro olhando um palácio". Isso levava ao descrédito o poder do povo quanto à sua faculdade de se organizar e decidir. "Estão proibindo todo o mundo de pescar, já não se pode pescar nada", criando divisões entre o povo e dando a ideia de que o grupo que defendia o peixe era intolerante.

A experiência de fome dos anos anteriores mostrou a falsidade dos que afirmavam que o peixe não acabaria. Então, a conversa passou a ser: "Se é para acabar, vamos acabar logo"; "se todo mundo está pescando tracajá, nós também vamos!". O tracajá era apanhado em terra, na lama e na água - um estrago!

O puçá era o instrumento mais destruidor. Comerciantes e donos de barco de Silves saíam regularmente para pescar no lago Canaçari. O puçá era colocado na popa do motor, chegando a pegar 200 ou mais tracajás, de cada vez, os quais eram encaminhados para venda, em Manaus.

As pessoas que respeitavam as leis, não somente as do IBDF, que proibia a pesca de quelônios, além da determinação das comunidades, sentiam-se injustiçadas e prejudicadas e, em face dessa situação, muitos se perguntavam se valeria a pena serem honestos.

Todos comentavam, reclamavam, mas ninguém tomava qualquer providência. Na vigência dessa realidade, as mulheres de Puruzinho acharam que a situação tinha sido ignorada e alguma medida deveria ser tomada.

Os comunitários estavam reunidos num sábado para limpeza do terreno da comunidade. Havia três motores pescando tracajás na Ponta do Macaco. Algumas mulheres começaram a conversar perguntando: "Então, vamos deixar que acabem com a comida dos nossos filhos?" Convocaram os homens para tomar uma atitude e pediram a um comerciante que emprestasse um motor bem grande e nele embarcaram homens, mulheres e crianças.

Os três barcos que pescavam estavam cheios de gente da cidade de Silves. Os comunitários conversaram com os responsáveis e dois dos três barcos concordaram em desistir da pesca e um deles até entregou os apetrechos de pesca. Porém, um dos que pescavam revoltou-se e, tomando um revólver, disse que ia continuar a pescar e que se quisessem

poderiam denunciá-lo. Os comunitários retiraram-se, evitando uma tragédia, mas não se conformaram.

Na semana seguinte, convocaram uma reunião da comunidade para decidir o que fazer. Alguns exaltados queriam até naufragar o barco, caso o dono insistisse em pescar. Outros não menos indignados, porém mais ponderados, sugeriram pedir a intervenção do IBDF, através de um abaixo-assinado a ser entregue por uma comissão. Pediram ao delegado de polícia de Silves que chamasse o infrator para uma conversa. Solicitaram, também, apoio junto à câmara do município e, finalmente, pediram a algumas comunidades que permanecessem firmes na defesa de suas águas para com eles somarem forças.

Entregue o abaixo-assinado ao IBDF, este pediu a relação dos nomes dos proprietários dos barcos para que o órgão pudesse agir em conjunto com a Capitania dos Portos. Os proprietários foram chamados à Capitania e advertidos. Todavia, a Polícia, por força de uma resolução da Secretaria da Segurança do estado (SESEG), não podia agir na fiscalização da pesca, a não ser para evitar conflitos.

Em 23 de setembro de 1986, pessoas de várias comunidades dirigiram-se à Câmara dos Vereadores, para uma reunião. Pela primeira vez, o povo recorria a seus representantes para interferir na questão da pesca. Todos os vereadores presentes e o vice-prefeito manifestaram-se em apoio ao movimento, propondo-se a colaborar com as comunidades para o custeio e transporte dos fiscais que seriam indicados pela comunidade e nomeados pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE). No entanto, até janeiro de 1987, a contribuição da Câmara não tinha sido efetivada (RIBEIRO, 1991).

A escolha de pessoas para a fiscalização não dispensava a colaboração dos outros comunitários: a defesa dos lagos continuava a ser uma tarefa comunitária. Para o entendimento de toda essa luta é importante conhecer melhor a estrutura da pesca no Amazonas, que é quase escravagista: a maioria dos pequenos pescadores é analfabeta, não documentada, não possuindo nenhum documento como profissional que lhe garanta a assistência previdenciária.

Há dois tipos de pequeno pescador profissional: aquele que pesca geralmente de canoa e com material próprio e aquele que pesca com material fornecido pelos armadores de pesca, dos quais se tornam dependentes e para os quais são obrigados a vender o pescado. Frequentemente, se estabelece um vínculo muito forte entre o armador-empregador e o pescador-empregado.

Os armadores, de modo geral, se valem dessa situação para oprimir o pequeno pescador e conservá-lo sob sua tutela. Desde janeiro de 1984, a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) começou a exigir, que cada barco pesqueiro tivesse, no mínimo, três pescadores documentados.

De acordo com o depoimento de um pescador de Itacoatiara, a distribuição da renda entre pescadores e armadores era feita da seguinte maneira: "Se a pescaria é feita no porto de Itacoatiara (cidade), os pescadores ficam com a maior parte da renda. Quando ela é feita em lugar mais distante, duas partes da renda ficam para o dono do motor, duas partes para as redes (dono dos apetrechos da pesca) e o restante é dividido entre os pescadores e o dono do barco".

Nos últimos anos, aumentou a demanda de peixe, com a exportação para várias partes do Centro Sul do país e, também, para o estrangeiro. Em 1970, havia 135 barcos de pesca registrados na Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE). Em 1980, o número de barcos subiu para 728 (SALATI, 1983). Apesar disso, a categoria do pequeno pescador continuou marginalizada, sendo uma das mais pobres.

É lamentável a constatação do conflito existente entre os ribeirinhos, para quem a pesca não é uma profissão específica, mas um meio de subsistência para si e suas respectivas famílias e, pequenos pescadores, ambos pobres e marginalizados.

Muitos dos pescadores que carregam consigo grande fidelidade em relação ao armador, ao saírem para os rios e lagos, têm como tarefa realizar uma boa pescaria. Assim, apesar de explorados, reagem com agressividade quando os comunitários ribeirinhos os impedem de pescar.

A superação desse conflito passaria, sem dúvida, por uma organização dos pequenos pescadores, através de encontros e entendimentos com os ribeirinhos e por uma política pesqueira que levasse em conta as reais necessidades dos habitantes de Silves, bem como do estado do Amazonas e a preservação de suas riquezas naturais.

No que concerne à Igreja, a pastoral da pesca no Amazonas e na prelazia de Itacoatiara já tinham dado os seus primeiros passos. Todavia, os pequenos pescadores se queixavam de que, no conflito pescador *versus* ribeirinho, a Igreja tomava o partido dos últimos.

Parece-nos, no entanto, que os ribeirinhos estão um pouco mais conscientes e organizados em relação aos pequenos pescadores, pois estes fazem frequentemente o jogo dos grandes armadores e comerciantes, às vezes, até mesmo arriscando a própria vida (RIBEIRO, 1991).

As colônias de pescadores, órgãos de classe criados em 1930/1932 e, reativados em 1968, na realidade pouco fazem em relação ao pequeno pescador, mesmo porque entre os sócios há categorias diferentes, com interesses diversificados e até antagônicos: pescadores, armadores, comerciantes e atravessadores. Algumas colônias, como a de Manaus, são dirigidas por armadores.

Infelizmente, apesar de todo empenho realizado pelas comunidades de Silves contra a pesca predatória, esta ainda persiste diminuindo a quantidade de peixes no lago de Canaçari,

localizado neste município, no Estado do Amazonas. Entretanto, conforme já salientado, a população de Silves tem sua economia baseada na pesca e na agricultura de subsistência, praticadas pelas 26 comunidades ribeirinhas espalhadas pelos igarapés da região. De acordo com a Associação de Silves para Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC), havia fartura de peixe, mas a partir da década de 70, os barcos pesqueiros, vindos de Itacoatiara, de Manaus e do Pará, invadiram a região. O estoque de pesca praticamente acabou, porque algumas comunidades, contrariando outras, ajudaram a colocar redes de malha fina em local que só inunda na cheia, onde é mais fácil pegar os peixes. Com a pesca difícil, surgiu o problema da pressão sobre a caça. Pássaros (como garça, mergulhão e maguari) e mamíferos (como paca, tatu, cotia e capivara) também começaram a desaparecer, chamando a atenção da população para os problemas ambientais.

As primeiras manifestações em relação à escassez dos recursos naturais emergiram através de providências tomadas pelas próprias comunidades. Posteriormente, a Igreja católica trabalhou apoiando essas comunidades. Todavia, no início dos anos de 1990, a Igreja começou a se afastar dessas lutas sociais. Assim, foi criada, em 1993, a Associação de Silves para Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC).

A atuação da Associação de Silves para Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC) ainda encontra resistência, porque passou a controlar a pesca no Lago de Canaçari. O movimento implementado pela Associação queria a regulamentação da pesca em Silves, tendo conseguido aprovar, com a ajuda do prefeito, uma lei de zoneamento dos lagos, em 1993. A partir daí, foram criados santuários para procriação e áreas de manutenção no entorno dos lagos, onde a pesca é proibida, além de áreas livres, nas quais a atividade é liberada.

Com o auxílio da organização não governamental “World Wildlife Fund” (WWF), a Associação de Silves para Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC) conseguiu, ainda, recursos do governo da Áustria para fazer o monitoramento dos lagos e, embora os grandes peixes ainda sejam escassos, o estoque começou a se recuperar, pelo menos nas áreas de preservação.

Finalmente, devemos assinalar que apesar do movimento ter envolvido a questão da pesca predatória que prejudicou a sobrevivência dos pequenos pescadores integrantes das comunidades do município de Silves, este movimento foi considerado socioterritorial porquanto, no decurso do mesmo, ainda que o embate se remetesse às esferas de lagos e rios, o mesmo, não deixou de ser socioterritorial, uma vez que, rios e lagos são considerados pela ciência geográfica, como integrantes do território. Além disso, na tradição amazônica, lago, rio, canoa são considerados o chão, portanto, o território.

6. O MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL DOS POVOS DA FLORESTA E A RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES

Na década de 70, do século XX, o governo militar lançou um programa ambicioso de obras e colonização visando, a abertura de novas frentes de desenvolvimento na Amazônia. Todavia, com a abertura das novas estradas, pela primeira vez, ligando os centros nacionais de população e a capital com o coração da floresta, descobriu-se que a Amazônia não era o vazio demográfico que os governantes da época pensavam. O século XX chegou para os povos da floresta com violência, sangue e cinzas. Dezenas de povos indígenas foram assolados e devastados pelas doenças, as invasões e a destruição dos seus recursos naturais.

Comunidades extrativistas, como os seringueiros do Acre e os castanheiros do Pará enfrentaram inúmeros conflitos com grileiros, madeireiros e pistoleiros e, muitos perderam as suas terras e, até as suas vidas, na luta pela terra.

Os movimentos sociais de resistência, na Amazônia, surgiram na década de 1970, como a resposta inovadora, original e inesperada pelos planejadores oficiais dos povos amazônicos, à violência e destruição da fronteira.

Foi na luta pela terra, pelos recursos naturais e seus usos diferenciados pelas comunidades tradicionais, que os movimentos dos povos da floresta foram se organizando e se aproximando. Em 1980, duas reuniões de pouco mais de quarenta líderes indígenas fundaram a União das Nações Indígenas (UNI). Essa primeira organização, independente de representação nacional dos povos indígenas, preocupou muito o governo militar, que chegou a entrar na justiça contra o uso das palavras “nações indígenas” na sigla. Somando a experiência de dezenas de conflitos e lutas localizadas em todo o país, a UNI se articulou com outros setores da sociedade civil nacional, empenhados na resistência contra o governo militar e pela redemocratização do país, para dar visibilidade aos conflitos locais, outrora invisíveis e, extremamente desiguais e para a reivindicação dos direitos indígenas no plano nacional.

Teve, com grupos aliados da sociedade civil, uma atuação importante no avanço dos direitos indígenas na Constituição de 1988 e foi o precursor da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), que hoje representa 165 povos indígenas e 75 organizações regionais.

Foram os seringueiros do Acre que lideraram a mobilização dos extrativistas. Era inicialmente um movimento espontâneo de resistência contra a pistolagem, expulsões e ameaças que sucederam à abertura da estrada 317, no vale do Rio Acre e a venda dos antigos seringais para pecuaristas do sul. Porém, com o surgimento de líderes como Wilson Pinheiro (assassinado em 1980) e Chico Mendes (assassinado em 1988), o movimento dos povos da floresta

conquistou espaço no cenário nacional. Através dos “empates”, manifestações pacíficas dentro da floresta para parar o desmatamento e preservar a posse dos seringueiros, passaram a impedir a expansão descontrolada da fronteira e a forçar a intervenção do governo, nos conflitos. Logo no início, contaram com a participação de índios mais próximos ao movimento nos empates.

Em outubro de 1985, com o apoio da UNB e organizações da sociedade civil, os sindicatos dos seringueiros do Acre convocaram o primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros, em Brasília, reunindo representantes de comunidades extrativistas de cinco estados da Amazônia. Nesse encontro, foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Chico Mendes e um grupo de seringueiros e assessores, formularam a proposta da Reserva Extrativista. Diante da experiência da violência e destruição do modelo oficial de desenvolvimento reinante na fronteira, os seringueiros desenvolveram uma proposta original para que as suas formas de uso da terra e conhecimento dos recursos naturais, tidos como atrasados e fadados a desaparecer, fossem vistos de outra forma. Portanto, com o devido reconhecimento dos seus direitos fundiários, acesso aos serviços sociais e investimento na economia florestal, a proposta da reserva extrativista foi entendida como uma alternativa de conservação e desenvolvimento sustentável.

Com base na proposta da Reserva Extrativista, conceituada desde o início como análoga à Terra Indígena, os seringueiros começaram a se articular com o movimento nacional e internacional ambientalista, chamando a atenção para as repercussões globais das suas lutas em defesa da floresta.

Em 1987, o então coordenador da UNI, Ailton Krenak, o primeiro presidente do CNS, Jaime da Silva Araújo e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Chico Mendes, fizeram um evento público em São Paulo para discutir a proposta da criação da Aliança dos Povos da Floresta, enfocando os paralelos entre suas experiências e lutas e a importância de construir uma aliança efetiva. Deram depoimentos para a Comissão Brundtland das Nações Unidas, que subsidiariam a organização da Eco-92, a Conferência Internacional Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, realizada pela ONU, no Rio de Janeiro, em 1992.

Em fevereiro de 1989, meses após o assassinato de Chico Mendes, a Aliança dos Povos da Floresta foi lançada no Primeiro Encontro Nacional dos Povos da Floresta e no Segundo Encontro Nacional dos Seringueiros, em Rio Branco, no Acre. A Aliança deu respaldo a dezenas de colaborações entre índios e seringueiros em conflitos com grileiros e madeireiros, no Acre. Além disso, ocorreram gestões conjuntas das duas organizações no plano nacional e na reivindicação pelos seus direitos e defesa das suas propostas alternativas. A Aliança, então, teve

início e liderou a mobilização que resultou na criação do Grupo de Trabalho da Amazônia, que, hoje, conta com 623 organizações em todos os estados da Amazônia.

Hoje, após mais de 20 anos de conquistas, todavia, enfrentando ameaças de proporções inéditas, como os efeitos da mudança climática na floresta e as forças econômicas da globalização, a COIAB, CNS e o GTA, veem a necessidade de se rearticular, fazer a reflexão e a avaliação dos seus históricos coletivos, bem como a conjuntura atual, propondo caminhos que possam levar à elaboração e à implementação de políticas que possam avançar na busca de melhoria de qualidade de vida desses povos, além da preservação das florestas.

Assim, foi que um grupo de lideranças do CNS, GTA e COIAB, reunido em Santarém, em março de 2007, tomou a decisão de rearticular a Aliança dos Povos da Floresta e, num segundo encontro, realizado no final de abril de 2007, em Manaus, a mesma liderança, juntamente com pesquisadores e instituições deliberaram pela realização do Segundo Encontro dos Povos da Floresta, tendo como enfoque principal o problema das mudanças climáticas e a implantação de políticas que compensem os povos da floresta pelos serviços prestados ao ecossistema, pela ocupação secular de tais povos (ALIANÇA DOS POVOS DA FLORESTA, 2007a).

6.1 Reserva Extrativista Chico Mendes

As Reservas Extrativistas foram criadas a partir de 1990 como territórios destinados a assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e proteger o meio de vida e a cultura das populações tradicionais das florestas. Segundo o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS, 1992), nasceram originalmente da luta pela identidade dos seringueiros, povos que viveram explorados secularmente pelos patrões da borracha nativa, na Amazônia. O processo se iniciou em Xapuri, no estado do Acre, onde Chico Mendes se destacou como liderança, ganhando espaço em 1985, no Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado em Brasília, Distrito Federal, com a participação de 130 seringueiros do Acre, Rondônia, Amazonas e Pará.

O movimento foi uma oposição dos seringueiros aos modelos de desenvolvimento definidos pelo governo federal para a região amazônica brasileira, na década de 1970, onde predominavam a implantação de projetos agropecuários extensivos, de mineração e madeireiros, resultando em grande concentração fundiária, êxodo das populações tradicionais para as cidades e devastação da região.

Os seringueiros passaram a resistir a essas mudanças e expulsão, unindo-se em Sindicatos Rurais e organizando os chamados “empates” (forma de luta organizada e pacífica para impedir as derrubadas). Assim, iniciava-se um dos processos de conquista de autonomia

dos seringueiros da região do Vale do Acre, que abrange os Municípios de Xapuri, Brasiléia, Rio Branco, Assis Brasil e parte de Sena Madureira.

Como forma alternativa à ocupação do território amazônico foi construído um novo modelo denominado “Reserva Extrativista”, cujas terras pertencem à União, mas com o usufruto dos que nela habitam e trabalham.

Em 1990, os resultados da luta pela terra começaram a ser atingidos, sendo criadas no estado do Acre, as duas primeiras reservas extrativistas federais, entre elas a Resex Chico Mendes, conforme Decreto nº 99.144, de 12 de março de 1990.

No ano de 1995, foi aprovado pela Portaria IBAMA nº 28-N, de 18 de abril de 1995, o Plano de Utilização da Unidade. Este documento foi elaborado com a participação das Associações de Seringueiros da Reserva Extrativista Chico Mendes, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Assis Brasil, Brasiléia, Xapuri e Sena Madureira e o Conselho Nacional dos Seringueiros, tendo como objetivo assegurar a auto-sustentabilidade da Reserva Extrativista Chico Mendes, mediante a regulamentação da utilização dos recursos naturais e dos comportamentos a serem seguidos pelos moradores.

A Reserva Extrativista Chico Mendes está localizada na região sudeste do estado do Acre, com uma área aproximada de 970.570 ha (conforme Decreto de criação).

A Reserva abrange os municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Xapuri, Sena Madureira e Rio Branco. O acesso à Reserva pode ser feito por via rodoviária pela BR-317 e por via fluvial, pelo Rio Xapuri e afluentes, exceto no período de seca, quando praticamente, não é possível a navegação devido ao baixo nível das águas e à formação de enormes bancos de areia. Outro acesso viável é pela parte mais ocidental da Reserva, no município de Sena Madureira, pelo Rio Iaco e o Rio Macauã e seus afluentes. Por via aérea, é possível chegar a todas as cidades no entorno da Reserva que possuam campo de pouso, sendo o principal o Aeroporto Internacional de Rio Branco.

Para apurar e detalhar a situação fundiária foram realizados na época, os seguintes procedimentos: buscas nos Cartórios de Registro de Imóveis, dos registros imobiliários das propriedades particulares, identificação das coordenadas dos imóveis existentes e dos mapas de cada propriedade e seus confrontantes, estudos das características socioeconômicas da população da área e cadastro das famílias. Esse trabalho contou com a cooperação do INCRA em termos de mapas das propriedades e de pessoal treinado, já que o IBAMA não tinha nenhuma experiência com processos de desapropriação por interesse social e ambiental.

O processo de desapropriação da Reserva Chico Mendes foi muito difícil, pois essa área concentrava os maiores conflitos com relação à posse e propriedade da terra. Os seringueiros e

castanheiros, tradicionais usuários dos recursos naturais, confrontavam-se com os pecuaristas e fazendeiros que desmatavam a área para a implantação de novas pastagens e campos agrícolas.

Outro fato marcante na época, que dificultou os trabalhos, referiu-se às peculiaridades dos títulos de propriedade do estado do Acre, como por exemplo, vários títulos da mesma propriedade emitidos para proprietários distintos, além de outras falhas observadas nos registros imobiliários.

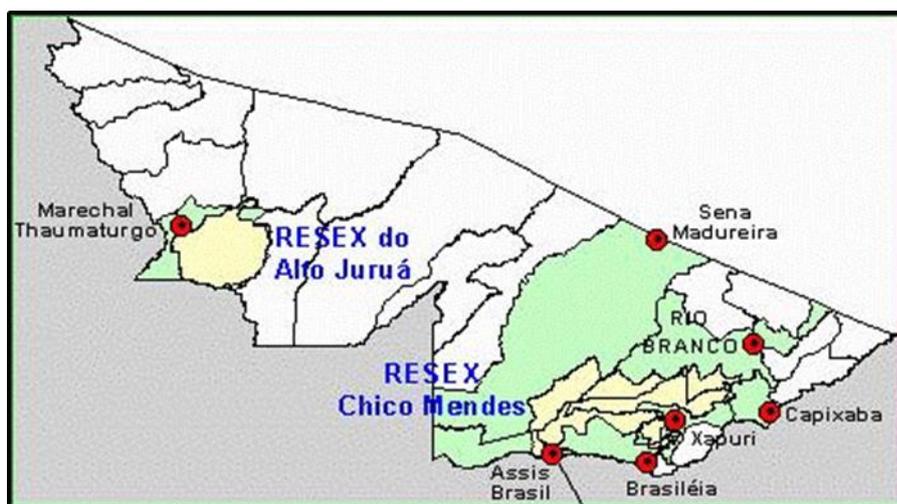


Figura 1 - Localização da Resex Chico Mendes, no estado do Acre.
Fonte: Superintendência do IBAMA do estado do Acre – Plano de Manejo da Resex Chico Mendes, 2006.

Em fevereiro de 1992, foram ajuizadas as ações desapropriatórias da área, permitindo à Justiça Federal do Acre conceder a imissão provisória da posse das terras no interior da Resex, bem como a remoção dos antigos proprietários. Neste mesmo período, os moradores extrativistas tradicionais elaboraram o Plano de Utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes, que foi aprovado pelo IBAMA, em 18 de abril de 1995.

Com a concessão da imissão da posse dos imóveis e o Plano de Utilização aprovado pelo Presidente do IBAMA, em cumprimento ao Decreto nº 98.897/90, o IBAMA/CNPT iniciou os procedimentos para a Concessão de Direito Real de Uso para os Moradores Extrativistas Tradicionais.

Em novembro de 2002, o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso foi firmado na presença do Ministro do Meio Ambiente, do Presidente do IBAMA, do Chefe do CNPT e de inúmeras outras autoridades governamentais e não-governamentais, em solenidade no Seringal Floresta, no Município de Xapuri (AC).

Estudo socioeconômico realizado em 1996 pelo ISPN, estimou que existiam na Reserva, durante a segunda metade da década de 1990, cerca de 1.400 famílias.

O declínio dos preços da borracha, somado às dificuldades vividas nos seringais, geraram durante a segunda metade da década de 1990, uma tendência à migração dos moradores da Resex Chico Mendes para áreas de assentamentos agrícolas, fazendas ou periferias das cidades.

Levantamentos mais atualizados do CNPT/IBAMA apontavam para a existência de aproximadamente 7.500 pessoas residentes na Resex, sendo os principais recursos manejados a castanha e a borracha (CNPT/IBAMA, não publicado).

No segundo semestre de 2005, foi iniciado o recadastramento dos moradores da Resex Chico Mendes, atualmente em fase de processamento e sistematização dos dados. É provável que esse levantamento identifique aproximadamente 2.000 famílias na Resex, apontando para uma reversão do quadro de emigração.

A Resex Chico Mendes apresenta um mosaico da cultura extrativista, o que se reflete, por exemplo, em várias práticas, como as relativas à saúde e religião. Diferentes tendências coexistem, como as baseadas nas crenças populares, nas práticas dos curandeiros, das rezadeiras e das parteiras.

A cultura do seringueiro caracteriza-se por um processo de simbiose com a natureza, já que o seu “modo de vida” baseia-se na compreensão das interações existentes entre os ciclos da natureza e o uso dos recursos naturais. O seringueiro apresenta um conhecimento da natureza que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração à geração, por via oral.

Assim, a cultura tradicional do seringueiro está baseada no que se costuma chamar de um “conservadorismo cultural”, implicando em um comportamento mais prudente em termos ecológicos (ACRE, 2000).

Segundo Melo (2006a) identificam-se dentro da Reserva, três tipos de festas: religiosas (São João do Guarani, Procissão “Alma do Bonsucesso” e a Procissão de São Sebastião), dançantes (Dia dos Pais e Semana Chico Mendes) e as de lazer (Campeonatos de futebol na Resex e a Copa Chico Mendes).

Por outro lado, a extração da borracha é a principal atividade extrativista na Resex Chico Mendes, condicionando, através do sistema de estradas de seringa que delimitam as colocações, todos os demais aspectos do uso da floresta pelos seringueiros (ACRE, 2000).

Enquanto o corte da seringueira é uma atividade predominantemente masculina, a agricultura possui significativa participação da mulher. Quanto à criação de animais, a participação masculina é predominante, mas as mulheres constituem algo em torno de 20 a 23% da força de trabalho (CNS, 1992).

O modo de vida do seringueiro está baseado no seu trabalho. Na Resex Chico Mendes, as horas livres em um dia de trabalho correspondem ao tempo do almoço, ou seja, uma média de 2 horas diárias, geralmente entre 12:00 e 14:00 horas, utilizadas para descansar. O tempo de trabalho é dedicado, em sua maioria, à atividade de agricultura. Dessa forma, a jornada de trabalho de homens e mulheres é bastante intensa. Isso se deve, em parte, ao baixo nível tecnológico utilizado, o que acarreta práticas rudimentares de trabalho. Mesmo em casos em que uma colocação abrange mais de uma família, em geral, estas vivem um pouco isoladas, conectadas às demais, através de varadouros (também chamados de ramais) ou varações. Os varadouros são caminhos abertos e conservados pelos seringueiros, através de mutirões, enquanto que as varações são picadas estreitas dentro da floresta (CNS, 1992).

Formas de associativismo, como o Cooperativismo, têm gerado resultados positivos no sentido de resolver problemas da comercialização. Um bom exemplo é a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri, que conseguiu ter importante participação no mercado do Município, tornando-se um dos principais contribuintes no Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), (CNS, 1992).

Atualmente, existem na Resex Chico Mendes 15 Associações, 05 Cooperativas e 54 Núcleos de Base. Diversas associações existentes na área da Resex Chico Mendes possuem, entre os seus objetivos, apoiar as atividades sociais e produtivas desenvolvidas no local. Entre estas atividades, a extração da borracha e da castanha possuem destaque, representando os principais produtos extrativistas da Resex. As associações auxiliam as atividades que visam garantir a subsistência dos extrativistas, como por exemplo, a criação de pequenos animais, apicultura e o beneficiamento de sementes, bem como na comercialização de produtos, facilitação de acesso ao capital de giro e fiscalização da Resex (MELO, 2006a).

As cooperativas são administradas conforme a vontade de seus associados, os quais definem prioridades com base em necessidades e objetivos estabelecidos, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades por meio da geração de empregos, produção, serviços e preservação do meio ambiente, mediante políticas aprovadas pelos associados. As principais atividades desenvolvidas pelas cooperativas da Resex Chico Mendes são: a compra, beneficiamento e armazenamento de borracha e castanha, além da busca de outras alternativas de renda, créditos e fornecimento de materiais de consumo.

Os núcleos de base representam a presença da associação na comunidade, possibilitando que essa associação possa atuar de forma mais eficiente e próxima às comunidades que representam. Esses núcleos são executores, monitores e avaliadores das ações implementadas na Resex Chico Mendes. Através deles, a comunidade aprofunda seu conhecimento sobre a Resex e sobre o que ocorre dentro e fora dela. Os Núcleos de Base

promovem reuniões de caráter educativo onde são abordados temas de interesse das comunidades, tais como: produção, comercialização, higiene, saúde, escola, lazer, entre outros. Além de ter um caráter educativo, os Núcleos de Base também realizam ações para melhoria do local (MAIA, 2006).

6.2 Aspectos Econômicos da Resex Chico Mendes

A partir da estimativa de existência de 1.400 famílias na Resex Chico Mendes, o Governo do estado do Acre concluiu que a área média por unidade familiar é de aproximadamente 697,55 ha, enquadrando-a no grupo de estabelecimentos entre 100 e menores que 1.000 ha (ACRE, 2000).

Além do extrativismo, observamos a existência de outras fontes de renda na Resex Chico Mendes, tais como a criação de pequenos animais, a caça, a pesca e o recebimento de aposentadoria (ACRE, 2000).

A mão de obra é basicamente familiar. Com relação à média de estabelecimentos entre 100 e menores que 1.000 ha, de acordo com o censo agropecuário, as unidades familiares da Resex Chico Mendes apresentam peso relativo mais reduzido da pecuária e maior importância do extrativismo, da criação de pequenos animais e da agricultura (ACRE, 2000).

As ações na área agrônômica são necessárias para dar suporte à melhoria de condições de vida das comunidades da Resex, tais como: projetos que promovam o envolvimento das comunidades na recuperação de áreas degradadas relativas à roçados e pastos abandonados e na implantação de sistemas agroflorestais em roçados novos e capoeiras (CNS, 1992).

Nesse sentido, a Embrapa-Acre, em parceria com a Emater-AC, Federação da Agricultura do estado do Acre, Senar-AC, Sebrae-AC, Instituto de Meio Ambiente do Acre-IMAC promoveram um processo intensivo de transferência e adoção de tecnologias. Assim, foi desencadeado um programa intensivo de capacitação dos seringueiros da Resex Chico Mendes, através de cursos, palestras, dias-de-campo, unidades demonstrativas, produção e distribuição de sementes e mudas (ACRE, 2000).

Na Resex Chico Mendes a agricultura é basicamente para a subsistência e de forma itinerante, com a utilização da mesma área por um período máximo de 03 a 04 anos, com o cultivo das chamadas culturas brancas (arroz, milho, feijão e mandioca) e o cultivo de algumas frutíferas. As principais frutíferas são: laranja, maracujá, jaca, limão, lima, tangerina, banana, manga, mamão, caju, abacate, goiaba, abacaxi e coco. Além disso, contam-se também, com as espécies nativas de palmáceas, como açai, bacaba, patauá, coco de ouricuri e outros (CNS, 1992).

A agricultura constitui, aproximadamente, 29% da renda familiar, baseando-se, principalmente, na farinha de mandioca e no arroz. Em segundo plano estão: o feijão, o milho e, em menor escala, as frutas. No início da década de 1990, os roçados apresentavam área média de 1,2 ha. Os cultivos são consorciados e apresentam a seguinte sequência, numa mesma área: arroz e milho, depois feijão e, por último, a mandioca (CNS, 1992).

Atualmente, verificamos que esse calendário foi alterado em alguns pontos da Resex, como no caso da Comunidade Humaitá, localizada no Ramal 19. Essa comunidade realiza a exploração da castanha no período de janeiro a maio, ou seja, um mês a mais do que o período registrado no início da década de 1990. Com relação à produção de borracha, observamos que a mesma é realizada durante todo o ano nessa comunidade, ou seja, quatro meses a mais do que se verificou na década de 1990 (ABDALLA JÚNIOR, 2005).

Atualmente, atestamos a introdução ou abandono de alguns itens que constituíam a produção anual na Resex Chico Mendes.

No que tange à criação de animais, os bovinos constituem a maior parte da renda das famílias da Resex, seguidos dos suínos e aves. No início da década de 1990, a produção de alimentos atingiu 21% e a criação 8,5% (CNS, 1992).

Segundo Melo (2006a), o mapeamento das cadeias produtivas existentes dentro da Resex identificou os seguintes produtos agrícolas cultivados: arroz, feijão, milho, mandioca, café, cupuaçu, pupunha (palmito), açaí, coco de Jarina, pimenta do reino, bacaba, patauá, araçá-boi, hortaliças, abóbora e frutas. Foram registradas, também, as seguintes frutas: abacaxi, laranja, mamão, melancia e banana. Outros produtos tais como: café, pupunha (palmito), pimenta do reino, cupuaçu, araçá-boi, bacaba, patauá, açaí, andiroba, coco de Jarina, abóbora, hortaliças e frutas não possuem uma época do ano bem definida.

Entre os produtos do extrativismo, a borracha é o principal produto da Resex Chico Mendes, seguido da castanha que participa de maneira significativa na composição da renda dos seringueiros. Notamos que, tanto a borracha quanto a castanha, produzidas na Resex, representam parte expressiva da produção do estado (ACRE, 2000). Em 1992, produzia-se anualmente na Resex Chico Mendes 2,1 mil toneladas de borracha e 340 mil latas de castanha (CNS, 1992).

Atualmente, a produção anual de borracha atinge, aproximadamente, 400 toneladas por ano, ou seja, menos de 25% do que se produzia no início da década de 1990. A Cooperativa Agro-Extrativista de Xapuri (CAEX) realiza a compra de cerca de 25% da produção (aproximadamente 100 toneladas). Para ampliar a comercialização desse produto, a Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista de Xapuri (AMOPREX) realizou o

treinamento para coleta de látex, visando fornecer matéria prima para a fábrica de preservativos que está sendo construída em Xapuri (ABDALLA JÚNIOR, 2005).

Quanto à exploração da castanha, atualmente, são produzidas cerca de 130 mil latas por ano, ou seja, menos de 40% da produção realizada no início da década de 1990. A CAEX compra ao redor de 30% da produção (40 mil latas). (ABDALLA JÚNIOR, 2005).

Outras espécies florestais não-madeireiras também podem compor o volume de atividades produtivas, contribuindo para o aumento da renda do extrativista, tais como: frutos, óleos, resinas, palmitos, cipós, bambus, palhas e plantas medicinais (ACRE, 2000).

Atualmente, algumas ações nesse sentido estão sendo desenvolvidas pela Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade de Brasília (UNB) e EMBRAPA.

6.3 Gestão da Resex Chico Mendes

A estrutura de gestão da Resex deve ser compartilhada entre a unidade gestora (IBAMA), as populações extrativistas beneficiárias (representadas pelas associações, núcleos de base ou outras formas associativas) e o Conselho Deliberativo. Apresentam-se a seguir os instrumentos de gestão da Unidade:

- Garantir a transparência da gestão e das decisões que afetam a RESEX Chico Mendes;
- Orientar, acompanhar e deliberar sobre o desenvolvimento de programas, projetos e atividades ligadas a RESEX, de forma a harmonizar e compatibilizar suas ações;
- Acompanhar e apoiar, quando for o caso, as ações desenvolvidas pelas organizações que compõem o Conselho que forem de interesse e benefício da RESEX, com o objetivo de efetivar a auto-gestão da mesma. (PLANO DE MANEJO DA RESEX CHICO MENDES, 2006).

6.4 Plano de Utilização da Resex Chico Mendes

No início da década de 1990, foi elaborado o Plano de Utilização da Resex Chico Mendes, sendo apropriado pelas comunidades como um acordo de convivência. Esse Plano foi aprovado, conforme Portaria da Presidência do IBAMA nº 28-N, de 18 de abril de 1995.

O Plano de Utilização foi revisto no decorrer do ano de 2006, sendo reformuladas e incorporadas novas normas de uso, surgidas a partir da diversificação de atividades de manejo dos recursos naturais, aumento populacional e ações migratórias dentro da Unidade.

O Plano de Utilização revisado, compreende os seguintes aspectos: objetivos relativos à conservação da reserva; relação de condutas tradicionais que não destruam o meio ambiente; a forma de utilizar a reserva; a posição do IBAMA, no âmbito da Reserva; existência de instrumento legal relativo à Resex, face a outras instituições: administração pública e judicial; definição das responsabilidades dos diferentes atores sociais, dentro da Resex e, sendo a mesma, uma Unidade de Conservação Nacional, suas normas de utilização deverão se referir aos limites territoriais estabelecidos em seu Plano de Manejo (PLANO DE MANEJO DA RESEX CHICO MENDES, 2006).

6.5 Zoneamento da Resex Chico Mendes

A) Áreas de Uso Restrito:

- **Zona Primitiva:** Área 1 – localizada nos Seringais Nova Olinda e Tabatinga/Santana;
Área 2 – localizada no Seringal Tabatinga/Santana;
Área 3 – localizada nos Seringais Amapá e Tabatinga/Santana;
Área 4 – localizada nos Seringais Icuriã e Petrópolis.

B) Áreas de Uso Ampliado:

- **Zona Populacional:** Áreas antropizadas dentro dos limites de cada colocação, onde os moradores instalam toda a infraestrutura necessária ao seu bem-estar e desenvolvem, principalmente, atividades agrícolas e de criação de animais;
- **Zona de Manejo Florestal de Uso Múltiplo:** Áreas manejadas pelos moradores situadas em cada colocação de seringa, onde, atualmente, são realizadas todas as atividades extrativistas tradicionais, o manejo florestal de produtos não madeireiros e madeireiros. A infraestrutura nestes locais limita-se a propiciar o

escoamento da produção florestal, como estradas de seringa, piques de castanha, ramal de acesso e varadouros;

- **Zona de Uso Comunitário:** Estão contempladas nesta Zona, todas as áreas de uso comunitário definidas no item 44, Plano de Utilização. Englobam os rios, lagos, varadouros, praias e barrancos localizados na Reserva;
- **Zona de Recuperação:** Áreas degradadas por ações antrópicas ou naturais, como queimadas, desmatamento, descaracterização ou alteração da vegetação nativa, onde se deve promover a recuperação da paisagem;
- **Zona de Amortecimento (ZA):** Área no entorno da Reserva Chico Mendes onde as atividades humanas estão sujeitas à normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a Unidade.

Este Plano de Manejo foi elaborado com o objetivo principal de determinar as diretrizes e normas a serem seguidas pelas comunidades tradicionais residentes na Resex Chico Mendes, visando o uso sustentável dos recursos naturais existentes na área, a melhoria da qualidade de vida e a preservação da cultura local (PLANO DE MANEJO DA RESEX CHICO MENDES, 2006).

7. O MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA SOCIOTERRITORIAL DOS ESCRAVOS: O QUILOMBO DE QUARITERÊ

A ocupação portuguesa avançou consideravelmente em terras que, pelo Tratado de Tordesilhas pertenciam à Espanha. Chegando às margens do rio Guaporé, o povoamento luso, partindo do litoral sul da colônia, adentrou na floresta Amazônica, região de mata densa, por isso mesmo denominada região do Mato Grosso e, aproximou-se dos povoamentos espanhóis, pois a distância que separava o novo núcleo lusitano das missões espanholas era de apenas trinta léguas (VOLPATO, 1996).

Desde o início da ocupação portuguesa, portanto, a região de Mato Grosso teve o ônus de ser zona de fronteira, responsável pela defesa do povoamento luso e, se possível, por sua ampliação. Esse foi o viés que definiu a criação da capitania de Mato Grosso por Carta Régia, de 9 de maio de 1748, tendo, entre suas funções, a de fortalecer a posição portuguesa nas discussões que resultaram na assinatura do Tratado de Madri.

A economia de Mato Grosso encontrava-se, no entanto, voltada para si mesma, com ligações tênues com o mercado externo. Essa característica, gerada na instalação da crise da mineração, interferiu no volume de importação de escravos, diminuindo o tamanho dos plantéis.

Em meados do século XIX, os maiores plantéis se encontravam na região de Cuiabá e eram compostos de duas ou três dezenas de cativos. Apesar dessa queda, em comparação aos plantéis que trabalhavam na mineração na centúria anterior, a população cativa em Cuiabá manteve um nível de concentração semelhante ao de cidades como Rio de Janeiro e Salvador. Por volta de 1860, a capital da província, possuía 19.543 habitantes, entre os quais 7.158 eram escravos. Poucos escravos possuíam alguma qualificação profissional. A maioria desempenhava qualquer trabalho que lhe fosse ordenado.

O pequeno tamanho dos plantéis e a possibilidade de o senhor conhecer cada escravo não diminuía os rigores da escravidão. Também, na região mais interiorana do Brasil, a escravidão se caracterizava por uma forma de apropriação de trabalho baseada na relação pessoal, imposta pela coerção. Os constrangimentos morais e os castigos físicos eram formas de se exercer a coerção, visando a garantia da submissão dos escravos. Mas, em Mato Grosso, como no restante do Brasil, foram também utilizados mecanismos sutis de dominação, minimizando a utilização dos métodos coercitivos, tornando a escravidão mais viável como sistema produtivo.

Entre esses mecanismos estava a concessão ao escravo de um pedaço de terra de onde pudesse tirar seu sustento e, às vezes, um excedente, além da possibilidade de obter carta de liberdade, caso fosse considerado por seu senhor, como mais dedicado, submisso e fiel. Na segunda metade do século XIX, foi possível identificar a aquisição da liberdade por meio de pagamento parcelado. A existência dessa possibilidade era mais um mecanismo de espoliação, pois levava o escravo a ampliar suas horas de trabalho, tornando-se escravo de ganho, na esperança da obtenção do dinheiro necessário para a compra de sua carta de liberdade (VOLPATO, 1996).

Mas, em Mato Grosso, como em qualquer outra região onde existiu a escravidão, os cativos resistiram à submissão. A resistência se deu tanto na luta do dia a dia, em pequenos enfrentamentos, como na resistência declarada. A fuga foi sempre uma constante e adquiriram algumas feições peculiares. Os cativos que viviam na região do Guaporé, próximo à fronteira, atravessavam a linha demarcatória. Durante o período colonial, os negros recebiam estímulos das autoridades espanholas para cruzar a fronteira, sendo-lhes oferecida a liberdade. Em contrapartida, os portugueses procuravam atrair os índios hispano-americanos. Em algumas ocasiões, as autoridades coloniais se preocuparam em conter essas evasões e formularam acordos de devolução. A fronteira, porém, apresentava-se como alternativa tanto para o escravo evadido, como para o colono endividado que, sem condições de saldar seus compromissos, também fugia.

Por ocasião da guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, o estado de guerra foi habilmente utilizado pelos escravos, quando, aproveitando as dificuldades enfrentadas pelas autoridades provinciais, ampliaram consideravelmente os quilombos existentes na província.

Durante os séculos XVIII e XIX, vários aldeamentos de escravos fugitivos surgiram em território mato-grossense. Alguns, com certeza, tiveram vida tão efêmera que não deixaram registros. Outros, no entanto, se constituíram de forma organizada e duradoura. Entre os muitos arranchementos erigidos em Mato Grosso, foi possível obter informações sobre a vida de alguns deles, entre os quais os quilombos de Quariterê, do Sepotuba e do Rio Manso.

Como verificamos, precedentemente, os escravos negros, trazidos para os "sertões mato-grossenses", no início do século XVIII, não ficaram passivos diante de sua condição servil. A fuga se constituiu, ao longo do século XVIII e XIX, em uma das formas mais ousadas de confronto escravo com o poder senhorial. Mesmo debaixo de forte controle, os escravos nunca deixaram de fugir. A fuga poderia representar a possibilidade de viver de forma "autônoma", fazer o que quisesse, nem que fosse por um curto espaço de tempo. Ela fez parte do cenário colonial mato-grossense desde o início do povoamento das minas descobertas por Pascoal Moreira Cabral e Miguel Sutil. Os destinos eram variados. Poderia ser em direção aos diversos quilombos, aos domínios coloniais castelhanos, às vilas (onde o cativo tentava passar-se por forro) ou qualquer outro lugar onde fosse possível livrar-se da vida em cativo. A resistência ocorria devido à forma como estava organizado o trabalho servil na Capitania de Mato Grosso.

Contudo, analisar as fugas apenas por essa perspectiva parece não permitir ao pesquisador enxergar outras variáveis além daquela que se concentra no "escravo instrumento de trabalho".

As fugas devem ser percebidas na experiência cotidiana dos escravos, pois os processos de fugas constituíram um aspecto revelador de mecanismos de resistência escrava, destacando-se a constituição de uma comunidade e cultura negras, tanto nas cidades como nas áreas rurais (VOLPATO, 1996).

As fugas surgiram como maior exemplo de resistência escrava em Mato Grosso, seguida de outras ações como roubo, furto, agressão física e, em menor número, assassinato de senhores e feitores.

7.1 Quilombo do Quariterê

O quilombo do Quariterê, ou Quariteté, ou ainda do Piolho, situava-se nas imediações do rio Galera, afluente da margem ocidental do rio Guaporé (VOLPATO, 1996).

O Quilombo foi batido pela primeira vez por uma bandeira que partiu de Vila Bela, então sede do governo da capitania, tomada pelo sargento-mor João Leme do Prado, em 1770, na época em que Luís Pinto de Sousa Coutinho era governador de Mato Grosso.



Figura 2 - O Quilombo do Quariterê.

Fonte: Volpato, 1996, p. 221.

Esse aldeamento, ao que parece, já existia desde os primeiros tempos de exploração das minas da região do Guaporé. Era, nessa época, habitado por mais de cem pessoas, sendo 79 negros (entre homens e mulheres) e cerca de trinta índios. Sua forma de governo recorria a metáfora da “realeza”, segundo o relato de Nogueira Coelho: “Havia tido rei; então governava a rainha viúva Thereza, bem assistida de índias e negras”. Existia uma espécie de Parlamento,

presidido por “Capitão-Mor” José Cavallo. A rainha, no exercício de suas funções, contava com a atuação de um conselheiro, José Piolho (VOLPATO, 1996).

Como na maioria dos quilombos da época, algumas das preocupações centrais eram os esforços da defesa, que incluíam sigilo sobre sua localização. Para a obtenção desse objetivo, a disciplina interna era rígida e os castigos efetivamente pesados. Entre as faltas mais duramente punidas pelo quilombo estava a deserção.

A agricultura do aldeamento produzia com fartura os gêneros alimentícios necessários para seus habitantes. Além desses produtos, cultivavam fumo e algodão, mantendo ainda duas tendas de ferreiro, provavelmente voltadas para o fabrico de ferramentas e armas.

Apesar da ação violenta da bandeira comandada pelo sargento-mor João Leme do Prado, os negros que escaparam aos ataques embrenhando-se nos matos retornaram e recompuseram o aldeamento: o quilombo entrou em uma nova etapa, que durou até 1795. Por essa época, o capitão-general João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres decidiu organizar uma expedição com duplo objetivo: realizar trabalhos de prospecção, no intuito de encontrar novas jazidas auríferas, uma vez que as lavras ao redor de Vila Bela estavam se esgotando e caçar escravos fugidos, buscando-os nos quilombos.

Com os recursos fornecidos pela Fazenda Real e arrecadados entre a população de Vila Bela e dos arraiais vizinhos, foi organizada uma bandeira composta por 45 homens sob o comando do alferes dos dragões Francisco Pedro de Mel, comandante da fortificação de Casalvasco.

Vasculhando a região em que se encontrava o quilombo, os componentes da bandeira se impressionaram com a sua beleza natural, a fertilidade da terra, bem como a abundância de caça e pesca.

À bandeira impressionou também a fartura do quilombo: grandes plantações de milho, feijão, mandioca, amendoim, batata, cará e outros tubérculos. Cultivavam, também, frutas como banana e ananás. Plantavam fumo e algodão, com o que produziam tecidos grosseiros. Além disso, criavam galinhas.

Na devassa que se procedeu na região foram presos: *negros, índios, índias, caburés e caburés fêmeas*. Entre essas pessoas, apenas seis eram remanescentes do antigo quilombo, destruído havia 25 anos. Pessoas idosas, que exerciam as funções de comando do aldeamento, sob cuja orientação havia se reestruturado a vida econômica do Quariterê, eram igualmente responsáveis pela orientação da vida religiosa e pelo cuidado aos doentes. A maioria dos habitantes havia nascido no próprio aldeamento, descendendo dos sobreviventes do arranchamento anterior (VOLPATO, 1996).

Nessa época, os quilombolas mantinham conflitos constantes com os índios Cabixi, atacando-os com o intuito de raptar mulheres.

A bandeira manteve sua missão devassando aqueles sertões, destruindo e queimando arranchamentos, plantações, perseguindo obstinadamente qualquer vestígio de passagem humana.

Os quilombolas fugiam numa marcha desesperada, abandonando os arranchamentos quando pressentiam a aproximação dos expedicionários, na maioria das vezes, sem levar provisões. De forma solidária, procuravam se ajudar.

No dia 18 de novembro de 1795, a bandeira retornou a Vila Bela, deixando atrás de si um rastro de destruição, com plantações e arranchamentos transformados em cinzas. Alguns poucos quilombolas, que haviam conseguido escapar aos inúmeros ataques, viram inviabilizadas suas condições de sobrevivência, ficando isolados, com suas choupanas, provisões e haveres destruídos. Sem outra alternativa, muitos seguiram até a vila, entregando-se aos antigos senhores. Tal atitude fazia ainda mais vitoriosa a bandeira, que havia promovido tanta destruição que obrigara os remanescentes a se entregarem.

A investida contra os diversos quilombos existentes na chapada dos Parecis, arredores dos rios Galera, Sararé, Pindaituba e Piolho ocorreu em um momento muito específico da vila de Mato Grosso. Por essa época, a crise econômica já se encontrava bastante agravada, tendo sido a virada do século um período de tentativa de busca de novas alternativas, com transferência de recursos da mineração para a agricultura e a pecuária.

Assim, a vitória sobre os quilombolas representou trunfo político para o capitão-general, tanto no interior da capitania, como perante as autoridades metropolitanas. Acabando com os quilombos, o governador vencia um inimigo antigo e temido. Além disso, a vitória também levantava os ânimos de uma população extenuada na luta pela sobrevivência, em região tão distante dos núcleos mais dinâmicos da colônia e que arcava, com muita dificuldade, com os custos da guerra de fronteira (VOLPATO, 1996).

8. O MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL DE RESISTÊNCIA DOS WAIMIRI-ATROARI

Nenhuma nação indígena na história recente do Brasil defendeu seu território com mais tenacidade e bravura do que os Waimiri-Atroari. De cultura ainda pouco conhecida, eles descendem de povos que, vindos do Caribe, em momento ainda não especificado na história da América pré-colombiana, invadiram o nordeste da América do Sul e ocuparam a região conhecida como Guiana, delimitada pelo rio Orinoco, o canal de Cassiquiare, os rios Negro e Amazonas e o Oceano Atlântico, hoje dividida pela Venezuela, Brasil, Guiana Francesa, Suriname

e Guiana. Os Waimiri-Atroari foi o grupo de língua caribe que se estabeleceu mais ao sul do Planalto Guiano, ocupando um território de planícies e baixos platôs, cujas fronteiras iam do rio Mapuera, no Pará, ao rio Negro e Amazonas, tendo seus limites ao sul, nas bacias dos rios Urubu, Jatapu e Uatumã. Considerada há muito tempo um dialeto das línguas makuxi ou ingarikó, dois outros grupos da região, o waimiri é reconhecido, hoje, como idioma autônomo, integrante do conjunto de línguas Caribe do Norte (CIMI, 1998).

Os primeiros contatos dos Waimiri-Atroari com o homem branco aconteceram em 1663, na região do rio Urubu, com a fundação de uma missão religiosa. A missão foi destruída e seu missionário morto pelos índios, revoltados com as expedições organizadas pelos brancos para escravizá-los. Em represália, o governador Rui Vaz de Siqueira enviou uma tropa comandada por Pedro da Costa Favella que queimou 300 aldeias, matou 700 índios e aprisionou outros 400. Nos duzentos anos seguintes, na região do rio Negro, os índios começaram a recuar lentamente suas aldeias e, dali emboscados, repeliram qualquer tentativa de invasão. Na região dos rios Uatumã, Jatapu e Urubu, porém, a busca das chamadas “drogas do sertão” – como o cacau, a baunilha, o cravo e a salsaparrilha, muito apreciadas na Europa – fizeram surgir pequenos povoados de onde os portugueses partiam para suas expedições extrativistas, dando início a um novo ciclo de violências entre índios e brancos (CIMI, 1998).

Em 1884, finalmente, o botânico e etnógrafo João Barbosa Rodrigues tentou a primeira aproximação pacífica com os Waimiri-Atroari, através de três expedições.

As expedições de Barbosa Rodrigues abriram um período de vinte anos de relativa calma. A partir da década de 1880, entretanto, teve início o ciclo da borracha na economia amazonense, levando seringueiros e comerciantes a subir os rios, penetrando em territórios indígenas, em busca do látex. Em 1905, um desses comerciantes, conhecido por Vital, matou um índio no posto comercial que estabeleceu, nas margens do Jauaperi. Em represália, os índios mataram um de seus empregados.

A crise econômica não permitiu que o posto do rio Jauaperi fosse reconstruído e o território Waimiri-Atroari voltou a ser campo aberto à indústria extrativista. O crack da bolsa de Nova York, em 1929, resultou na queda das exportações de castanhas, desestimulando sua coleta. Assim, ao longo dos anos 30, do século XX, os invasores das terras indígenas foram rareando e os Waimiri-Atroari voltaram a obter o controle total de seus domínios, até mesmo estabelecendo relações cordiais com pescadores e caçadores que se aventuravam em suas terras.

Com a eclosão da II Guerra Mundial e com a interdição dos seringais do sudeste asiático, a Amazônia passou a viver um novo surto da indústria extrativa da borracha, na primeira metade dos anos 40, do século XX. Com o retorno dos seringueiros às terras indígenas,

o SPI estabeleceu, no primeiro semestre de 1941, um novo posto de atração dos Waimiri-Atroari, desta vez, no rio Camanaú. Nunca se conseguiu apurar os motivos ou quem atacou o posto, em novembro de 1942: não houve sobreviventes para contar a história. Os corpos foram encontrados pelo chefe da inspetoria do SPI, em Manaus, Sebastião Moacyr Xerez, em uma visita de rotina: os irmãos Humberto e Luiz Briglia, João Vieira de Souza e sua família, a mulher, Maria Augusta e, dois filhos, Antônio, Eva e uma menina de seis anos. Outra menina foi levada pelos atacantes e dela não se teve mais notícias (CIMI, 1998).

O ataque ao Posto Irmãos Briglia foi o último massacre de vulto nas terras dos Waimiri-Atroari por mais vinte anos. Nas décadas de 50 e 60, do século XX, indígenas e brancos chegaram a uma paz que, se não evitou totalmente as chacinas de parte a parte, permitiu, ao menos que, seringueiros, caçadores, pescadores e regatões transitassem com alguma segurança pelo território índio. Essas incursões muitas vezes terminavam em tragédias, mortes anônimas de índios e caboclos, cujos corpos e histórias ficavam esquecidos no meio da selva, na beira dos rios.

Em 1968, todos os grupos envolvidos, direta ou indiretamente, com a atração dos Waimiri-Atroari e a construção da BR-174, como a Funai, o DNER, o DER-AM, o 1º Batalhão de Infantaria da Selva e a Prelazia de Roraima, trabalhavam com o número de 3.000 índios no roteiro da estrada (CIMI, 1998).

8.1. A Poluição da Bacia do Rio Alalaú pela Mineração de Cassiterita feita pela Paranapanema S/A

O rio Alalaú nasce nas elevações e pequenas serras existentes na área tradicionalmente ocupada pelos Waimiri-Atroari, na divisa natural do estado de Roraima com o do Amazonas. Recebe contribuições de vários igarapés destacando-se o Alalazinho, Tiaraju e Açaí, na margem esquerda e pela direita, os igarapés Pinheiro ou Pretinho, Major Balbino e do Andrade. Corre aproximadamente 130 km no rumo sul, desviando-se rumo a oeste por 90 km, até atingir o rio Jauaperi. A bacia do Alalaú é responsável pela drenagem de 55% do território Waimiri-Atroari, a do rio Camanaú/Curiaú, 30% e a do Uatumã e Abonari, cerca de 15%, configurando uma área total de 2.585 ha. Essas terras e esses rios foram e são indispensáveis à existência dos Waimiri-Atroari (CEDI, 1991).

Extrativismo, coleta de produtos vegetais, construção da BR-174, o reservatório de Balbina e a mineração de cassiterita provocaram transformações radicais no ecossistema da área, reduzindo o espaço vital do grupo, colocando em risco seu sistema de vida e causando sensível decréscimo da população.

A mineração de cassiterita, de responsabilidade do grupo Paranapanema S/A, invadiu 526.800 ha dos Waimiri-Atroari e vem desenvolvendo projetos de extração de minérios, através do projeto denominado Pitinga, degradando a região ocupada e poluindo as águas do Alalaú.

Em 1988, a área indígena foi demarcada e a Funai negociou com a mineradora que a linha demarcatória – que deveria proteger as nascentes dos igarapés formadores do Alalaú da margem esquerda – deixasse, de fora as nascentes desses igarapés, determinando que continuassem sendo utilizados pela Mineração Taboca, na ação poluidora, a despeito do parecer nº 167/87, do Grupo Interministerial que elegeu a Área Indígena Waimiri-Atroari. A ação poluidora continuou, mesmo depois da Funai ter reiterado a sua solicitação para que o problema fosse sanado (CEDI, 1991).

Após a demarcação da área, que deixou de fora as nascentes dos igarapés que deveriam ficar protegidos, a Mineração Taboca aumentou suas atividades, desmatando nascentes e margens de igarapés, instalando um processo de extração mineral.

A Mineração Taboca, mesmo pressionada pelos índios que não aceitaram conviver com a poluição, ao invés de se retirar dos locais que explorava irregularmente, procurou através de presentes e agrados aos Waimiri-Atroari, como objetos e construção de casas para alguns líderes, fazer com que eles parassem de protestar contra seus desmandos.

Com a participação da Funai chegaram a ser assinados documentos pelos índios que autorizavam à Mineração Taboca explorar minérios dentro da Área Indígena Waimiri-Atroari em troca de *royalties* (participação nos lucros), cujos documentos comprobatórios eram mantidos em sigilo total.

A Mineração Taboca, procurando dissimular ação ilegal e altamente nociva contra o meio ambiente, contra os Waimiri-Atroari e a União, promoveu encontros de cunho ambientalista, de tal maneira que os participantes não observassem suas próprias ações poluidoras.

No entanto, a empresa mineradora que extraía minérios da área desde 1981, não apresentou, ao se instalar, o Relatório Ambiental e nem cumpriu as exigências da legislação ambiental.

Apenas em 1988, assinou um “Protocolo de Intenções” com a Codeama, hoje, Instituto de Desenvolvimento de Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IMA/AM, com o objetivo de definir estudos e providências para minimizar impactos ambientais e para recuperar áreas degradadas pelas atividades minerais do Complexo Pitinga.

Recentemente, o relatório sobre as atividades ambientais do Projeto Pitinga apresentado pelo IMA ao IBAMA foi devolvido por aquele órgão com advertência e censura, por

se tratar simplesmente de cópia do próprio relatório elaborado pela Empresa de Mineração Taboca e já apresentado ao IBAMA.

Foram feitas denúncias de poluição no rio Alalaú à Ouvidoria do IBAMA e uma equipe de fiscalização do órgão realizou uma inspeção na área, tendo constatado que a Mineração Taboca não só estava poluindo o rio Alalaú, mas tinha cometido outras infrações ambientais, como derrubada de mata ciliar nos igarapés e desmatamento dos igarapés formadores do rio Alalaú (CEDI, 1991).

Esse processo encontrava-se no setor de licenciamento do IBAMA, aguardando providências desde janeiro de 1990. Recentemente, novos episódios ocorreram provocando o aumento da turbidez das águas do Alalaú, cuja origem ainda não se identificou. Entretanto, sabemos que a Mineração Taboca continuou suas atividades minerais utilizando-se da área dentro da bacia fluvial do Alalaú (CEDI, 1991).

A Mineração Taboca, contrariando o Decreto nº 97.873/89, continuou utilizando-se irregularmente de vários tributários do rio Alalaú, jogando efluente e poluindo principalmente os igarapés denominados de Tiaraju, Madeira e 4 de Novembro, que são os formadores do rio Tiaraju, que por sua vez deságua no Alalaú.

A poluição é normalmente provocada pela exploração de cassiterita e outros metais, ocorrendo pelo revolvimento do solo e subsolo nas cabeceiras e áreas próximas aos igarapés, o que ocasiona um estado crônico de alterações das características naturais da qualidade da água dos referidos cursos d'água. Esgotos sanitários das minas também eram jogados nos igarapés sem nenhum tratamento.

Periodicamente, quando a qualidade dos efluentes retidos nas barragens atingiam níveis críticos, estes eram lançados de uma só vez nos igarapés, causando a poluição de todo rio Alalaú, desde seu alto curso, até sua foz. Nessas ocasiões, a poluição atingia uma fase aguda, observável devido às transformações da limpidez da água para uma cor embranquecida e com consistência pastosa.

O rio Alalaú, principal e maior curso d'água da terra indígena Waimiri-Atroari, com suas águas escuras e límpidas servem de sustento e outras atividades dos índios Waimiri-Atroari das aldeias Merepy Syna, Amaepie e Kaminjanyti, situadas às margens do curso principal e suas aldeias Manuwa, Xeri e Yamará, localizadas em seus afluentes e compreendendo 60% da população Waimiri-Atroari.

A poluição provocada pelas minas da Mineração Taboca, ocasionou o desaparecimento de peixes e outros animais, em razão da degradação da cadeia trófica original.

Com a turbidez e poluição das águas, os índios passaram a reclamar de problemas digestivos e dermatológicos, chegando ao ponto de não beberem mais as águas do Alalaú. Eles

enfrentavam essas dificuldades principalmente quando estavam caçando ou pescando, pois passavam vários dias afastados de suas aldeias e longe de suas fontes de água não poluídas.

Os Waimiri-Atroari tentando evitar o uso da água poluída iniciaram a construção de poços a céu aberto, sem, no entanto, resolverem o problema, pois os poços se tornaram, em pouco tempo, em focos de transmissão de doenças.

A primeira denúncia sobre a poluição do rio Alalaú pela Mineradora Taboca, foi feita em 1985, pela então, Delegacia Regional da Funai, em Manaus, que tornou público o fato, através da imprensa escrita e televisada. Em seguida, compareceram à terra indígena, técnicos do DNPM, com técnicos da Universidade do Amazonas, que comprovaram a poluição.

A Funai exigiu da Mineração Taboca que resolvesse o problema. Soube-se que foram construídas barragens de decantação, mas que não evitaram que a poluição continuasse. O DNPM concluiu em seu relatório que o “igarapé Tiaraju se encontrava altamente poluído devido à elevada taxa de sólidos em suspensão decorrente da intensa movimentação de solos e suas diversas frentes de lavras” (CEDI, 1991).

Em abril de 1987, as barragens de decantação das minas da Mineração Taboca romperam-se e grandes quantidades de efluentes poluidores desaguaram no rio Alalaú, provocando uma poluição sem precedentes, atingindo até, as águas do rio Negro. O fato foi denunciado à imprensa que deu farta cobertura ao episódio, provocando ações de vários órgãos ambientais e originando um processo aberto, pela então, Codeama, contra a Mineração Taboca, após a constatação e confirmação da poluição.

No último dia do governo de Sarney, o Ministério das Minas e Energia publicou a Portaria nº 116/89, de 13.05.89, outorgando à Mineração Taboca S/A, “concessão para lavrar o minério de estanho no lugar denominado rio Alalaú”. A área, objeto da outorga do Ministério das Minas e Energia, está na bacia do rio Alalaú, dentro de uma área que deveria ter sido resguardada pela demarcação da terra Indígena Waimiri-Atroari.

Portanto, mais uma vez, constatamos o abuso do grupo Paranapanema/Taboca que utilizou indevidamente a terra indígena para suas atividades ilegais, envolvendo a exploração de minérios.

A Mineração Taboca prosseguiu jogando efluentes, resultantes de seus trabalhos de exploração de mineral de cassiterita e outros minerais, na bacia do rio Alalaú, poluindo a principal fonte de vida dos Waimiri-Atroari (CEDI, 1991).

8.2 O Estado Brasileiro, a Paranapanema e os Limites da Terra Indígena Waimiri-Atroari

Em 1987, no dia 14 de julho, o presidente José Sarney assinou o Decreto nº 94.606, declarando a terra de ocupação dos Waimiri-Atroari. “Ficam excluídas da terra (descrita no Decreto) a superfície da inundação da barragem UHE de Balbina e a faixa de domínio da BR-174” (CEDI, 1991).

No Decreto, a descrição dos limites deixou fora da área indígena o igarapé Jacutinga – que fica na margem esquerda do rio Alalaú – e seus afluentes, não sendo preservada toda a bacia do Alalaú, como recomendava o Parecer. Esse resultado se deveu a uma negociação feita pela Funai com a Taboca/Paranapanema que já iniciara a extração de minério na própria área do Posto Indígena da Funai, chamado Atroari, nas margens do igarapé Jacutinga.

No dia 11 de maio de 1988, foi assinado o Termo de Compromisso 001/88, entre a Mineração Taboca e a comunidade indígena Waimiri-Atroari, para a realização de projetos de desenvolvimento destinando “5% do valor da pauta” do estanho contido na produção do trecho compreendido entre a linha demarcatória aceita pela Funai (negociada com a Paranapanema) e o igarapé Jacutinga.

Em 1989, no dia 16 de julho, o presidente Sarney assinou o Decreto nº 97.837, homologando a demarcação da Terra Indígena Waimiri-Atroari, com 2.585.911 ha de extensão, excluindo a área de inundação da Usina Hidrelétrica de Balbina e a faixa de domínio da BR-174.

Em 1990, no dia 15 de março, foi publicado no Diário Oficial, a Portaria nº 116, assinada no dia 13 do mesmo mês, pelo secretário-geral do Ministério das Minas e Energia, outorgando à “Mineração Taboca S/A, concessão para lavrar minério de estanho no lugar denominado Rio Alalaú” onde, de acordo com a descrição das coordenadas, está o igarapé Jacutinga, afluente do Alalaú (CEDI, 1991).

A Eletronorte, em função da construção da hidrelétrica de Balbina, represou as águas do rio Uatumã, o que provocou a morte desse rio e de seus afluentes, Abonari e Taquari, cujas nascentes estavam dentro da terra Waimiri-Atroari, provocando a mudança de duas aldeias que se encontravam nessa bacia, para as dos rios Alalaú e Camanaú.

Como responsável por essa interferência na vida dos Waimiri-Atroari, a Eletronorte se responsabilizou – num acordo com a Funai, de 20/04/1987 – pela demarcação de suas terras, o que deu origem aos limites fixados pela Funai, configurando uma área de 2.585ha.

Uma vez que os Waimiri-Atroari tinham sofrido pela perda total da bacia do Uatumã, em função do reservatório de Balbina, procurou-se preservar as demais, principalmente as do Alalaú, que ocupava mais de 55% da área, nascendo e desaguando dentro do território indígena.

A demarcação da terra teve como base formal, o parecer do grupo de trabalho Interministerial nº 167/87 – GT Interministerial 002/83 – Decreto 88.118/83, conforme anteriormente assinalado (CEDI, 1991).

Com seu território loteado e atravessado por estradas, uma hidrelétrica e pela exploração de minérios, os Waimiri-Atroari foram compelidos pelo governo, através da Funai, a negociar a assistência a que tinham direito, em troca da cessão de mais terras aos ocupantes da Terra indígena.

A partir de 1986, as lideranças dos Waimiri-Atroari começaram a assinar uma série de “termos de compromisso” com a empresa Paranapanema onde, em troca de assistência social que, por lei deveria ser obrigação da Funai, consentiam na exploração de trechos cada vez maiores de seu território (CEDI, 1991).

Portanto, percebemos ao longo da trajetória histórica dos Waimiri-Atroari, uma persistente e continuada luta desses índios, não apenas pela manutenção da posse de suas terras originárias, mas, também, questionando, posteriormente, a continuada intervenção indevida por razões econômicas de empresas e do estado brasileiro, nas suas terras. Nessa luta, eles acabaram perdendo uma parcela expressiva do seu território originário, tendo ainda, sido flagrantemente enganados com assinaturas de “termos de compromissos” que, nem sequer tinham conhecimento devido do conteúdo dos referidos “documentos”.

Assim sendo, o “modelo de desenvolvimento capitalista” implementado para a Amazônia brasileira, sobretudo, no decurso do Estado Militar, causou mais prejuízos do que ganhos para os povos tradicionais daquelas paragens amazônicas.

COLÔMBIA

9. O MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA SOCIOTERRITORIAL CAMPONÊS

Em Havana, a portas fechadas, dez delegados do governo colombiano sentaram-se à mesa para negociar, com dez delegados das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Discutia-se um dos temas mais importantes e delicados dos diálogos de paz que acabavam de completar dois anos: as vítimas do conflito. Enquanto se negociava a paz em Cuba, a guerra continuava na Colômbia, fazendo ainda mais vítimas.

Paralelamente, em Tibú, município da região de Catatumbo, norte da Colômbia, o panorama era diferente, pois milhares chegavam, procedentes de várias partes do País, acomodando-se em redes ou barracas e alimentando-se nas cozinhas improvisadas na quadra de esportes (TAVEIRA, 2014).

A proposta da criação de mais Zonas de Reservas Camponesas (ZRC) foi retomada em 2011, após ter sido sufocada e criminalizada, no decurso de oito anos, correspondendo ao governo de Álvaro Uribe (2002 a 2010), ganhando cada vez maior destaque no movimento

camponês colombiano, oxigenado pela greve agrária nacional, que conseguiu sacudir o país e obrigar o governo de Juan Manuel Santos a negociar.

A luta para a criação das reservas teve início nos anos 1980, consolidando-se juridicamente em 1994, por meio da Lei 160, regulamentada em Decreto de 1996. O tema da posse da terra foi considerado como a principal causa do conflito social e armado que perdurava há mais de 65 anos, na Colômbia. Portanto, não foi surpresa observarmos que o primeiro tema discutido entre o Governo e as Farc foi o da política de desenvolvimento agrário integral.

Os locais para o estabelecimento das Zonas de Reservas Camponesas (ANZORC) são regiões de colonização nas quais predominam terras baldias. Devem ser áreas habitadas por comunidades de agricultores focadas na produção de alimentos, cabendo às comunidades e organizações justificar tratar-se de zonas de conflito (TAVEIRA, 2014).

Segundo César Jerez, coordenador da Associação Nacional de Zonas de Reserva Camponesa (ANZORC), que reúne 53 organizações de base:

No marco jurídico, ao se declarar as Zonas de Reserva se está reconhecendo os direitos do campesinato à terra e ao território. Trata-se de uma figura que inclui elementos como a construção de desenvolvimento sustentável, vinculada à participação do Estado com investimento social.

Todavia, essa lei não se cumpriu até o momento. O líder argumentou que a economia camponesa entrou em crise por conta das mudanças macroeconômicas desde os anos 1980, especialmente após a assinatura de Tratados de Livre Comércio (TLC): “por isso, aos protestos dos últimos anos, se somaram pequenos produtores agropecuários que veem que a economia camponesa vai se tornando inviável”.

De acordo com Andrés Gil, da Associação Camponesa do Vale do Cimitarra (ACVC), constituir-se como ZRC aumentou a visibilidade sobre direitos humanos e sobre o movimento camponês na região.

Fortaleceu também, nosso processo organizativo, evitando possíveis despojos e desalojamentos. Não nos tornamos automaticamente uma cápsula de paz num país em guerra, mas ser declarada como Zona de Reserva permite uma possibilidade real de desenvolvimento camponês com base tanto na subsistência como na produção baseada na construção da soberania alimentar do país.

A conservação do meio-ambiente e recursos hídricos ameaçados pelos projetos mineiro-energéticos também seriam outros fatores importantes propiciados pela constituição de novas Zonas de Reserva. Um caso emblemático é o de Sumapaz, distrito rural, situado no extremo sul de Bogotá, onde se localizam importantes reservas de água que abastecem a capital (TAVEIRA, 2014).

Ferney Delgado, do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas de Sumapaz (SINTRAPAZ), explicou que os projetos hidrelétricos e de exploração mineral realizados na região, ameaçam a sustentabilidade e o uso da água para as comunidades e para todo o país.

A figura da Zona de Reserva Camponesa abre cenário para planejarmos o território e reorientá-lo de acordo com as necessidades que a região possui. Ela estabelece unidades agrícolas familiares e limita a acumulação de terra, permitindo conter a entrada das empresas transnacionais.

A resolução para o início dos processos de estabelecimento de Zonas de Reservas Camponesas no local, data de novembro de 2011 e já foram realizados os trâmites e estudos necessários.

Porém, assim como as outras seis propostas encaminhadas desde a reativação da figura jurídica em 2011, Sumapaz ainda espera que o governo oficialize sua constituição como Zona de Reserva Camponesa.

Até 2002, foram constituídas seis reservas, totalizando 831 mil hectares, que passam por doze municípios e seis departamentos colombianos. Durante os oito anos de governo Uribe, os novos processos foram travados. Este governo combateu a organização popular perseguindo militantes políticos, enquanto as forças paramilitares avançavam e assassinavam milhares de líderes sociais, especialmente nas zonas rurais. O fato da maioria das Zonas de Reservas Camponesas estarem localizadas em regiões onde existem movimentos insurgentes - Farc, Exército de Libertação Nacional (ELN) e Exército Popular de Libertação (EPL), foi utilizado pela direita para acusar os líderes camponeses de “braços civis” dos guerrilheiros e afirmar que as zonas se tornariam “repúblicas independentes” controladas pelas guerrilhas “terroristas”.

Ao assumir a presidência em 2010, Santos adotou uma postura conciliadora, buscando resolver o conflito pela via política, já que a via militar dos anos anteriores, apesar de debilitar os movimentos guerrilheiros, passou longe de conseguir derrotá-los. Para dialogar e buscar o acordo de paz, o governo necessitou, então, reconhecer os insurgentes como atores políticos armados e, não como grupos terroristas, como assinalava o governo anterior. Além disso, o acúmulo de forças dos movimentos sociais, incluindo o camponês, fez com que Santos se comprometesse com novas políticas para o campo, incluindo o fim do bloqueio das Zonas de Reservas Camponesas (TAVEIRA, 2014).

Durante os fóruns de participação sobre o tema agrário, espaço para formulação de propostas de paz para os diálogos de Havana, a ANZORC encaminhou proposta para a constituição das zonas. De acordo com Jerez, as Farc incorporaram a maioria dos itens e as defenderam na mesa, o que por outro lado, gerou muito mais tensão e ataques contra a figura das Zonas de Reservas Camponesas. Yenly Mendéz, advogada da ANZORC, diz:

O estancamento atual dos novos processos se explica porque o governo considera que, se cede às exigências do campesinato, em torno das zonas de reserva, significaria ceder às exigências das Farc, em Havana, que também está propondo a constituição das zonas. Isso é absurdo, porque o governo tem a obrigação legal de constituí-las.

Jerez afirma que o governo não quer cumprir a Lei 160, argumentando que é preciso que se terminem os acordos para efetivar as Zonas de Reservas Camponesas. “Nós dizemos que se trata de um processo social e camponês, de um acúmulo da luta pela terra, que já foi incluído e reconhecido pela lei. Não tem por que haver esta dependência dos diálogos entre o governo e as Farc”.

Para o coordenador da ANZORC, além dos ataques políticos e estigmatizações, há um ataque técnico e conceitual, buscando inviabilizar as Zonas de Reservas Camponesas.

Há interesses poderosos de narco-latifundiários, rentistas da terra, agentes do agronegócio, empresas petrolíferas, mineiras e hidrelétricas que necessitam da terra e do território para implantação de um modelo econômico baseado no extrativismo.

Porém, apesar dos recursos que travam o avanço dos processos, o movimento camponês vem acumulando vitórias importantes no âmbito jurídico, entre elas, um parecer da Corte Constitucional, declarando que os artigos referentes à criação das zonas estão de acordo com a Constituição (TAVEIRA, 2014).

BOLÍVIA

10. MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA SOCIOTERRITORIAL CAMPONÊS, NA BOLÍVIA

10.1 A Luta pela Nacionalização e Preservação dos Recursos Naturais: Uma Questão Central Dos Povos Indígenas

Os recursos naturais oriundos dos “territórios agregados” são para os indígenas bolivianos inalienáveis e indissociáveis da existência das comunidades originárias. Neste sentido, podemos dizer que a construção do *repertório das ações coletivas* dos MIBs está associada à questão dos recursos naturais como parte integral da cultura indígena, ou seja, a chamada *economia moral* dos povos originários. Os povos indígenas consideram os recursos naturais vitais para a produção e reprodução da sua comunidade, diferentemente da concepção modernizadora ocidental, que vê os recursos naturais somente como valor de troca.

Sendo assim, qualquer forma de organização estatal que mantenha os indígenas subordinados à gestão dos recursos naturais não conseguiria obter sustentabilidade e

legitimidade moral, a longo prazo, para criar boas condições de vida para as comunidades (LINERA, 2008).

Neste sentido, o controle do território significa *poder* para os povos originários, poder de autogovernar-se, de autoafirmação. Por isso, a questão da autonomia tem sido enfatizada nas assembleias constitucionais, realizadas na Bolívia, entre 2005 e 2008 e, mantendo-se até hoje, viva, no repertório dos discursos políticos da *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia* (CSUTCB) canalizados para as práticas de lutas cotidianas (COSTA, 2014).

10.2 A Terra como Valor Inalienável para os Povos Indígenas

A terra na Bolívia sempre foi sinônimo de luta, ao longo da história moderna das comunidades indígenas originárias. Através da terra, os colonizadores buscavam sua consolidação mercantilista e se relacionavam com os indígenas. Com a formação do Estado boliviano, toda a perspectiva hegemônica do seu processo de modernização ocidental, a terra somente constituiu uma mercadoria sujeita às leis de mercado (COSTA, 2014).

Em uma perspectiva indígena, a terra representa uma formação material, tendo um valor cultural que lhe é intrínseco. A terra significa um centro integrador e agregador das comunidades indígenas, trazendo consigo uma noção de espaço e de tempo que está ligada às identidades com relação aos seus ancestrais e ao futuro das comunidades no plano dos seus valores morais e jurídicos. Assim, a questão da terra, na concepção indígena dominante atualmente (um valor econômico, político, cultural, étnico e religioso) é chamado de *comunario*. Portanto, segundo os guaranis, o território é o espaço que tem três divisões: a *Oka* (onde se encontram casas, escolas, postos), *Koorenda* (as atividades agropecuárias) e *Guatarenda* (recria sua cosmovisão, a relação com a propriedade da natureza).

Neste sentido, a formação e consolidação da Bolívia como Estado-nação, a partir da proclamação da república, teve em sua base o conjunto de modernização das normas jurídicas, políticas, econômicas e sociais, em nome da “civilização” boliviana que devia ser regida pelos marcos legais de um “mercado livre de terras” (REGALSKY, 2003). Tal fato modernizante era considerado pela elite crioula, como indispensável para atingir o progresso da “nação boliviana”. Por outro lado, esta política representou um alargamento do latifúndio no país.

A tentativa de redistribuição das terras bolivianas para os camponeses-indígenas teve início com a reforma agrária de 1953, visando distribuir equitativamente as terras. Porém, com o fracasso, poucos anos depois da revolução, este processo foi cooptado pela rearticulação da classe dominante boliviana, através do PMC. A reforma agrária seria relegada pelo Estado boliviano durante décadas. Assim, apesar de fazer parte do repertório reivindicativo de algumas

vertentes dos Movimentos Indígenas Bolivianos, durante este período do PMC, a partir da década de 1990, a discussão dos chamados territórios indígenas ganhou mais ênfase.

A “marcha pelo território e dignidade”, desencadeada pelos povos indígenas do oriente, trouxe novamente para o debate na Bolívia, a questão do território e da territorialidade indígenas. Por outro lado, a *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia* (CSUTCB) articulada com a *Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia* (CIDOB) seguiam a linha da incorporação reivindicativa dos setores indígenas marginais e esquecidos ao longo do tempo, principalmente, na Amazônia boliviana – o direito à propriedade da terra pelos povos indígenas originários. Portanto, “a solução dos problemas de posse da terra foi sendo pautada pela revisão das terras que se encontram em mãos de latifundiários e empresas privadas, seguidas pela redistribuição das terras, rechaçando a mercantilização das terras” (CAMACHO, 2001, p. 12).

A pressão pela reforma agrária ganhou maior força nas comemorações governamentais dos quinhentos anos da chegada espanhola na Bolívia, em 1992. Além disso, parte significativa dos Movimentos Indígenas Bolivianos, reagiu de forma contundente às tentativas de comemoração deste período que iniciou a modernidade, na Bolívia. Desta feita, realizaram-se assembleias de nações originárias que marcaram o auge dos protestos deste período. O comitê era formado por um leque de alianças inovadoras e seus representantes eram da CSUTCB, CIDOB, *Central Obrera Boliviana* (COB), as igrejas e a UNITAS (plataforma nacional de ONGs da Bolívia). Este movimento não teve grande longevidade e foi perdendo legitimidade devido aos constantes atritos entre as confederações indígenas e as ONGs (REGALSKY, 2005). Além disso, a CSUTCB incorporou em seu programa o convênio 169/1989, da OIT, o qual previa a autonomia dos povos originários no gerenciamento de seus territórios.

Assim, a promulgação da *Ley del Servicio Nacional de Reforma Agraria* (INRA) introduziu o conceito de “território indígena como habitat”, “garantindo seu caráter inalienável” (CAMACHO, 2001). Antes disso, outra lei promulgada pelo governo de “Goni” foi a Lei de Participação Popular (LPP), de 1994, que era a base legal para as “comunidades indígenas” orientarem o Estado sobre suas demandas de terra e, também, sobre territórios (latifúndios improdutivos) com o objetivo de promover a reforma agrária. No caso particular das chamadas terras baixas da Bolívia, as orientações dos indígenas seguiam um plano estatal que ficou conhecido como Terras Comunitárias de Origem (TCO), da lei do INRA. O Estado baseado neste marco legal, procurava, conforme a lei 169 da OIT, estabelecer em suas leis nacionais, “a distribuição e redistribuição para o uso e aproveitamento individual e familiar ao interior das terras comunitárias de origem e comunais [...] regidas pelas regras comunitárias, de acordo com os seus usos e costumes” (REGALSKY, 2005, p. 136-137).

Nos marcos do multiculturalismo, o Estado boliviano já atuava no início da década de 1990. Portanto, muitos autores trabalham com a perspectiva de que a INRA, da forma como foi colocada pelo governo, consolidou definitivamente o neoliberalismo no meio rural.

Entretanto, devemos ressaltar que foi a partir da lei INRA que voltaram a surgir novas grandes extensões de terra voltadas para a produção de soja, principalmente no Estado de Santa Cruz, que recebeu uma grande quantidade de recursos do Estado, via Banco Mundial, para iniciar as plantações e preparar as melhores terras para o plantio de soja.

Além disso, o Estado deveria proteger os indígenas e os latifúndios considerados produtivos, mesmo que estes estivessem em áreas consideradas pelos indígenas como Terras Comunitárias de Origem (TCO). Na prática, a reforma agrária iniciada pela lei INRA ficou longe de contemplar as comunidades indígenas até o início deste século.

Neste contexto, de 1994 até 2000, as reivindicações da CSUTCB com relação ao direito da terra e do território centravam-se na oposição ao processo de reforma agrária nestes marcos do multiculturalismo, pois, consideravam tal processo como vertical e ineficaz por parte do Estado.

Nos finais do século XX, a CSUTCB estava totalmente voltada para medir forças com o governo, contra as chamadas “novas leis” e suas aplicações na sociedade boliviana – a lei florestal, de hidrocarbonetos, de minerais, de água e da biodiversidade – que, segundo a confederação, eram voltadas para favorecer os interesses dos empresários estrangeiros e colocavam em risco a existência dos indígenas-camponeses e das suas comunidades, retirando a soberania nacional (COSTA, 2014).

ÁFRICA

11. MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA SOCIOTERRITORIAIS AFRICANOS

Na situação presente, na qual enfatizamos o processo colonial africano, entendemos que o mesmo deverá ser analisado à luz do modo de produção. Foi um período que se consumou, no caso presente, ao longo do século XIX, no qual as nações europeias deflagradoras do processo colonial sentiram a necessidade de ampliar os seus domínios, em outras áreas do globo, que corresponderiam aos seus novos mercados, não apenas, de produção, segundo a ótica dos seus interesses, mas também, do consumo dos seus produtos pelas populações dominadas. Sob a perspectiva do modo de produção, os europeus diligenciaram na África, dois tipos de ocupação: - as colônias de povoamento e as colônias de exploração. Nos dois casos podemos observar a proeminência do processo de dominação, exploração e exclusão dos nativos que, deram o

suporte às economias europeias, mas, em contrapartida, tiveram a sua cultura tradicional esfacelada, as suas riquezas dilapidadas, os seus territórios apropriados e divididos em flagrante descompasso com os seus objetivos tribais e sociais, redundando num processo de marginalização econômica, social e política, do ponto de vista da negritude africana, sem precedentes na história contemporânea.

Ainda que tenhamos a preocupação com questões econômicas, não podemos deixar de discutir os movimentos de resistência africanos contra o colonizador europeu sob a ótica militar, da luta armada, em defesa dos seus próprios territórios.

11.1 Preambulo da Situação Pré-Colonial na África

As relações seculares dos africanos com os europeus se construíram sem a necessidade de modificação radical, pois havia uma confiança europeia na incipiente força local que resistia à invasão, tal como vinham fazendo há séculos. Entretanto, à medida que o tempo evoluiu, as necessidades e ambições políticas das nações europeias, em função do desenvolvimento econômico, foram cada vez mais marcantes.

Os europeus não estavam mais interessados única e exclusivamente na troca de bens. Sua ambição ia mais além, tendo em vista os anseios de exercer um controle político direto sobre a África que adaptou-se bem ao sistema econômico de exportação agrícola, este em substituição ao sistema escravista pretérito. Esses encaminhamentos fizeram com que as relações entre africanos e europeus passassem por mudanças significativas entre 1880 e 1935. Durante esse período, efetivaram-se reordenações geopolíticas substanciais (criação/reestruturação de novas fronteiras e mudanças no poder político). Os dirigentes africanos desconheciam que seu armamento estava de longe superado, haja vista os novos equipamentos à disposição dos exércitos europeus, com destaque para a metralhadora Maxim, anos luz distante das arcaicas espingardas que usavam os exércitos locais.

Diante desse quadro, os africanos tinham poucas opções para preservar sua soberania: tentar solucionar as desavenças através da diplomacia; aceitar a submissão passiva ou resistir através da luta armada.

Com exceção da Etiópia e da Libéria, a África configurou-se, em 1914, em um território dominado pelas potências coloniais europeias, sendo submetida à divisão em múltiplas dimensões que atentaram, não somente, contra a soberania nacional, mas também, às identidades culturais a partir da imposição do Estado europeu, pois, este submeteu a África política, econômica, territorial e militar, para lograr a imposição de sua administração em prejuízo dos anseios africanos.

A posição de *Machemba*, chefe africano dos Yao exprime bem qual seria o pensamento da maioria dos outros chefes africanos, no que se refere ao protetorado por parte dos britânicos:

Preste atenção à vossa mensagem sem encontrar razão para vos obedecer. Preferiria morrer. Não caio a vossos pés, pois sois uma criatura de Deus como eu [...] Sou sultão aqui na minha terra. Vós sois sultão lá na vossa. No entanto, vede, não vos digo que me deveis obedecer, pois sei que sois um homem livre. Quanto a mim, não irei à vossa presença; se sois bastante forte, vinde vós me procurar (Apud Davidson, B., 1964, p. 357-358).

A religião foi uma das armas empregadas tanto no ataque quanto na defesa da soberania nacional. Muitas vezes, foi por intermédio dela que as missões adentraram no território africano com o intuito aparente de evangelizar e disseminar a cultura europeia. Muitos dirigentes africanos acolheram as inovações (escolas primárias, secundárias e universidades) por entenderem, no pensamento autóctone, serem inofensivas à soberania e à independência. Porém, um número pouco expressivo de africanos ocidentais se beneficiou de uma educação europeia. Assim, através desta qualificação, poderia ser possível a ocupação de cargos administrativos, como também, a direção de empresas importadoras e exportadoras, oferecidas pelas administrações públicas e privadas europeias.

11.2 Generalidades da Partilha e Conquista da África

Marcado pelo retalhamento do continente africano, o período entre 1880 e 1914, vivenciou conflitos armados sem precedentes na história mundial. De maneira rápida e relativamente fácil, os europeus conseguiram subjugar o continente africano. Essa dominação é explicada por diferentes teorias que visam esclarecer a partilha africana, dentre elas destacando-se as teorias econômica, psicológica, diplomática e da expansão africana.

11.3 Fragmentação do Território Africano

Não satisfeitos da influência exercida perante os países africanos, os europeus, sob o comando de Brabante (rei dos belgas, em 1865), convocou a chamada Conferência Geográfica de Bruxelas, que resultou na criação da Associação Internacional Africana. Esta contribuiu para a fragmentação do território africano em favor das grandes potências europeias que demonstraram interesse em serem contempladas com territórios.

Apesar de não ter, inicialmente, como objetivo o retalhamento do continente africano, a conferência de Berlim (1884-1885) acabou por nortear a partilha, além de ter beneficiado a aprovação de resoluções legitimadoras da livre navegação no Níger, no Benue e seus afluentes, bem como a ocupação do território nas costas africanas. As potências europeias, mesmo antes da

conferência de Berlim, possuíam influência na África através das instalações de colônias, entrepostos comerciais, missões católicas, ocupações de zonas estratégicas e tratados com dirigentes africanos (1885 e 1902). Elas se utilizaram dessas influências para fomentar tratados entre africanos e europeus, ou somente entre europeus, com o objetivo de se discutir o poder sobre o território africano. Tratados foram feitos por representantes europeus e autoridades africanas no sentido de se garantir a promoção de protetorados em renúncia à soberania.

A não contestação dos tratados pelas potências europeias que regulamentavam bilateralmente as novas fronteiras da África, era um sinal verde para a ocupação de um território africano. Foi exemplo o tratado anglo-alemão, de 10 de novembro de 1886, que estabeleceu a influência britânica em Zanzibar. Muitos desses tratados eram elaborados de forma obscura, tendo em vista serem juridicamente indefensáveis e moralmente discutíveis, pois contemplavam os interesses da Europa em prejuízo dos povos africanos.

11.4 O Sucesso Europeu na Conquista Militar Africana (1885-1902)

Os mais ativos na consecução da política de ocupação militar foram os franceses que lograram êxito no alto e baixo Níger, conseguindo romper a resistência do grande Samori Touré; conquistaram a Costa do Marfim, a futura Guiné Francesa, o Gabão e Madagascar. Espetaculosa e sangrenta, a conquista britânica se resumiu à anexação do Ashanti (1901), Nigéria (1900), o reino de Itsekiri (1894), Brass e Benin (conquistadas no final de século XIX), Igbo (nas duas primeiras décadas do século XX), Nupe (1895), Ilorin (1897), além do sultanato de Sokoto (1902). A ocupação do território africano se revelou difícil para as outras potências europeias. Os alemães conseguiram dominar o sudoeste da África (fim do século XIX); Togo (1897-1898); Camarões e os principados Peul (1902). Portugal somente completou a ocupação do território africano no decorrer do século XX, obtendo Moçambique, Angola e Guiné-Bissau. Com muita dificuldade, a Itália conseguiu ocupar parte da Eritrêa (1883), a costa oriental da Somália (1886) e as zonas costeiras da Cirenaica e da Tripolitânia (1911).

A facilidade com que as potências europeias conquistaram a África se explica na observação de quatro aspectos fundamentais: as atividades dos missionários e dos exploradores, que permitiram o conhecimento a respeito da geografia do interior do continente; o avanço na medicina, que diminuiu as doenças como a malária; a superioridade econômica, proveniente da revolução industrial, possibilitando o gasto de milhões de libras e a união dos Estados europeus e desarticulação entre os Estados africanos. Porém, o fator que mais pesou na conquista foi a superioridade logística e militar europeias. Estava a África desprovida de profissionais bem

treinados, artilharia pesada, força naval, exército permanente e dotada de equipamentos militares obsoletos, contrapondo-se, assim, à situação europeia.

Os conflitos entre europeus e africanos renderam uma nova fronteira que modificou profundamente a geopolítica africana, bastando observar como estava configurado o mapa geopolítico da África três décadas após 1879.

11.5 As Resistências Africanas Diante da Conquista Europeia

Ao mesmo tempo irreversível, devido à revolução tecnológica (modernos armamentos, ferrovias, telegrafia, etc.), a conquista africana também se mostrou resistível. Esses movimentos de resistência se destacaram pela motivação ideológica inovadora.

Apesar dos apologistas do colonialismo terem desvirtuado a resistência armada africana, reduzindo-a à uma simplória interpretação, se utilizando de termos como irracional, desesperadora e, resultantes de superstições, os movimentos de resistência posicionaram-se, efetivamente, na defesa da soberania, havendo a distinção entre aqueles provocados pelos anseios dos grupos dirigentes, que visavam a conservação de seu poder de exploração e, em maior escala, os contrários à opressão e ao autoritarismo colonial. Os relatórios coloniais tentaram esconder a resistência colonial, porém, os historiadores conseguiram identificar que as doutrinas religiosas se apoiavam diretamente nas questões da soberania. As crises de legitimidade, fomentadas pela profanação de espaços sagrados, instigaram o surgimento de grandes movimentos atávicos que objetivavam a redefinição da soberania, sendo apoiadas por chefes espirituais como pode ser observado no exemplo verificado por Walter Rodney (1972, p. 245-246), no referente à resistência dos Ovimbundu, em Angola, onde a resistência espiritual foi empregada como arma religiosa.

11.6 Importância das Resistências Africanas

Somente na última década do século XX, os movimentos de resistência foram reconhecidos na sua plenitude como geradores da reconquista do território, da soberania e do nacionalismo africanos. Diante das novas ideias, acadêmicos passaram a observar a questão africana através de um prisma abrangente, podendo-se perceber a contestação não somente de conexão entre os "movimentos de resistência" e aqueles a favor da liberdade. Para Henri Brunschwig (1974, p. 63-64), não há filiação entre os movimentos de resistência e os movimentos nacionalistas modernos e, sim, um conflito entre adaptação e resistência às ideias

estrangeiras. Opostos à proposta de Brunschwig, historiadores contestam a possibilidade de relação entre a resistência e o nacionalismo. Steinhart comenta:

Em vez de examinar a resistência ao colonialismo pelo prisma deformante da mitologia nacionalista, devemos criar um 'mito' melhor, que explique de forma mais clara a realidade da oposição africana [...] O 'mito' da insurreição revolucionária pode nos proporcionar um conhecimento mais vasto e mais profundo dos movimentos de oposição e de liberdade do século XX do que o depauperante 'mito' do nacionalismo (STEINHART, texto inédito).

Num discurso implícito de objeção a Brunschwig e Steinhart, Isaacman dá ênfase a uma nova definição de soberania que abrange a conexão entre a resistência anterior e os movimentos contemporâneos que objetivavam a liberdade. A tradição de resistência serviu de modelo para ações futuras que serão discutidas *a posteriori*.

11.7 Resistência sob a Ótica Econômica

Para o autor Samir Amin (1972), os verdadeiros movimentos de resistência ocorreram na África ocidental, no final do século XVII e se expandiram pelo século XVIII. O autor trata as resistências como ações desentusiasmadas que defendiam uma classe dirigente comprometida com os encaminhamentos coloniais. Segundo Amin, o que estava em jogo, nos conflitos entre os africanos e os europeus, era a manipulação econômica e, não a dominação política. Nesta vertente, se destacaram três importantes movimentos de repúdio à manipulação econômica europeia e à uma aristocracia africana: as guerras de 1673 a 1677; a revolução dos Torodo (1776), que erradicou o tráfico de escravos e o movimento de 1830, desestruturado pelos franceses.

Devido à lentidão que se configurou a conquista colonial, a resistência a essa dominação não se mostrou muito eficaz. -Porém, outros autores, adeptos da perspectiva econômica, alegaram que os principais movimentos de resistência à dominação econômica evidenciaram-se, apenas, no século XX. Um desses autores foi Immanuel Wallerstein (1970) que elegeu a resistência dos mercadores e intermediários africanos, como a quebra da aliança comercial existente com os europeus que deram início às contendas, pois estes almejavam a instauração do monopólio comercial.

A nova geração de historiadores não dá tanta importância à resistência dos mercadores, pois a visão que estes tinham de justiça social não era compatível com o comércio escravista que eles implementavam. Por outro lado, historiadores da resistência, adeptos da

visão econômica, não concordam que a revolta popular foi fruto da agressão comercial europeia e, sim, em função de uma paulatina aquisição de maturidade política.

A resistência no continente africano se mostrou dinâmica, tendo ao longo da história discutido novas perspectivas entre os historiadores, que observaram revoltas armadas e movimentos de resistência direta à agressão econômica europeia. Esses movimentos serão regionalizados dividindo-se em sete regiões africanas: o Nordeste, o Norte e Saara, o Ocidente africano, o Oriente africano, a África Central, a África Meridional e a Ilha de Madagascar.

Devemos ressaltar, que em todos esses movimentos de resistência, o território emerge como questão de suporte, porquanto, sem ele não se poderia falar de atividades econômicas. Ao longo da história da África, as comunidades africanas sempre resistiram à invasão e à posse estrangeira dos seus territórios originários. Por essa causa, os africanos perderam uma quantidade enorme de vidas e, infelizmente, foram subjugados, na maior parte do desfecho desses movimentos de resistência, tendo em vista a sua fragilidade em armamento militar e logístico.

11.7.1 Resistência no Nordeste Africano

11.7.1.1 Egito

Deixado numa situação de quase falência, proveniente dos empréstimos adquiridos à Europa pelo quediva Isma'il (1863-1879), o Egito sofreu com uma péssima administração, sendo metade dos recursos da receita revertidos para o pagamento do serviço da dívida, forçando, assim, um aumento da carga tributária à população. Essa situação acarretou para o sucessor, o quediva Tawfik (1879-1892), descontentamento do povo egípcio com a subserviência de seus representantes à Europa.

Devido às consequências dessa crise, que alcançou os autóctones e preservou o enriquecimento dos residentes estrangeiros, emergiu a revolução urabista. Esse movimento, liderado pelo coronel Ahmad 'Urabi, objetivava a erradicação da dominação estrangeira, indo de encontro ao despotismo do quediva. O movimento teve o apoio de chefes muçulmanos que exigiam uma reforma política, abrangendo a promulgação de uma constituição liberal, a formação de um governo parlamentar e a derrubada da dinastia Muhammad 'Ali. Posteriormente, quando se popularizou entre as massas, iniciando a formação do Partido Nacionalista, 'Urabi tornou-se ministro da guerra. A revolução, que obteve sucesso no início, preocupou Tawfik, fazendo-o promulgar, em fevereiro de 1882, uma constituição medianamente liberal. O quediva, que temia a perda de sua legitimidade, também se articulou secretamente

com os ingleses para evitar a revolução, solicitando sua intervenção. Os ingleses, então, em junho de 1882 invadiram Alexandria. Porém, decidido a repelir a invasão, o gabinete egípcio rejeitou o ultimato britânico de desistir de Alexandria, dando, assim, pretexto para que eles bombardeassem a cidade no ano seguinte. O exército egípcio recuou devido à sua inferioridade logística para Kafr al-Dawar, onde 'Urabi declarou a *jihad* contra os ingleses.

Sendo difícil a ocupação do Cairo, os ingleses partiram para o canal de Suez, onde se organizaram para, posteriormente, conquistar a capital do Egito. Apesar de ter tido apoio da população local, o exército egípcio estava em desvantagem na questão logística e bélica. Com 4 mil homens a mais, os britânicos, liderados por *sir* Garnet Wolseley, ocuparam Ismailia e venceram a batalha de Teel-Kebir, em 11 de setembro de 1882. Apesar da promessa de rápida evacuação, fizeram-se presentes no país por 72 anos. O insucesso da revolução urabista se deu em função do curto período que teve para mobilizar o povo, bem como o não entendimento entre a frente nacionalista, os militares e os civis constitucionalistas, pois estes não permitiam a ascensão militar ao poder, sem falar nas intrigas do quediva que facilitaram a ocupação britânica.

A derrota urabista trouxe um clima pessimista na primeira década da ocupação inglesa, não havendo resistência, salvaguardando-se a voz dos exilados. Entretanto, com o objetivo de trazer a contextualização da ocupação inglesa à opinião pública egípcia, foi criada, em 1883, por Djamal al-Din al-Afghani e Muhammad 'Abduh a revista pan-islâmica "O Elo Indissolúvel", com o propósito de influenciar a opinião pública contrária à ocupação inglesa no Egito. Proibida a partir da oitava edição, essa publicação atingiu seus objetivos junto a um pequeno número de alfabetizados egípcios, destacando-se dentre eles o xeque Ali Yusuf, que na década de 1890, retomou a contestação da ocupação inglesa através da criação da organização "Os Reformadores Constitucionais". Conseqüentemente, em 1893, personalidades egípcias também absorveram o sentimento de xenofobia, sendo o novo quediva 'Abbas Hilmi, instigador do movimento nacionalista durante os três anos iniciais do seu reinado. Este desafiou a autoridade do cônsul-geral britânico Lord Cromer. Todavia, paulatinamente, a velha sociedade egípcia foi perdendo participação no governo local.

O chefe carismático Mustapha Kamil e seu Partido Nacionalista foram os maiores adversários da presença inglesa. Entretanto, não lograram êxito na tentativa de articularem-se com outras nações europeias, numa aliança para retirar os ingleses do território egípcio, pois ingenuamente acreditavam que outras nações europeias, não muito afeitas à ocupação britânica no Egito, poderiam ajudá-los na investida antibritânica. As tentativas de conscientização junto aos meios de comunicação europeus, ou diretamente a seus cidadãos, não foram suficientes para convencê-los, uma vez que eles próprios tinham colônias na África.

Objetivando desmistificar a afirmação de Cromer, favorável aos interesses britânicos, de que "os egípcios eram incapazes de governar", Kamil inicia, a partir de 1898, um árduo trabalho de conscientização junto à população egípcia, procurando mostrar as glórias pretéritas de seu povo e, conseqüentemente, combater o sentimento derrotista que assolava o território egípcio. Mediante suas ideias, Kamil buscou apaziguar as desavenças internas e construir uma unidade que permitisse a formação de uma frente nacionalista para reerguer a identidade patriótica. Essas iniciativas renderam uma greve de estudantes de Direito, em fevereiro de 1906 que deram início a um desenvolvimento maior do patriotismo. No entanto, foi a partir do incidente de Dinshaway, em 1906, que a população egípcia se mostrou no limite em relação à convivência britânica. Oficiais ingleses se dirigiram para a aldeia de Dinshaway com o intuito de caçar pombos, porém este animal fazia parte da alimentação dos aldeões que se viram obrigados a contestar a ação estrangeira. No embate, um oficial foi morto. As autoridades britânicas impuseram severas penas aos questionadores da ação, entre elas o enforcamento de quatro pessoas em praça pública, procedimento este que já havia sido suprimido dois anos antes. Segundo Kamil, esse ato bárbaro foi responsável pelo afloramento de um sentimento antibritânico, iniciando-se, então, a deflagração do nacionalismo egípcio. Após o incidente, os ingleses não mais se sentiram seguros na colônia, fazendo-os reconsiderar a política de dominação. Em 1907, Eldon Gorst substituiu Cromer e implementou uma nova política, que foi considerada como uma grande vitória para Kamil e seu partido nacionalista, legalizado em 1907. Muhammad Farid substituiu a chefia do Partido Nacionalista, logo após a morte de Kamil, em 1908. Apesar de não possuir as credenciais de seu antecessor, Farid continuou o trabalho de repúdio à ocupação militar inglesa, sendo preso em 1911.

Admitindo que o poderio britânico era por demais marcante para ser expurgado pela ação revolucionária, uma parte da elite, se aproveitando das mudanças políticas conseqüentes do incidente de Dinshaway, assumiu, em 1907, uma postura estratégica de ajuda aos britânicos, criando no mês de outubro do mesmo ano, o Partido do Povo, baseado nas ideias europeias para modernizar a tradição islâmica. Entretanto, devido a colaboração com o invasor, o partido não teve aprovação dos nacionalistas. Essa desunião entre elite e nacionalistas enfraqueceu o movimento nacionalista egípcio, apresentando-se elitista, portanto fraco, para avançar no caminho da autonomia que somente veio a evoluir em 1913, quando foi deflagrada uma revolta aberta contra a ocupação britânica.

11.7.1.2 Sudão

Administrado pelo governo turco-egípcio desde 1821, o Sudão, juntamente com o Egito, iniciou em meados de 1880 o questionamento à ocupação britânica. Liderados por Muhammad Ahmad al-Mahdi, os movimentos revolucionários se configuraram numa jihad (guerra santa) como fora propagada no Egito por 'Urabi, sendo convocados para participar todos os muçulmanos. Porém, é incorreto afirmar que a causa mahdista se resumia somente à religião. Os descontentamentos envolviam também a ação do governo turco-egípcio; as violências consequentes da ocupação; os elevados impostos cobrados pelos turcos; as tentativas de eliminação do comércio escravista, altamente lucrativo para alguns sudaneses do norte, bem como favores dos turcos ao povo Shaykiyya, gerando a inveja de grupos locais que, posteriormente, apoiaram Mahdi (SHOUQAIR, 1967, p. 631-636).

Assumindo o papel de Mahdi, que tinha como ideal o profeta Maomé, Muhammad Ahmad ibn 'Abdallah entrou em conflito com o governo anglo-egípcio entre os anos de 1881 e 1885 que, subestimando sua ação, encaminhou um fraco contingente militar para combatê-lo, na ilha de Aba, onde houve a fácil e rápida vitória dos Ansar (como eram genuinamente conhecidos "os adeptos do Profeta Maomé, em Medina"). Mahdi, num ato estratégico que comprovou sua genialidade militar, após o combate de Aba decidiu migrar para a região de Djabal Kadir, na Núbia, afastando a revolução da região do Nilo.

A batalha de Shaykan, que novamente marcou a revolução mahdista, se destacou pela derrota do exército egípcio pelos Ansar, tendo como consequência a ampliação do número de sudaneses revoltosos e o colapso da administração turco-egípcia no oeste do Sudão, assumindo, então, os mahdistas o controle das províncias de Kordofan, Darfur e Bahr al-Ghazal. Preocupados com a repercussão da batalha de Shaykan, os britânicos delegaram ao general britânico Charles Gordon o combate ao movimento de resistência mahdista, porém, o Mahdi pôs fim à dominação turco-egípcia no Sudão com a morte do general.

Entre 1881 e 1885, o movimento Mahdiyya se transformou num poderoso Estado, baseado no Corão e na Sunna, perdurando por 14 anos, cuja política externa foi alvo da jihad. O califa 'Abdallah, sucessor de Mahdi que morreu em 1885, deu continuidade à política externa orientada pela jihad contra o Egito e a Etiópia. A insistência para que o imperador da Etiópia aderisse ao mahdismo e ao Islã arruinou as tentativas de aliança entre o Sudão e a Etiópia contra o imperialismo europeu, gerando embates armados e fragilizando os dois Estados em benefício dos europeus.

Os britânicos, em 1896, invadiram de surpresa o Sudão e, após várias batalhas como a de Atbara e Karari, conquistaram Diwaykrat, em 1899, graças à sua superioridade bélica. Apesar de todos os chefes mahdistas terem morrido, o ideal político e religioso do Mahdiyya sobreviveu. A população mahdista, apesar da proibição dos britânicos, continuou fiel ao islamismo que os

guiou contra os britânicos. Apesar da falta de maturidade bélica, esses conflitos provaram ao africano, no sentido político e religioso, que eles não recuariam diante da dominação colonial.

A resistência dos sudaneses às transformações sóciopolíticas estabelecidas nos moldes britânicos, nas montanhas da Núbia e no sul do Sudão foi considerada pelos ingleses, apesar de eminentemente local, como a mais significativa antes da Primeira Guerra Mundial. A comunidade Núbia demonstrou parte de sua hostilidade através da morte de funcionários britânicos. No sul do Sudão, o povo Nuer recusou-se a reconhecer a autoridade estrangeira, atacando em 1914, um posto governamental. Apesar de terem alguns líderes mortos em combate, os Nuer mantiveram-se fortalecidos no movimento de resistência até a revolta popular de 1927. Ainda no Sudão, os Azande, liderados por Yambio, preocuparam-se em impedir a ocupação de qualquer tropa estrangeira, dando ênfase maior aos belgas que estavam posicionados na fronteira meridional do território Azande. Na tentativa de intimidar os belgas, os Azande "convidaram" pretensiosamente os ingleses para que instalassem um entreposto comercial no seu território. Entretanto, quando a Inglaterra se encaminhava para o país de Yambio teve sua tropa atacada pelos Azande. Os belgas, aproveitando-se da situação, organizaram-se para conquistar o território Azande e o fizeram facilmente com armas de fogo que contrastavam com as lanças dos Azande. Apesar da derrota, o povo Azande continuou a luta, molestando, posteriormente, os ingleses durante a Primeira Guerra Mundial.

11.7.1.3 Somália

O território somali, por estar estrategicamente posicionado, foi disputado pela Inglaterra, França e Itália. Os interesses desses países no comércio indiano e em relação a outras regiões da Ásia, fizeram com que estes instalassem protetorados na costa da Somália e, posteriormente, adentrassem no interior. Os encaminhamentos da partilha da Somália, despertaram nos somali a desconfiança e, conseqüentemente, a resistência.

As autoridades locais, inconformadas com as usurpações que se apresentavam, organizaram vários levantes contra a invasão etíope e europeia. Os somalis jamais facilitaram o processo de colonização do seu território. Houve a tentativa diplomática somali em contrapor os invasores entre si, porém, este projeto fracassou com um acordo pacífico entre europeus e os etíopes. Alguns clãs somalis entraram no combate armado contra os ingleses, italianos e etíopes, chegando a acarretar perdas substanciais entre os invasores. Apesar de existir uma certa unidade cultural, o povo somali tinha entre seus clãs desavenças políticas. Os conflitos, no que concerne à invasão estrangeira se deram isoladamente, não havendo articulação entre eles no sentido da criação de uma unidade militar de resistência.

A resistência, durante o período da partilha, deixou vivo na comunidade somali o referencial de resistência que estimulou, posteriormente, a jihad de Sayyid Muhammad Abdille Hasan contra os europeus e etíopes. Homem bastante religioso, Sayyid Muhammad acreditava que a invasão do cristianismo através da instalação de escolas, destruiria a religião islâmica. Mesmo existindo uma configuração heterogênea dentro da Somália, na perspectiva tribal, Sayyid, através do seu discurso carismático, corânico e da sua competência administrativa, conseguiu unir tribos, independentemente da linhagem, na defesa do nacionalismo somali e do islamismo, conseguindo, mediante a jihad, vencer vários conflitos.

Enfraquecido pelos consecutivos conflitos, Sayyid buscou refúgio no protetorado italiano de Midjurtayn. Após reunir uma tropa, entrou em conflito com os ingleses, obrigando estes a desocupar o interior, em 1909. Entretanto, em 1920, os ingleses aliaram-se aos etíopes conseguindo matar Sayyid, na Etiópia. Sayyid Muhammad foi um chefe que se transformou num empecilho para europeus e etíopes. Todavia, não conseguiu, através da jihad, expulsar os invasores. Mas, contribuiu com sua iniciativa para o fortalecimento do sentimento nacionalista somali que norteou gerações posteriores.

Os movimentos de resistência liderados por 'Urabi no Egito, Mahdi no Sudão e Sayyid na Somália, apresentaram-se como as iniciativas mais marcantes da África diante do elevado número de pessoas que morreram nesses conflitos com as metrópoles, sempre objetivando a preservação de sua identidade política, religiosa, social e territorial. Os muçulmanos desses territórios buscaram, conseqüentemente, uma reforma que influenciou outras nações islâmicas a fazerem o mesmo nos séculos XVIII e XIX.

11.7.2 Resistência no Norte e no Saara

Iniciada pelos habitantes do Maghreb e do Saara, os movimentos de resistência à dominação colonial na porção norte da África, tomaram corpo a partir de 1907. A região durante o período de dominação apresentou-se em Estados Constituídos (marroquino a oeste e otomano a leste), Confrarias Sufi (organização de contestação à ocupação estrangeira, de inspiração religiosa e função política) e a djema'a (assembleia representativa tribal contrária à intervenção colonial). Para analisar a iniciativa maghrebiana a nível local, os historiadores se utilizaram de testemunhos escritos, influenciados pela elite urbana alfabetizada, que sofreu um processo de alienação política e narrativas orais, incentivadas pela visão dos combates com limitada visão

colonial e nacionalista. Apesar de possuírem atributos ideológicos contrários, os registros das iniciativas de resistência contribuíram, num contexto mais amplo que o local, para uma compreensão diferenciada das ações coloniais.

11.7.2.1 Maghreb

Várias nações europeias, "durante o surto colonialista do século XIX", enviaram representantes ao Maghreb com o intuito de conquistar territórios.

No Marrocos, a oposição do governo local à ocupação espanhola em Ceuta e Melilla, já perdurava por quatro séculos. O governo, para evitar a expansão estrangeira, proibiu a população local de manter contato com os espanhóis, causando, conseqüentemente, a reação espanhola, que através da guerra de 1859-1860, acarretou, para o Marrocos, perdas territoriais, bem como a obrigação deste de pagar pesada indenização aos espanhóis.

Nas sessões de 1880 e 1881, da Conferência de Madri, discutiu-se a proteção individual do Marrocos. O Makhzen, autoridade autóctone marroquina, aproveitou o ensejo do evento para impor às autoridades internacionais presentes, a legitimidade de sua nação, considerando ser ela independente, soberana e devidamente delimitada territorialmente. Apesar de ter tido o apoio da Inglaterra, seu objetivo era contrário aos interesses de outras nações. A França, interessada em construir a estrada de ferro transsaariana, que viabilizaria a penetração do comércio francês no centro da África, no término da Conferência, expôs a questão do Tuat, território marroquino fundamental para o projeto da ferrovia. Entretanto, havia o obstáculo dos oásis do Saara da África Central, que estavam politicamente atrelados ao Marrocos. Apesar das tentativas de se negociar com o sultão, a França não conseguiu apoio, pois os ingleses ajudaram-no a se fortalecer no Tuat.

No leste do Maghreb, os tunisianos conviveram por séculos com a ameaça de invasão italiana, devido a interesses políticos, econômicos e culturais relativos ao seu território, que também foi desejado pelos franceses estabelecidos na Argélia.

Após as desventuras do sultão de Constantinopla na Argélia, ele seguiu para reconquistar a influência política na Tunísia e subjugou administrativamente a Tripolitânia e a Cirenaica. Entretanto, a elite da regência de Túnis se mostrou pró-otomana, preocupando, então, o bei (autoridade local) que, sentindo-se ameaçado, pediu apoio à Itália e à França, abrindo caminho para o protetorado francês, em 1881, e conseqüentemente, na revolta da população do Sahel e Kairuan, que tinham esperanças na intervenção otomana.

Quando uma segunda expedição foi organizada pelos franceses, esta sofreu sérias dificuldades nas montanhas do Noroeste, do centro e do sul da Tunísia e, mesmo assim, conseguiu destruir Sfax e Gabes.

Na sequência das investidas europeias no Maghreb, a Espanha conseguiu garantir suas conquistas ao redor de Melilla e a França penetrou aos poucos, nos oásis marroquinos, conquistando-os em dezembro de 1899, após vários conflitos sangrentos. Assim, foi resolvida a questão do Tuat, no que concerne à construção da estrada de ferro transsaariana. Devido à perda do Tuat, o sultão teve diminuída a sua autoridade e os membros do Makhzen se prepararam para o cerco do Marrocos, pois já previam que as reformas implementadas pelo Makhzen não surtiriam os efeitos desejados para o fortalecimento do exército. Quando já não contava mais com a ajuda da Alemanha, que garantiu a independência marroquina até 1911, o Makhzen implementou um acordo com os franceses, deixando-os livres no Marrocos, mediante compensações na África equatorial. Desde então, a França, de 1905 em diante, avançou na conquista territorial nas regiões desérticas e do vale do Saura, nos cursos d'água Gir e Zusfana, permitindo, assim, a ampliação de seu comércio fronteiriço.

Impondo seu protetorado mais ao sul do Marrocos, a França se deparou com a resistência do xeque Ma' al-Aynayn, que não via com bons olhos a nova investida política francesa de "penetração pacífica" para conquistar os chefes de "tribos" e de confrarias religiosas. Perdurando por mais de 30 anos como representante do sultão no Marrocos, o xeque resistiu até 1933 no combate contra os franceses e espanhóis. Nessa mesma época, a França ocupou Shinkit e os espanhóis avançaram 30 Km no Saara. Ainda assim, a população local resistiu às investidas francesas e espanholas até 1926.

Na Tripolitânia otomana, a Itália promoveu mais uma invasão do território africano, onde suas tropas facilmente desembarcaram no ano de 1911, em Trípoli, Benghazi, Homs e Tobruk, sendo estes territórios facilmente conquistados. Nas proximidades de Trípoli, o revide africano foi extremamente humilhante para a Itália, levando os italianos a tomarem medidas extremamente severas para com a população de Trípoli. Porém, para garantir a ocupação estrangeira em al-Markib, os italianos e turcoárabes conseguiram expulsar violentamente os resistentes em 1912.

Contrários à ocupação estrangeira, os confrontos na Líbia foram tantos que os historiadores têm dificuldades em resumi-los, bastando exemplificar que todas as cidades, aglomerações autóctones e vales, efetivaram resistências. Nesse contexto, não se admira a limitação da progressão italiana fora das cinco cidades conquistadas nos primeiros meses de guerra.

As fases do movimento de resistência maghrebiana compreendidas entre 1880, 1912 e 1921-1935, separados pela Primeira Guerra Mundial, dividem-se em duas: a primeira, é caracterizada pela atividade política e diplomática que se encaminhou contrária à ocupação francesa na Argélia, posteriormente, retomada pela Espanha e Itália e a segunda, apresentou-se com resistências curtas no encaminhamento da conquista total.

Apesar da forte resistência da população, o Maghreb foi resgatado pelo imperialismo francês, espanhol e italiano em 1935, devido à sua desvantagem estrutural. A superioridade logística e bélica das nações coloniais, aliada a um quantitativo superior do seu exército à frente do número de resistentes, possibilitaram aos europeus inigualáveis vantagens perante os africanos, prejudicados pela ínfima quantidade de pessoas aptas a manusear armamentos e pela sua indisponibilidade de tempo para participarem mais ativamente do movimento, tendo em vista a necessidade de sua presença sazonal no campo para implementar o cultivo, cuidar dos animais e garantir sua subsistência. O conhecimento territorial autóctone, apesar de ter sido considerado uma vantagem tática, não foi suficiente para superar o avanço colonial e, mesmo tendo resistido violentamente contra a investida estrangeira através de embates que dificultaram o avanço colonial, não conseguiram recuperar as áreas ocupadas. Com o passar dos anos, eram os franceses que bem conheciam o território do Saara, através da implementação da estrada de ferro, sendo, então, possível promover a propagação das inovações europeias (carros, caminhões, etc.) no território africano. Os soldados franceses, sabendo que os saarianos e montanheses não podiam se ausentar por longo período do trabalho no campo, em 1909, articularam uma emboscada no Oásis de Adrar (lugar onde os africanos colhiam as tâmaras que faziam parte da subsistência local).

A única possibilidade dos africanos conseguirem armamentos para combater o invasor era capturá-lo do inimigo. Quando as tribos africanas eram submetidas ao domínio estrangeiro, os seus combatentes entregavam os armamentos às tribos vizinhas para continuarem a resistência. Porém, devido à falta de munição e da inutilidade perante os blindados estrangeiros, esses equipamentos não ajudaram muito aos que ainda ofereciam resistência. Também, foi um problema a ordem política e ideológica dos territórios do Maghreb e do Saara, onde predominava o islamismo, que dificultou a ação imediata de revide, por possuir um pesado protocolo. Os muçulmanos somente poderiam utilizar a jihad defensivamente. Segundo os preceitos do contrato de investidura do baya (soberano), a defesa do território era de responsabilidade do sultão, que sempre deveria ser consultado quando se falasse em revide. Essa burocracia vista no Maghreb e no Saara facilitou a ação estrangeira. O sultão, que temia perder legitimidade como autoridade, assumia, geralmente, uma posição diplomática, protelando a resolução dos conflitos. Na medida que o chefe intensificava o diálogo com os

estrangeiros, este perdia, então, prestígio como autoridade junto às populações locais. Quando seu trabalho já não era mais bem visto, os chefes religiosos ou profanos se julgavam no direito de implementar a jihad. Entretanto, para isto, tinham que respeitar o protocolo islâmico e precisavam de uma unanimidade entre os religiosos, que muitas vezes, foi dificultada pelas potências rivais, que se utilizavam das desavenças para tirar proveito.

Independentemente de lograrem êxito ou não, os chefes dirigentes da resistência possuíam distintos perfis, dividindo-se entre aqueles que detinham um contato constante com o sultão, porém, eram fracos militarmente e os que agiam influenciados pela *djema'a* local, sem abrangência territorial fora de sua área de influência. Os *'ulama* e membros do Makhzen, apelando para o sobrenatural e a uma fé milenarista, articularam um movimento popular que pregava a guerra radical.

Apesar de todas as investidas dos europeus, os africanos jamais perderam as esperanças de conquistar a liberdade que, posteriormente, "alcançaram".

11.7.3 Resistência na África Ocidental

Entre 1880 e 1914, a ocupação colonial na África ocidental, que significou a perda da soberania, da independência e de terras africanas, já estava completamente efetivada, à exceção da Libéria. Durante esse período, a maioria dos africanos buscava preservar sua autonomia e cultura local. Para isso, foi necessário que estes partissem para o confronto, fizessem alianças ou aceitassem a submissão. Esse apossamento, marcado pela corrida dos tratados e invasões desde 1880 e, pelo apogeu da conquista e ocupação europeia nas duas consecutivas décadas, teve como principais atores o Reino Unido e a França.

11.7.3.1 Reações à ocupação francesa

Abrangendo o território entre o Senegal, Níger e Chade, a ocupação francesa na África ocidental foi direcionada à ampliação da sua Zona de influência, através da conquista militar, ao invés de concluir tratados de protetorado. Iniciada em 1880, essa política, confiada aos oficiais da marinha, redundou na reação violenta dos africanos, que sofreram com a ampliação dos embates e o desrespeito à sua religião. Conforme analisa Michael Crowder, "para as sociedades muçulmanas da África ocidental, a imposição de um domínio branco significava a submissão ao infiel, situação intolerável para todo bom muçulmano"(CROWDER, 1968, p. 72; KANYA-FORSTER, 1971, p. 53-54). As reações que daí surgiram aos invasores franceses na porção

ocidental da África, são melhor observadas no Senegâmbia e nos impérios Tukulor, Mandinga, Daomé e Baúle.

11.7.3.1.1 Senegâmbia

Dando início à conquista do território do Senegal, em 1854, a França impôs, seis anos depois seu protetorado aos Estados do Alto Senegal, conseguindo em 1864 expulsar Lat Dior, Damel de Cayor, resistente à dominação francesa. Todavia, este não abandonou o confronto. Quando a França foi derrotada em 1871 pela Prússia, Lat Dior novamente foi reconhecido como damel, recebendo de volta, o poder sob Cayor. Assim, estabeleceu laços cordiais com a administração francesa do Senegal, concedendo à mesma, em 1879, autorização para a construção de uma estrada entre Dakar e Saint Louis. Entretanto, quando descobriu que a verdadeira intenção dos franceses era construir uma ferrovia, mostrou-se contrário por temer o fim da independência de Cayor. Ele ordenou aos chefes locais que castigassem os súditos que contribuíssem para a construção desta benfeitoria francesa, bem como convocou emissários para organizar uma aliança para expulsá-los do território. Diante da recusa de Lat Dior em aceitar a ferrovia, o coronel Wendling invadiu Cayor, em 1882 e forçou-o a fugir para Jolof. O primo de Lat Dior, Samba-Yaba Fall, recebeu do coronel Wendling o poder sobre Cayor até o ano seguinte, quando foi substituído por Samba Laobe Fall, sobrinho de Lat Dior. A autoridade francesa acreditava que, devido a este grau de parentesco, a autoridade de Samba Laobe Fall não seria questionada pelo tio. Mesmo isso sendo verdade, Lat Dior entrou em acordo com o sobrinho, de forma que foi possível o seu retorno para Cayor, em 1885. Com a morte de Samba Laobe Fall em 1886, o representante francês Genouille, na condição de governador, dividiu Cayor e decretou a expulsão de Lat Dior. Quando este recebeu a notícia, mostrou-se bastante irritado e partiu para o confronto com os franceses, chegando a falecer no poço de Dekle, pondo fim à independência de Cayor, facilitando, então, aos franceses o domínio sobre o resto do território do Senegal.

11.7.3.1.2 O Império Tukulor

Ahmadu, filho e herdeiro do fundador do império Tukulor, seguiu o exemplo da maioria dos chefes africanos que prezavam a independência do seu território. Na contramão das outras iniciativas, priorizou a estratégia da aliança, volvendo à resistência armada somente dois anos após sua entrada no poder, que foi em 1890. Essa estratégia, advinda de um contexto econômico e político favorável, contou com a oposição tanto de seus irmãos, que não o reconheciam como

autoridade sobre os súditos, como também destes, apáticos ao rei e defensores do revide violento aos franceses. Mesmo não tendo o mesmo respeito que seu pai, Ahmadu, em desvantagem numérica de soldados em relação ao seu antecessor, priorizou o reforço de sua posição como autoridade, mediante acordos com os irmãos, conseguindo, então, por fim as rebeliões pretéritas mediante a aquisição de armas e recursos financeiros que o obrigaram a manter relações com os franceses. Mesmo sem incentivos diante das traições francesas, Ahmadu não abandonou sua atitude pacífica com eles, que o ajudaram a controlar as rebeliões, tanto com seus irmãos, em 1874, quanto nos territórios de Segu e Kaarta, em 1870.

Em contrapartida à essa ajuda, Ahmadu hipotecou solidariedade aos franceses para que estes conquistassem a região entre o Senegal e o Níger, liberando principalmente a circulação comercial de suas embarcações no Níger. Com o propósito de recompensar a ajuda, os franceses comprometeram-se em reconhecer o império Tukulor como um Estado soberano, além de também fornecer-lhes armamentos e munições. Mesmo sendo vangloriado por Ahmadu, esse acordo não foi cumprido pelo governo francês, que, em 1881, deu início à invasão do império Tukulor, ocupando Bamako, em 1883.

Revoltado com a traição, a autoridade local proibiu o comércio com os franceses e tentou retomar o Níger. Porém, face às frágeis linhas de comunicações francesas, recuou e preferiu atacar seu irmão, o Rei Muntaga (no Nioro) mais independente da autoridade local. Mesmo ciente da ajuda francesa aos rebeldes Bambara, que era um grupo do império Tukulor, contrário a autoridade de Muntaga, Ahmadu concordou com o tratado de Gori que estipulou a proteção nominal do império Tukulor aos franceses, bem como as garantias destes de não invadir seu território e de liberar a venda de armas aos mesmos.

Os franceses quando venceram, em 1888, a ameaçadora rebelião dos Lamine e celebraram acordo com Samori Touré (como veremos mais adiante), perceberam, então, que Ahmadu já não era mais útil e deram início a uma série de hostilidades contra o mesmo.

Apesar de terem reagido fortemente aos embates franceses e convocado os muçulmanos para a luta, os Tukulor perderam a capital do império em 1890, em seguida a fortaleza de Wesebugu e Koniakary. Archinard, representante francês que liderou as investidas contra os Tukulor, pediu a rendição de Ahmadu, que diante dos acontecimentos renunciou à postura diplomática e partiu para o confronto militar, atacando em 1890, a via férrea em Talaari, onde se envolveu em embates de pouca relevância. Em Nioro, Ahmadu dividiu suas tropas e, conseqüentemente, perdeu território. Ao tentar retomá-lo, o exército Tukulor fracassou e seu chefe foi exilado para Macina.

11.7.3.1.3 Império Mandinga

No caminho oposto ao império Tukolor, o primeiro conflito do líder Mandinga, Samori Touré, contra os invasores franceses surgiu em 1882, quando o primeiro gozava de uma ascensão política e de um exército bem treinado, equipado e que compartilhava de uma unidade política. Diante desse preocupante quadro de referência, foi enviado pelo governo francês, o tenente Alakamesa, que ordenou Samori Touré a se retirar de Kenyeran. Este, ciente da importância estratégica de Kenyeran, recusou-se a obedecer a ordem, sendo surpreendido por um ataque que o obrigou a fugir. Seu irmão, Keme Brema, após vencer alguns conflitos foi, posteriormente, derrotado. Preocupado, Samori momentaneamente evitou bater de frente com os franceses, centrando seus esforços em Kenedugu.

A ameaça da invasão francesa se mostrou ainda mais preocupante para Samori, quando as minas de ouro de Bure, extremamente importante para a economia do império samori, foram ocupadas em 1885, fato este que o levou a organizar, juntamente com seu irmão, Masara Mamadi, um grande movimento para retomar Bure e expulsar os franceses. Para afastar a ameaça estrangeira, Samori Touré enviou emissários a Freetown, território africano ocupado pelos ingleses, com o intuito de propor ao governo britânico, o protetorado sobre o império Samori Touré. Apesar da tentativa estratégica de repelir os franceses diante da possibilidade da ajuda inglesa, Samori não logrou êxito e, em março de 1887, assinou com os franceses um tratado de protetorado com o qual se comprometia em recuar suas tropas das margens do Níger. Quando percebeu as tentativas francesas de semear a discórdia interna entre os africanos e de impedir o restabelecimento do seu arsenal bélico, Samori Touré preparou, em agosto de 1888, um cerco contra os franceses. Dois anos depois, entrou num acordo com os britânicos que permitiu a aquisição de armas mais modernas e treinamento tático dos seus exércitos à moda europeia.

Em janeiro de 1892, ocorreu no centro do império mandinga, o principal conflito entre Samori Touré e os franceses. Estes últimos, liderados por Humbert, conseguiram, com muita dificuldade, se sobressair perante o primeiro, conquistando Bisandugu, Sanankoro e Kerwane. Não mais crente na vitória e após ter perdido um grande contingente de soldados de elite, Samori decidiu fugir para o leste na tentativa de erguer um novo império, longe da cobiça europeia, sendo que novamente entrou em conflito com os franceses. Seu filho, Sarankenyi-Mori, deparou-se com os britânicos nas proximidades de Wa, enquanto Samori prosseguia sua conquista por Bodo, onde encontrou Caudrelier, comandante da coluna francesa que lá estava. Encurralado pelos britânicos de um lado e franceses de outro, Samori Touré fugiu para a Libéria, indo se encontrar com seus aliados Torna. Porém, no caminho, foi capturado e deportado para o

Gabão, onde morreu em 1900. Samori imortalizou-se na história do Sudão, devido a longevidade com que gerenciou a luta contra o domínio francês.

11.7.3.1.4 Império do Daomé

Seguindo o exemplo de Samori Touré, o rei do Daomé, reconhecido por Behanzin, também optou, prioritariamente, pela resistência armada na defesa de sua soberania, entrando em conflito com a França, na década de 1890, por esta ter-lhe imposto protetorado sob o Porto Novo, importante território para a economia local. No mês de fevereiro do ano seguinte, com a ocupação de Cotonou e a prisão dos Fon pelos franceses, o príncipe Kondo, nomeado Behanzin, em 1889, reagiu militarmente. Após vários embates, surgiu uma proposta de paz mediada pelo padre Dorgere no Daomé, mediante a qual os franceses se comprometeram a fornecer ao Behanzin uma renda anual em troca de Cotonou. Preocupados com o que restava do reino, os franceses aceitaram investir na modernização do arsenal bélico. Entretanto, decididos a retornar o Daomé, os franceses se aproveitaram de um incidente em que os Fon atacaram uma canhoneira *Topaz*, na qual viajava o residente francês de Porto Novo, para travarem um conflito que, apesar dos esforços do povo Fon, culminou com a vitória francesa. As exigências francesas foram uma afronta à dignidade do povo Fon, o que levou o Behanzin a organizar um exército para continuar a resistência. Os franceses, ainda liderados pelo general Dodds, conquistaram o Norte de Daomé e substituíram o Behanzin, que foi preso e acusado de traição, em 1894.

11.7.3.1.5 Império Baule

Apesar da historiografia tradicional datar a oposição aos franceses na Guiné e Costa do Marfim, posterior a 1900, recentes pesquisas feitas com os povos de Laguna e Baule demonstraram esse equívoco, apontando para o início da penetração europeia, as hostilidades para com os franceses. O chefe dos Baule, Etien Komenan, decidido a deter a penetração, recusou-se a ajudar os franceses e mandou matar seus dirigentes comerciais Voituret e Papillon, antes que estes chegassem a Tiassalé. Em revidade, os franceses organizaram uma expedição para combater as forças de Etien Komenan, porém, foram derrotados e instados a mudarem sua tática para a diplomacia, conseguindo, então, articular um tratado com os Baule de Tiassalé e de Niamwé. Aproveitando-se dessa abertura, os franceses enviaram uma expedição comandada por Jean-Baptiste Marchand e, após desavenças com Etien Komenan, ocuparam Tiassalé. Posteriormente, se depararam com o aliado de Samori Touré, Kouassi Gbuéké, e recuaram para Kong, onde solicitaram reforços à Paris e, partiram em 1894 para Tiassalé. Lá encontraram a

resistência dos Baule e recuaram em fevereiro do ano seguinte até 1898, quando foi capturado Samori Touré. Aproveitando-se da situação, os franceses ocuparam Bouaké, entrando em conflito com os Baule em 1898, tomando Kokumbo, centro aurífero Baule. Diante dos conflitos que não cessavam, François-Joseph Clozel, governador interino da colônia, em 1902, ordenou o cessar fogo.

11.7.3.1.6 Reações à ocupação inglesa

Diferentemente dos franceses, os ingleses no processo de colonização africana priorizaram a negociação pacífica no Norte de Serra Leoa, Costa do Ouro (atual Gana) e, em vários pontos do país loruba. Entretanto, deparou-se com uma resistência heterogênea que o forçou a apelar para violência, tanto no país Ashanti, quanto no território de lorubalândia, no delta do Níger e no Norte da Nigéria.

No país Ashanti (Costa do Ouro) o litígio entre europeus e africanos se apresentou como o mais duradouro da África ocidental. Após terem sido derrotados em vários confrontos, os ingleses, sob o comando do conceituado general Garnet Wolseley, conseguiram, finalmente, subjugar os africanos através da conquista de Kumasi, em 1874 e, da desintegração de seu império por intermédio do tratado de Fonema, que estipulou o reconhecimento da independência dos Estados ao Sul do Pra.

Outros vassallos aproveitaram o ensejo para lançarem-se à independência. Os europeus, para dificultar a reestruturação dos Ashanti, propagaram entre seus membros o ideal da independência, gerando, assim, guerras civis e a imigração de grande parcela da população para o recém-formado protetorado britânico da Costa do Ouro. Diante de tal situação, o *asantehene* foi destituído, devido ao malogro de suas ações e, após a morte de seu sucessor em 1888, Prempeh assumiu seu lugar e, em apenas três anos conseguiu novamente unir os Ashanti.

Preocupados, os britânicos novamente tentaram sem êxito, impor seu protetorado ao novo asantehene que reagiu à imposição de um residente inglês em Kumasi, bem como não aceitou o pagamento de uma renda anual aos reis Ashanti. Contrários à proposta de protetorado e da imposição de um residente inglês em seu território, os Ashanti enviaram uma comissão à Londres no intuito de expor aos nobres britânicos, suas dificuldades. Porém, foram ignorados pelas autoridades e receberam um ultimato em relação ao protetorado que não foi aceito. Os britânicos, sob o comando de sir Francis Scott, organizaram-se contra os Ashanti que, temendo pela vida de seu povo diante da inquestionável superioridade bélica britânica, resolveram, juntamente com seus conselheiros, não insistir e, sim, aceitar o protetorado britânico. Após

assumir essa postura preocupada com a integridade de seu povo, Prempeh, sua família e demais autoridades foram deportados para as Seychelles.

No Sul da Nigéria, os ingleses se viram diante de distintas reações à dominação que os levaram a adotar tanto a diplomacia, quanto a intervenção armada para promover sua fixação nesse território africano, optando os nigerianos pela luta armada e submissão temporária.

Vários tratados foram promovidos pelo governo britânico desde 1884 com os chefes loruba, no sentido de estabelecerem a abolição dos escravos, trocas comerciais, instauração do protetorado e demais questões. A partir daí, conseguiram convencer Ibadã e Ekitiparapo (união entre Ekiti, os Ljesha e os Egba) a assinarem um tratado, pondo fim aos conflitos de longa data que fizeram os loruba aceitarem a intervenção britânica, antes já influenciada pelo comércio e pelos missionários, sendo Ijebu o único Estado loruba que resistiu aos missionários, comerciantes britânicos e à administração de Lagos, território africano sob administração britânica.

Para mostrar aos territórios loruba a inviabilidade da resistência, os britânicos organizaram um qualificado exército que, a pretexto de uma afronta ao seu governador Denton, atacaram os Ijebu. Apesar de estarem com um maior número de soldados (alguns deles inclusive armados), os Ijebu perderam o combate. Os ingleses, vitoriosos, conseguiram a aceitação de seus residentes no território africano.

No caso do Benin e dos territórios do delta do Níger, seus chefes não aceitaram a estratégia de submissão, proposta pelos loruba, sendo derrotados em 1897, por uma expedição britânica. Em 1884, estes negociaram protetorados no delta do Níger e, apesar do diálogo com chefes locais que insistiam no direito de regulamentar o comércio com os britânicos e de impor-lhes tributos, receberam uma resposta negativa.

Os ingleses, representados pelos cônsules Hewett e Johnston, quando se depararam com a insistência do rei autóctone Jaja de Opobo, na imposição de restrições, prenderam-no, como exemplo aos demais resistentes, que já cansados, renderam obediência a Johnston.

No norte da Nigéria, a conquista se firmou sob a tutela da National African Company (conhecida como Royal Níger Company – RNC, desde 1886) e da administração britânica. A intervenção armada foi o principal método de dominação empregado, precedido de tratados entre nigerianos nortistas e a RNC que para anteceder à iniciativa francesa e alemã, na garantia de direitos sobre o território africano, de acordo com o que fora decidido na Conferência de Berlim, invadiu Nupe, em 1897, conseguindo destronar a autoridade local, em desvantagem militar e, ainda no mesmo ano, o território de Ilorin.

Com exceção do emire de Zaria, esses tratados não pressionaram os outros chefes autóctones nortistas, que anunciaram a resistência até a morte, em nome de Deus. Entretanto,

diante das circunstâncias, os ingleses organizaram campanhas contrárias aos resistentes que, apesar do grande esforço despendido, foram humilhados e derrotados pelos europeus.

11.7.3.1.7 Reação autóctone (1900-1914)

Todos os esforços autóctones na África ocidental, durante o período de 1900-1914, no sentido de preservar a soberania fracassaram diante da pluralidade de métodos coloniais da administração europeia, dentre eles a imposição da superioridade europeia que objetivava a exploração, ao máximo, das novas possessões.

Exigindo a aceitação de seus administradores, bem como a mudança das leis locais e a imposição do trabalho forçado, os europeus passaram a ser vistos pelos africanos como criaturas desprezíveis que precisavam ser expurgadas da África. Daí surgiram inúmeras reações dos africanos, cujo objetivo unânime de recuperar a soberania e combater a opressão redundou em vários conflitos.

Uma dessas rebeliões, chefiada por Mamadou Lamine, surgiu por causa de maus tratos aos africanos durante o trabalho forçado que resultou na morte de compatriotas Soninke, durante a construção da infra-estrutura colonial (ferrovias, estradas). Divididos e subordinados à autoridade francesa e de Ahmadu, os Soninke viram-se incentivados pelo discurso de Mamadou Lamine, baseado na doutrina Sanusiyya, que condenava a subordinação à liderança não-islâmica a não aceitarem a submissão aos europeus. Sem restrições por parte dos nativos, esse sentimento ampliou-se até que foi declarada guerra aos cristãos. Entretanto, diante da superioridade militar francesa, Lamine, apesar de estar com vantagem numérica de soldados foi derrotado em Bakel (cidade símbolo da ocupação francesa). Ciente da desvantagem militar, Mamadou mudou de estratégia, porém foi derrotado pelos franceses numa investida posterior.

Outra rebelião de destaque foi a que questionou o imposto de palhota, em 1898, advinda da insatisfação dos Teme e dos Mende de Serra Leoa, com o domínio britânico, evidente nas várias imposições declaradas como a abolição do tráfico de escravos e ao protetorado. Decididos a não pagar o imposto, os Teme atacaram os aliados e feitorias britânicas. Segundo Cardew, governador britânico de Serra Leoa na época, o motivo da revolta seria o amadurecimento do sentimento de resistência ao colonialismo, em defesa da soberania. Essa tendência, foi seguida pelas demais rebeliões compreendidas entre 1890 e 1914. A rebelião dos Ashanti, sob o comando da rainha Nana Yaa Asantewaa, à exemplo do movimento contrário ao imposto de palhota, também não aceitou passivamente a tentativa europeia de submissão. A insatisfação chegou ao ponto máximo quando Arnold Hodgson, governador britânico, buscou ofender a crença Ashanti na sua tentativa de sentar no banco de ouro, principal símbolo sagrado

Ashanti. Esse episódio desencadeou a revolta geral em abril de 1900, terminando sete meses depois, quando Nana foi presa e deportada juntamente com seus aliados para as Seychelles. Esse foi um exemplo de conflito que se multiplicou na Costa do Marfim.

A migração em massa também foi bastante difundida pelos autóctones da região ocidental do continente africano. Principalmente empregado nas colônias francesas, foi para os africanos a maneira mais fácil de fugir das humilhações e imposições, sendo a Costa do Ouro um importante destino para os refugiados. As populações das regiões costeiras preferiram demonstrar sua resistência através de greves, protestos e demais manifestações pacíficas, em defesa da soberania. A religião também foi uma importante ferramenta de resistência. Todos os africanos, independentemente de religião, não viam com bons olhos as tentativas europeias de inserir o seu dogmatismo, em prejuízo da identidade autóctone.

Apareceram, então, igrejas messiânicas que adotaram novas liturgias de caráter africano como a Nature Baptist Church, na Nigéria. Diante de todas as tentativas de resistência, os clubes e associações de elite, formadas nos centros urbanos foram as que melhor lograram êxito no plano diplomático. Tinham por missão protestar de maneira pacífica, mediante jornais, panfletos e diálogos com as autoridades coloniais, os abusos instaurados no território africano pelo europeu. Tivemos como exemplo, a Aborigines Rights Protection Society (ARPS), criada em 1897, na Costa do Ouro, que conseguiu a revogação de várias atitudes inglesas prejudiciais à elite africana. Essas instituições se mostraram as maiores adversárias do colonialismo antes da formação do National Congress of British West Africa, criada após a Primeira Guerra Mundial. Mesmo com tantas tentativas contrárias ao colonialismo, este se consolidou na África Ocidental.

11.7.3.1.8 Por que do insucesso?

Apesar de não ter faltado iniciativa e coragem por parte dos africanos da porção ocidental do continente, o malogro da resistência ao europeu ocorreu devido a uma série de fatores: a superioridade logística e bélica do invasor, que contou com a ajuda de mercenários autóctones; as tentativas europeias de desarticular politicamente os africanos; as barreiras europeias à comercialização de armas para os africanos; dentre outras. O conjunto de todos esses fatores redundou no insucesso africano de resistência à dominação e preservação de sua soberania, porém, deixou vivo nos seus descendentes, o sentimento de revolta que, posteriormente, viria a explodir e retomar reflexões pretéritas.

11.7.4 Resistência na África Oriental

Durante o período que compreendeu o final do século XIX e, início do século XX, o colonizador reconheceu os resistentes à submissão como pessoas não muito inteligentes, que não queriam aceitar o óbvio. Entretanto, na historiografia contemporânea, são vistos como heróis, enquanto que os colaboradores são rotulados de traidores de sua nação. Dividiram-se entre aqueles adeptos da *resistência ativa*, ou seja, os que pegaram em armas contra o invasor e os inseridos na *resistência passiva*, sendo assim conhecida a opção de não ajudar os invasores.

Na região que abrange a África oriental, as reações à dominação estrangeira, apesar de lutarem pelo mesmo objetivo que era a preservação da soberania, dependiam muito do contexto estrutural de cada nação. Não puderam reagir uniformemente, haja vista o caráter extremamente heterogêneo da organização desses territórios. Enquanto umas estavam dispostas sob uma sólida concentração política, a grande maioria não possuía sequer um governo centralizado. As hostilidades, nessa porção do território africano tiveram três principais atores: Alemanha, Inglaterra e o Sultanato de Zanzibar. Este último, que se apresentava bastante interessado no comércio local de marfim e de escravos, preocupado com o avanço alemão e inglês no interior, para garantir a manutenção e o controle político sobre essas áreas africanas, implementou uma colônia em Ujiji e organizou um golpe contra os cristãos. Já os europeus, instalados no interior e, que ansiavam pelo domínio colonial, empregaram vários métodos para implementar a rentável colonização, dentre eles destacaram-se na África Oriental, o emprego da força, das alianças diplomáticas, das invasões, da pilhagem e o uso estratégico da infraestrutura local (ferrovias e estradas).

No Quênia, as reações às investidas estrangeiras de dominação, continuaram sendo à exemplo das outras iniciativas, o confronto militar e as alianças diplomáticas. Assim, foi exemplo da primeira, os Nandi, contrários à construção de uma estrada de ferro em seu país e, da segunda, os Abaluyia, no Quênia Ocidental, quando estes se aliaram aos britânicos. Todavia, outras comunidades da região não se guiaram pelo mesmo raciocínio. No centro, cada chefe local reagiu separadamente, como ocorreu com o chefe do grupo Gikuyu, que após migrar para o Sul e implementar acordos com os ingleses, mudou radicalmente sua tática diante da proibição britânica de adquirir armas de fogo. Após revidar com a tomada do posto da campanha de Dagoretti, Gikuyu, novamente, retomou a tática de aliar-se com os estrangeiros que, numa dada altura, aproveitaram-se da situação para deportá-lo.

Já no litoral, a resistência ativa (revide armado) se destacou quando os britânicos tentaram interferir nos assuntos internos das sociedades litorâneas (Mazrui, Giriama, etc.) da África Oriental. Apesar de serem malvistas no interior, pelos britânicos, os Akamba, posteriormente, entraram em acordo com seus inimigos.

Semelhante à do Quênia, a reação no Tanganica norteou-se, mais uma vez, pelo conflito armado num primeiro momento e, depois, pela diplomacia. Entre o período 1891-1899, a representação local dos povos Mbunga, Maconde e os Hehe, combateram bem os alemães que, em função de suas derrotas, prepararam embates maiores para serem lançados no Tanganica, principalmente, contra o principal líder no litoral, Abushiri.

Em setembro de 1888, Abushiri deu um ultimato para que os alemães saíssem da Costa, organizando ainda investidas violentas contra estes. Entretanto, os germânicos quando implementaram sua reação, conseguiram vencer os africanos e retirar Abushiri do território, enfraquecendo, assim, a resistência no Tanganica com a tomada de Kilwa, em 1890. Apesar da recaída, os africanos não desistiram facilmente, fazendo com que os alemães partissem para a tática "dividir para reinar". Como se pode observar anteriormente, essa tática, que não foi exclusividade do povo no Tanganica, consistia em promover a dissidência interna para, conseqüentemente, enfraquecer a coesão local que, posteriormente, se refletiria na fragilização da instituição, abrindo caminho para o êxito da ocupação estrangeira. Tal qual ocorreu no Quênia com os ingleses, os árabes da costa se aliaram aos alemães.

Em Uganda, o conflito entre forças locais e agentes britânicos foi uma das iniciativas que os nativos empregaram para demonstrarem sua reação à dominação estrangeira, procurando depois, reverter esse quadro através da diplomacia. Entre os Bagada de Uganda, que aliaram-se aos ingleses, existia um chamado "subimperialismo" baganda, relativo ao resto de Uganda. Esses sócios britânicos disseminaram o colonialismo pelo país após o acordo de 1900, que se configurou como um grande prejuízo à política local, fazendo surgir nos africanos um ódio aos traidores baganda muito maior que aquele direcionado ao colonizador.

11.7.5 Resistência na África Central (1880-1914)

Composto pelos territórios do Congo Belga (atual Zaire), Rodésia do Norte (atual Zâmbia), Niassalândia (atual Malavi), Angola e Moçambique, a porção central da África durante o período de implementação do colonialismo (1880-1914) era constituída por populações com poder político descentralizado. Este aspecto contribuiu para o processo de conquista do europeu.

Os historiadores dividiram três categorias de reação ao colonialismo na África Central: os adeptos do confronto para salvaguardar a soberania; da tênue resistência para diminuir os abusos coloniais e a rebelião para destruir o estrangeiro.

Após 1880, o território africano viu-se acometido de uma explosão de invasões que se explicam pelas prerrogativas do Congresso de Berlim, que era ocupar para garantir a posse do

território, condição *sine qua non* para que a comunidade internacional reconhecesse os direitos sob o território a quem conseguisse efetivar o domínio.

Frente à ameaça estrangeira, os povos da África Central reagiram distintamente para preservar a soberania, diante da concorrência imperialista das nações europeias. Enquanto muitos territórios pegaram em armas, outros foram afeitos à diplomacia. Muito embora a independência política fosse o grande objetivo da resistência, as autonomias culturais e econômicas estavam na pauta, como se viu na Niassalândia, quando o povo Nguni de Gomani atacou, em 1896, os postos missionários para protestar contra o cristianismo. Também contribuíram as hostilidades de determinadas comunidades às ingerências econômicas aos nativos, correlatas às tentativas da colônia de enfraquecer os intermediários africanos com a proibição do tráfico de escravos, que não era de interesse europeu. Apesar disso, os Yao, os Macua, os Yeke, os Chikunda, os Ovimbundo e os Chokwe, resistiram tenazmente a estas pressões.

Os chefes africanos que possuíam experiência no mercado internacional mantiveram contatos com os mercados de armas. Com tais armas, muitas vezes, superavam em termos qualitativos e quantitativos aquelas sociedades candidatas ao domínio.

Sorrrateiramente, os Quitangona do norte de Moçambique e os Chikunda do vale do Zambeze, reconheceram a dominação nominal de Portugal para, posteriormente, utilizar suas armas contra os próprios fornecedores.

Várias sociedades africanas que, internamente, desenvolveram diversificadas inovações militares para combater o invasor, dentre elas a construção de cidades fortificadas, aperfeiçoaram técnicas de guerrilha e apelaram para crenças divinas. Entretanto, essas iniciativas não surtiram muito efeito.

Mesmo em desvantagem bélica, os africanos reagiram violentamente às primeiras investidas. Concomitantemente, também, houveram aqueles que preferiram suicidar-se para não capitular, como foi o caso dos chefes Chewa e Mwase Kasungu.

Outros optaram por esperar fomentar sua capacidade bélica para depois, com um arsenal mais poderoso, partir para investida ou até mesmo iniciar tratados. No entanto, em virtude da pressão do Congresso de Berlim para efetivar a ocupação, o confronto foi inevitável.

Incapazes de revidar, muitas sociedades da porção central da África aceitaram passivamente a submissão, porém, não demoraram para unir forças **em** busca da independência.

As reações à dominação estrangeira não limitavam-se, apenas, ao revide armado e ao trabalho diplomático. Deve ser levado em consideração, também, a pluralidade étnica e política dos territórios africanos. Registraram-se, também, territórios que sob ameaça colonial, realizaram alianças anticoloniais com seus vizinhos, visando compensar a inferioridade bélica

diante do invasor. Quando essas alianças estavam limitadas a pequenos grupos, o que foi mais comum, não duraram muito tempo no conflito. Já aquelas provenientes de grandes alianças perduraram por mais tempo como foi o caso do Sul de Angola frente ao exército português e do Norte da Niassalândia contra os britânicos, chegando em certos momentos a se equiparar ao inimigo. As pontuais vitórias consequentes destas iniciativas não foram suficientes para mudar o rumo dos acontecimentos. Fatores como disparidade numérica de armas, bem como o preparo das forças imperialistas influenciaram o direcionamento das incursões.

Mesmo assim, todas as tentativas de resistência ao colonialismo na África Central fracassaram cedo ou tarde. A dificuldade destes africanos de se unirem contra o invasor era permeada pela heterogeneidade política, econômica e religiosa. A grande vantagem das nações imperialistas foi a capacidade de coordenarem entre si as investidas no território africano, no sentido de estabelecer a infraestrutura necessária para tal. Souberam, também, aproveitar as desavenças internas a seu favor, permitindo, então, aos administradores coloniais, como Henry & Jonhosto, a implementarem essa consagrada estratégia de "dividir para reinar", mais que comprovada pelos anais de combate.

Não foram poucos os africanos que, mesmo sofrendo com os desmandos coloniais, aliaram-se a seus representantes europeus contra os vizinhos, com os quais tinham antigas desavenças, como os Tonga e Sena, contra os Sangaan e Barué, dentre outros. A dominação europeia nesse território, só foi possível graças às alianças feitas com representantes da elite africana, bem como com a ajuda de mercenários autóctones. Para se ter uma ideia, aproximadamente 90% dos componentes do exército português que conquistou o vale do Zambeze, em 1902, eram africanos. Nos outros casos, apenas as altas patentes, como oficiais, eram europeus. Enquanto que, na fase pré-colonial a resistência baseava-se na preservação da independência, no início do século XX, o objetivo foi se voltar contra a hegemonia colonial e à imposição de seu sistema de exploração capitalista.

Temendo os bolsões de resistência consequentes desse sentimento anticolonial, os administradores coloniais tentaram, através da cooperação de chefes tradicionais aliados, controlar os territórios africanos. Com a ajuda desses aliados, as potências coloniais conseguiram implantar o trabalho forçado nas colônias, visando disponibilizar aos governos e capitalistas europeus mão de obra barata para sanar seus interesses.

No Congo, os africanos foram obrigados a trabalhar na extração de borracha e na construção de ferrovias e nas minas, bem como os moçambicanos que se juntaram aos angolanos para trabalhar nas "plantations" de cacau. Mesmo os camponeses que permaneciam em suas terras foram atingidos pela imposição de trabalho forçado em obras públicas, sob a

ameaça de serem presos ou até mesmo sofrerem prejuízos financeiros com a desvalorização de seus produtos, pelos europeus.

Foram tantos os prejuízos econômicos e sociais que os africanos, inconformados com os desmandos coloniais, organizaram manifestações esporádicas de protestos entre operários e camponeses, limitando a contestação às intolerâncias praticadas pelo invasor, não se reconhecendo como movimentos de grande magnitude. Desestruturados pela falta de uma liderança, os africanos manifestavam sua revolta mediante subterfúgios múltiplos como: a fraude fiscal, a destruição de benfeitorias coloniais, dentre outras. Essa "resistência cotidiana", no entendimento europeu, era tida como demonstração de falta de caráter e da ignorância dos africanos.

As artimanhas dos camponeses variaram entre aquelas mais graves, em que os africanos pegaram em armas para expulsar os europeus e, aquelas menos graves, como as simulações de enfermidades, greves, fugas e sabotagem de equipamentos agrícolas.

Na expectativa de preservar sua liberdade, alguns camponeses tentaram construir comunidades em áreas desabitadas, outros preferiram as hostilidades contra tudo aquilo que representava a colonização. Estes revoltosos como afirmou Eric Hobsbawm eram reconhecidos como malfeitores. Dentre eles, Mapondera era o mais conhecido por ter guerreado contra os portugueses e atacado símbolos da exploração colonial. Mesmo aqueles mercenários africanos que foram recrutados para combater as iniciativas de resistência à colonização, revoltaram-se com os nativos, as péssimas remunerações e outras insatisfações. Apesar da desorganização e da variabilidade de situações, esses movimentos contribuíram para que, mais tarde, surgissem levantes anticolonialistas de maior envergadura. Igrejas independentes ou separatistas surgiram com as desavenças entre o protestantismo e a igreja católica, iniciando, então, a agitação reformista que começava a se expandir nos centros urbanos. Extremamente racistas, os imigrantes estrangeiros foram trazidos pelos europeus. Começou, então, entre os intelectuais africanos, a surgir desagrados com o regime colonial, que redundaram na constituição de instituições reformistas formadas por estes intelectuais que estavam perdendo seus poucos privilégios. Estas associações, no período entre guerras, assumiram importante papel na política local.

Diferentemente da tênue e esporádica resistência aos abusos coloniais, as rebeliões efetivas apoiaram-se na pluralidade étnica. Com a ampliação desses movimentos, a contestação ao colonialismo expandiu-se de tal maneira que o desejo de destruir o sistema de exploração capitalista arraigou-se. Foram comuns aos movimentos isolados a contestação colonial, em função da elevação da consciência política dos autóctones que não viam com bons olhos as

reformas internas praticadas pelo estrangeiro, sendo tudo isso uma preparação para as atividades mais progressistas.

Eram necessários vários fatores para a organização dos movimentos de resistência, dentre eles a nomeação de um chefe com prestígio e reconhecedor de possibilidades para fomentar o exército, de direção, organização, armamentos e munições.

Durante a imposição colonial, quando pequenas lutas foram travadas entre o invasor e os nativos, várias autoridades locais de expressividade morreram e outras foram exiladas ou substituídas por aliados coloniais. Os europeus, que não se deram conta das heranças deixadas pelos guerreiros nativos, acreditaram erroneamente estar efetivada a ocupação.

Em resposta às investidas europeias, os africanos organizaram, novamente, rebeliões que conseguiram alcançar independências temporárias.

Mesmo naqueles lugares em que o chefe legítimo local foi deposto, a população local nomeou substitutos para dar continuidade à contestação colonial nos conflitos. Estes organizaram e abençoaram vários levantes, instigados pelo sentimento hereditário de defender sua terra natal, sendo interessante observar as ponderações da sacerdotisa Maria Nkoie, do Congo, que defendia como sendo armas mais potentes contra as armas europeias, os talismãs guerreiros e, do Médiun Shona que atribuía à presença estrangeira, prejuízos naturais como a seca, a fome, entre outros.

Os insucessos das primeiras investidas contra o invasor foram vistos como lições aos nativos que passaram a formar alianças que viabilizassem a vitória. Passaram, então, a buscar reatar ou criar laços ancestrais com grupos poderosos e camponeses insurretos que detinham recursos substanciais em vista das suas condições. Buscaram, também, revoltosos das aldeias que se recusavam em aceitar as imposições dos aliados capitalistas. Nesse caso, o apelo não era de base étnica ou cultural e, sim, correlato às imposições econômicas, tributárias e ao trabalho forçado, sendo, então, exemplo o movimento Kamwana, na Niassalândia, onde com a ajuda dos Toga, conseguiram reunir camponeses de diferentes tribos para ampliar o revide, bem como, difundir por muitas outras tribos da África central, seu exemplo.

Os rebeldes, através de vários canais, como transações clandestinas, assaltos ou até mesmo a própria fabricação de armas, se preocuparam, também, em adquirir armamentos modernos para combater os invasores, sendo raras as vezes que conseguiram equiparar-se ao poder de fogo estrangeiro.

Tendo em vista as condições inferiores dos autóctones, o malogro da resistência era quase que certo. Mesmo assim, insurretos alcançaram destaque em algumas investidas, como a vitória sobre os portugueses nas montanhas Ovimbundu, pelos Bailundu, bem como no sul de

Angola, pelos Cuamato (WHEELER & CHRISTENSEN, 1972, p. 76; PÉLISSIER, 1969, p. 85-87), como também a libertação de todo vale do Zambeze pelos Barué.

Nessa porção do território africano, como também em outras partes do referido continente, sem a ajuda dos aliados e mercenários africanos, únicos beneficiários autóctones do colonialismo, seria muito difícil o sucesso dos europeus no domínio colonial.

Como pode ser visto, paulatinamente, os movimentos de resistência foram tomando uma amplitude recrudescendo novamente por ocasião dos movimentos de independência.

11.7.6 Resistência na África Meridional

Enquanto os africanos da porção ocidental do continente somente vieram a ter contato com a dominação após a Conferência de Berlim (1884-1885), os autóctones da porção austral já a conheciam desde 1815.

Também distinta quando comparada a outras partes da África, a ocupação do território austral africano pelos britânicos e *afrikaners* seguiu o propósito da construção da infraestrutura que deu suporte à exploração do fértil território. Aliada a outras vantagens como a mão de obra barata e riquezas minerais, criaram cinco entidades políticas brancas: as Colônias do Cabo e Natal; a República Sul-Africana; o Estado Livre do Congo e, posteriormente, a Mashonalândia (província zimbabweana). Nessas colônias de povoamento, a maioria dos africanos foram dominados por uma minoria branca durante séculos. Apesar das tentativas de limitar a ação rebelde, como a proibição da venda de armas aos africanos, estas agravaram-se com as revoluções Zulu e Mfecane e, migrações Nguni e Kololo e, por estarem centralizadas e mais fortes, assumiram o controle perante os demais, fracos e divididos.

Vista por políticos europeus com desmerecimento, a resistência à dominação foi visualizada pelos africanos como edificadora da nação. Entretanto, com as perdas expressivas de vidas humanas, prejuízos naturais provenientes de intempéries, fome, doenças, dentre outros infortúnios, emergiu nas pequenas comunidades africanas um sentimento de insegurança que se reverteu na temeridade para com os agressores.

O movimento missionário foi de extrema importância para a difusão do cristianismo, do ensino missionário e dos movimentos de resistência ao colonialismo da África. Seus autores foram responsáveis pela criação de uma classe de pequenos burgueses que vangloriavam a cultura branca e desprezavam a autóctone. Esses pequenos burgueses, que assimilaram os

ensinamentos transmitidos pelos missionários, acreditavam ser predestinados a utilizar os conhecimentos adquiridos para promover o desenvolvimento do território africano nos moldes europeus, pela introdução do cristianismo, da educação, do capitalismo, da industrialização e da ética protestante do trabalho. Essa elite, apesar de temer a superioridade bélica, apoiava os encaminhamentos coloniais pôr ve-los como caminho para se alcançar a "civilização". Esta, logo dividiu-se e foi considerada extremamente nociva às iniciativas de resistência. Enquanto defendiam o sistema colonial e condenavam o tradicionalismo africano, esses alienados estavam contribuindo para a gradativa dominação estrangeira e, concomitantemente, diminuindo as chances de surgir uma discussão maior acerca da capacidade de resistência.

As reações na porção meridional da África, mais uma vez, a exemplo de outras regiões do continente, diferenciaram-se dentre aqueles que se utilizaram do revide armado, os que optaram pelo protetorado e os adeptos das alianças.

11.7.6.1 Política de Confronto

Para os povos Zulu, Ndebele, Bemba e Yao, a decisão de confrontar-se com o invasor estrangeiro, partiu da necessidade de salvaguardar seus interesses, ameaçados perante a possibilidade de fragmentação de suas terras férteis e ricas em recursos minerais. Conseguiram resistir aos missionários e aliados europeus até 1870. No que concerne ao povo Zulu, este iniciou o conflito armado quando as possibilidades de acordo diplomático foram prejudicadas pela anexação do Transvaal pelos britânicos e *afrikaners*. Mesmo com todo o esforço de Cetshwayo, rei dos Zulus, seu território foi invadido pelos britânicos e, a Zululândia foi repartida, facilitando a ação estrangeira. O rei dos Ndebele, Lobengula, também seguiu a estratégia do rei Zulu, apelando para a investida armada em defesa dos interesses da nação, quando se esgotaram as possibilidades diplomáticas.

Além das várias táticas que foram postas em prática, o representante Ndebele, influenciado por conselheiros infieis, buscou aliar-se aos britânicos na pretensa intenção de afastar a interferência de outras ameaças (alemãs, portuguesas, *afrikaners*). Sempre que foi enganado por estes conselheiros conhecidos por *induna* (aliados dos ingleses), Lobengula prejudicou os interesses do povo Ndebele. Diante dos fatos, ao invés de combater com seu exército junto aos colonos, Lobengula tentou fugir para a Rodésia do Norte. Entretanto, morreu no caminho e com ele, a nação Ndebele, que, sem seu chefe, não teve chances de se manter.

11.7.6.2 Política do Protetorado

Na contramão da preferência Zulu e Ndebele, que optaram pela política de revide armado, os povos Ngwato, Lozi, Sotho, Tswana e Swazi, preferiram encaminhar negociações de aliança com o representante colonial no visível intuito de preservar a autoridade europeia, pois estavam iludidos por acreditar ser esta uma raça superior. Diante dessa situação, os ingleses foram incentivados a criar protetorados. Seus missionários, diante das várias reclamações dos africanos, procuraram limitar a expansão descontrolada dos colonos e a violência praticada por eles. O poder dos governantes autóctones, devido à sua fragilidade política e militar, baseava-se na emergência de "golpes de estado" e apoiavam-se nos missionários britânicos, pois temiam as ameaças de outros chefes. Assim sendo, esses chefes autóctones enfraqueceram-se, adotando a religião cristã e o protetorado inglês. Isso gerou a limitada capacidade de prosperidade dos territórios africanos que optaram por essa situação. Porém, preservou-se, através do protetorado, a sobrevivência do território. No caso dos grandes reinos, estes foram invadidos e divididos, pois, em função da elevada capacidade de revide, eram tidos como uma ameaça.

Os Tswana quando lutaram entre si pela posse da Bechuanalândia (atual Botswana), fragilizaram o território. Para restabelecer a ordem na colônia acabaram pedindo ajuda aos britânicos que enviaram um representante para gerenciar o protetorado britânico.

Divididos entre um grupo dominante, composto por imigrantes Nguni e, os dominados, representados pela porção autóctone (Sotho), os Swazi, por um bom tempo, não precisaram enfrentar os colonos. Porém, quando iniciaram-se na luta, sobreviveram às devastações provenientes da revolução Zulu, graças às alianças que articularam com outros povos. No início das contendas, Mswati, governante dos Swazi, acreditava que os colonos de Natal e do Transvaal eram aliados potenciais contra seus inimigos africanos. Entretanto, quando viu-se coagido por estes, que reclamavam concessões, distribuiu-as sem controle, prejudicando, assim, seus sucessores.

11.7.6.3 Política de Alianças

Fracos para resistir ao colonialismo, os povos Hlubi, Mpondomise, Bhaca, Senga, Njanja, Shona, dentre outros, não articularam alianças entre si, em função de desavenças internas. Entretanto, iludidos pela possibilidade de proteção, esses povos aliaram-se ao europeu.

Entre aqueles pequenos grupos acometidos por forte influência militar branca (Mfengu, os Tembu, os Njanja, os Cewa e os Tawara), haviam elementos instruídos que valorizavam a cultura europeia, a quem os britânicos, com promessas de proteção e alianças, conseguiram dividir e dominar à sua vontade.

No término do ano de 1890, quase que a totalidade da África meridional havia sofrido algum tipo de opressão colonial. O imposto de palhota, o trabalho forçado, o confisco de terras, além de outras intervenções, estiveram presentes por um bom tempo em várias porções do território meridional, além de se ampliarem ao longo do tempo. Na Rodésia, devido à presença maciça do homem branco, a administração rebatia qualquer possibilidade de ação que configurasse prejuízo econômico aos europeus, através do confisco de bens e de terras dos nativos. Estes, também, foram obrigados a trabalhar para o colono que fora atraído pela promessa de uma vida fácil e lucrativa. Todos esses acontecimentos geraram, na concepção dos africanos, um profundo sentimento de revolta e indignação que mais adiante viria a inspirar os futuros revides contra o europeu.

11.7.6.4 A Resistência Chimurenga dos Herero

Batizado com este nome pelo povo Shona, o movimento de resistência armada Chimurenga teve início quando grande parcela das tropas da Companhia Britânica de Rhodes, que ganhou a concessão do governo inglês para explorar a Mashonalândia e Matabelelândia, encontrava-se na África do Sul para lutar contra os boeres. Mesmo armados com equipamentos bélicos tradicionais, os rebeldes do movimento preocupavam a companhia que procurou cercá-los. Os consideráveis prejuízos que tiveram na Matabelelândia, também, influenciaram a companhia a tomar atitude por temer sua falência e, conseqüentemente, a intervenção do governo britânico. Com a vitória na Matabelelândia, o alvo da companhia passou a ser o movimento Chimurenga Shona. Mesmo tendo coordenado com engenho suas ações, os eficientes sacerdotes e profetas locais, conhecidos como *svikiro*, foram capturados. Sem o apoio destes, os chefes Shona desarticularam-se e enfraqueceram-se perante o invasor. Sendo assim, em 1903, o movimento chimurenga foi dominado.

Os Herero, sofrendo com as imposições coloniais, esperaram apenas uma oportunidade para demonstrarem sua indignação. Aproveitaram a retirada das tropas alemãs, em 1904, para conquistar os Bondelswarts, porém, o general alemão Von Trotha, decidido a entrar em conflito com estes, os massacrou, resultando em várias privações para os africanos (trabalhos forçados, pesados impostos, entre outras). Apesar de todas as privações, a chama da resistência permaneceu acesa na alma das futuras gerações da África meridional.

Com o desaparecimento por completo dos territórios dominados pelos autóctones, seus soberanos, por várias maneiras, buscaram lutar por sua identidade. Porém, diante do malogro por não possuírem uma nação própria, tentaram ao menos se adaptar ao colonialismo. Apesar das inúmeras tentativas de preservar a cultura tradicional, esta foi deixada de lado pela

preferência da cultura europeia, vista por muitos como referência no que dizia respeito ao desenvolvimento técnico e científico. Nesse contexto, os africanos optaram por manifestações pacíficas reivindicatórias, referentes aos direitos civis, liderados, principalmente no meio urbano por uma elite culta, por intermédio de instituições como a South African Native National Congress e a Native Welfare Association.

11.7.7 Resistência no Madagascar

Após o tratado Anglo-Merina (1817), Radama I, que iniciou a luta pela soberania autóctone, posteriormente contestada pela França, foi reconhecido como "rei de Madagascar" pelos ingleses, tendo o apoio destes para decretar, em 1822, sua soberania.

Os franceses, que inicialmente o questionaram, somente reconheceram a autoridade do seu sucessor, Radama II, em 1862, na condição de serem preservados os antigos estabelecimentos comerciais franceses, bem como os protetorados de Sakalava e Antakarana. Quando Radama II foi morto por uma oligarquia dirigente insatisfeita, que o considerava muito liberal e simpatizante do europeu, Rainilaiarivony, primeiro-ministro (1864-1895), assumiu, então, uma postura bastante flexível, tendo condições de preservar o poder sobre o reino por um bom tempo, até que os franceses, influenciados pela expansão do colonialismo imperial, retomaram sua luta por Madagascar.

A resistência armada nas áreas rurais e as duas guerras de 1883-1885 e 1894-1895, não bastaram para que os esforços de Rainilaiarivony, tecnicamente em desvantagem, no sentido de se preservar o reino, tivessem êxito. Entretanto, apesar da situação, muitos africanos ainda lutaram contra o colonialismo e depois a favor da independência.

Foi somente a partir de 1890, que os franceses passaram, então, a ver com maior clarividência, as possibilidades de exploração no Madagascar, onde empresários se mostraram instigados pelo numeroso mercado consumidor e pelas riquezas escondidas no território. Esse conjunto de fatores fomentou a ambição do europeu quanto às diversas possibilidades de extrair divisas nesse território.

Com o intuito de afastar as ameaças, os europeus tentaram diminuir as tensões que surgiam. A propaganda bem-sucedida de parlamentares da ilha, para atrair investidores e garantir os direitos históricos da França no Madagascar, foi feita com o apoio dos católicos de direita que temiam a concorrência dos protestantes na ilha, em função da ameaça britânica, interessada na região.

A rainha e o primeiro-ministro de Madagascar, que antes eram católicos, converteram-se ao protestantismo, sendo então, acusados pelos franceses de se posicionarem em favor dos

britânicos. Para demonstrar que estavam determinados a lutar pela independência, as autoridades locais optaram pelo liberalismo, separando a igreja do Estado, libertando escravos vindos do continente e assentando-os na ilha. Tudo isso para demonstrar sua vontade política em modernizar o território nos moldes do Estado civilizado europeu. Essas medidas do governo malgaxe, levaram os franceses a intervir militarmente no território. Mesmo com a tentativa europeia e americana de impedir o conflito, este foi inevitável no Madagascar que, isolado, foi atacado pela marinha francesa que visava estabelecer o protetorado em toda a ilha.

Rainilaiarivony, recusou-se a abdicar da independência da ilha. Entretanto, após a imposição de barreiras comerciais a seus produtos, este se viu coagido a aceitar um acordo de paz com os franceses, dando-lhes o direito de representar Madagascar, no exterior e, de instalar um residente-geral, em Tananarive. Esse acordo rendeu aos interessados inúmeros atritos, mas, apesar de tudo, o primeiro-ministro Rainilaiarivony conseguiu preservar seu posto. Sem recursos para pagar as indenizações de guerra aos franceses, o primeiro-ministro solicitou empréstimo a CENP (Comptoir National d'Escompte de Paris). Para pagar essas prestações foi disponibilizado aos franceses as tarifas alfandegárias dos rentáveis portos da ilha. Sem essa preciosa fonte de recursos para fomentar os cofres do Estado, o governo determinou o aumento de impostos e a ampliação do trabalho forçado. Essas medidas, que eram contrárias aos interesses das classes dominantes e estrangeiras, fizeram surgir descontentamentos, gerando uma crise de poder em Madagascar. Delas se aproveitaram os franceses para levar adiante seu projeto de protetorado.

Várias tensões surgiram em Madagascar, logo no início da conquista francesa, em 1894. O batismo de Ranavalona II, na religião cristã, repercutiu no declínio dos *sampy*, que centralizavam a base político religiosa da Imerina tradicional, pois muitos súditos seguiram seu exemplo, abalando, então, o equilíbrio existente entre a política, a economia e a religião. Apesar de todas essas tensões terem significado prejuízos aos Imerina, elas serviram para revelar as crises da coroa malgaxe, que mostrou-se fraca na resistência aos franceses. Entretanto, aquelas massas populares que não aceitaram a submissão, buscaram resistir à dominação francesa.

Fatores advindos da dominação colonial como: a falência visível dos dirigentes, o apoio do parlamento aos franceses e o autoritarismo de Rainilaiarivony, que o fez perder apoio de aliados e filhos, foram responsáveis pela desestruturação da sociedade malgaxe.

As relações dos *toko* de Imerina, com a oligarquia dominante em Madagascar, distinguiram-se temporariamente. Enquanto que, no início algumas foram privilegiadas, posteriormente, estas perderam espaço. Como foi o caso do Vakinisisaony e Ikelimalaza, que tiveram o reconhecimento de seus soberanos, mas, posteriormente, foram reconhecidos como

resistentes. No Norte dos *toko*, existiu a convivência entre adeptos da religião tradicional e os cristãos. Entretanto, após desavenças entre cristãos, essa tolerância mostrou-se prejudicada.

A queda de Tananarive, território que estava sob administração francesa, vista como precursora da decadência do mundo urbano cristão, repercutiu na reação do mundo rural que partiu em defesa do tradicionalismo. O levante de Amboanana (Menalamba) foi marcado como início da resistência popular aos franceses. Esse movimento de resistência conseguiu tomar Arivonimamo e reclamar a substituição do culto cristão, o retorno de crenças antigas, a depuração da classe dirigente, objetivando expulsar os franceses.

Os Menalamba, inspirados nas forças reais, organizaram suas tropas para atacar o poder oligárquico, dos propagadores do cristianismo, bem como os inimigos tradicionais. Todavia, o ataque às feiras e instituições símbolos da opressão, apesar de servirem para seu abastecimento durante os assaltos, afastaram uma parcela da população devido ao pânico que se configurou. As áreas fronteiriças de Imerina por serem de difícil acesso e distante de Tananarive, eram tidas como refúgio de desertores.

Os Menalamba eram formados por grupos excêntricos que não possuíam uma posição comum com relação à política e religião locais.

O malogro da resistência popular em Imerina deveu-se principalmente, à falta de articulação interna. Influenciadas pelos Menalamba, oposições populares surgiram no noroeste, onde, no caso dos merina, o objetivo maior foi tomar o controle da região dos crioulos e hindus. Entretanto, contra a sua autoridade, surgiram movimentos de contestação local. Sem opção e iludidos com a possibilidade de ajuda, aliaram-se aos franceses. Mais tarde, quando perceberam sua verdadeira intenção, revoltaram-se contra os mesmos, até que o general francês Galliéni substituiu seus dirigentes por representantes locais.

11.7.7.1 A Resistência das Populações Independentes

Para conquistar a ilha após a tomada de Tananarive, derrotar os movimentos Menalamba e implementar a ocupação de Imerina, fazia-se mister subjugar as regiões independentes. O Ambongo foi um exemplo de região onde os franceses, comandados por Galliéni, não tiveram muita dificuldade para implementar sua dominação, pois seu povo, mesmo tendo articulado agitações em defesa da independência, estava isolado e dividido politicamente. Em 1904, acabou o período de pacificação na ilha, quando todos os malgaxes investiram na resistência contrária à opressão colonial.

Além de serem diretamente responsáveis pela perda da liberdade e dignidade dos malgaxe, os franceses ainda tentaram aliená-los sob a alegação de "civilizar" o território. Quando

os malgaxes reagiram, Galliéni, para rebatê-los, diligenciou uma série de subterfúgios contra os nativos: implantou a desestruturação política; o trabalho forçado; o recrutamento de nativos à Primeira Guerra Mundial; a desapropriação de terras dos autóctones, em favor dos colonos e o confisco de suas melhores terras. Enfim, esse conjunto de opressões que se verificaram em toda sociedade malgaxe, repercutiram no despertar de diferentes reações ao colonialismo, enfraquecendo a autoridade dos nobres.

Com a ocupação completa efetivada em 1904, os colonizadores já temiam as contestações que, aos poucos, foram surgindo. A insurreição no Sudeste (1904-1905), o levante das províncias de Farafangana, de populações do Leste, bem como outras iniciativas, surgiram para atacar as bases militares estrangeiras por todo o território. Galliéni tentou justificar esses movimentos como fazendo parte de um "humor bélico" do africano. Entretanto, nada mais foi que o legítimo canal que os africanos encontraram para expressar sua insatisfação contra o colonialismo. Posteriormente, quando o discurso voltou-se em prol da independência, os insurretos malgaxes optaram por outra tática de luta, a resistência pacífica, que concernia no não cumprimento a contento das determinações coloniais, as quais na visão do colonizador, não representavam, no início, grandes riscos, até que surgiu o movimento *Sadiavahe* (1915-1917), revolta camponesa insatisfeita com os prejuízos causados pela colonização em Ampotaka.

Em Tananarive, a elite intelectual malgaxe fundou uma sociedade secreta conhecida por VVS, que tinha por objetivo denunciar, através da literatura, desmandos coloniais, como por exemplo, o ateísmo africano, bem como difundir o projeto nacional de incentivo ao nacionalismo malgaxe que, de certa forma, chegou a preocupar a autoridade colonial por esta temer o despertar da consciência nacionalista. Entretanto, apesar da colônia tentar enfraquecer a ação clandestina, esta incentivou a reivindicação política na imprensa e nos sindicatos.

Os ex-combatentes malgaxe, depois de participarem em favor dos franceses, na Primeira Guerra Mundial, retornaram ao seu país e reivindicaram os mesmos direitos dos franceses para o povo malgaxe. Sob o comando de Ralaimongo, que teve o apoio dos comerciantes da capital e de inúmeros europeus de esquerda, dentre outros, esses ex-combatentes malgaxes pediram o reconhecimento em massa da nacionalidade francesa para os malgaxes. Através de publicações em vários periódicos que, foram combatidos pelos europeus com represálias administrativas, buscaram divulgar ideias de seu interesse, como a criação de um conselho que servisse de canal para as solicitações malgaxes e, da representação autóctone no governo francês. Após um amadurecimento político do movimento nacionalista, em que a massa da população se mostrou favorável à liberdade, a elite recuou na ajuda por temer perder seus benefícios. Quando o ministro das colônias rejeitou o pedido de naturalização em massa, Ralaimongo partiu efetivamente em busca da independência.

A desarticulada resistência armada em Madagascar, apesar de ter sido expressiva, não conseguiu impedir a colonização da ilha. Entretanto, os combates da colônia fortaleceram o movimento nacional, mesmo com o empecilho das divisões internas que prejudicaram a unidade.

Após a análise do período que antecedeu à colonização do continente africano, bem como durante a sua implantação, podemos perceber, sem sombra de dúvida, que os movimentos de resistência a esse regime que na maior parte do território seguiu o modelo explorador, foi fato que se consumou por toda a África. Essa evidente reação à exploração territorial, política, econômica, social e cultural, em benefício de uma minoria interna e de seus aliados externos, trouxeram para a contemporaneidade do território africano heranças marcantes, como por exemplo, as desigualdades sociais. A busca da legitimação referente a soberania africana, somente foi possível a partir da contribuição desses chefes autóctones pretéritos que contestaram, em sua maioria, a submissão a uma autoridade estrangeira, mediante o gerenciamento dos movimentos de resistência, deixando assim, seu legado para que gerações futuras pudessem dar continuidade ao seu sonho de liberdade e independência. Entretanto, percebemos que tanto os objetivos, causas e consequências desses movimentos assumiram, no continente africano, uma postura incrivelmente heterogênea e de ampla interpretação.

Acreditamos que um aprofundamento das questões que “regulamentam” as fronteiras africanas durante o período de dominação estrangeira, bem como uma investigação mais aguçada no tocante às lutas internas atuais que assolam porções do continente, possam trazer compreensão e possíveis alternativas de soluções para essas contendas que entravam a dinâmica socioeconômica desses territórios.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos socioterritoriais analisam as lutas realizadas por grupos humanos em busca de objetivos que pretendem alcançar, tendo como suporte relevante, o território. Dessa forma, ao longo do presente trabalho tivemos a oportunidade de estudar movimentos socioterritoriais na América do Norte, América do Sul e África, nos quais os segmentos societários foram, ao longo dos seus processos de resistência, territorializados, desterritorializados ou reterritorializados.

Todavia, devemos ressaltar que não nos passou despercebida, no ritmo dos embates, a grande desigualdade evidenciada entre os que lutavam, sendo evidenciada em todos os casos, a figura do opressor e do oprimido. Frequentemente, esses últimos, lutaram até o esgotamento das suas forças, sem lograrem êxito, levando-se em conta os seus objetivos e ideais. Porém,

lutaram muito e, ao nosso ver foi quando os oprimidos se sobressaíram, porque, acreditavam no propósito que os moviam.

Assim, na América do Norte, os índios norte-americanos que habitavam as pradarias centrais eram os povos autóctones daquelas terras, desde tempos muito recuados. Entretanto, vieram os colonizadores e o governo norte-americano que, tendo em vista interesses econômicos capitalistas, os tiraram das suas moradas ancestrais e os aprisionaram nas chamadas reservas indígenas, onde se encontram até hoje, apesar de ter havido melhoras no que concerne aos direitos civis, nos Estados Unidos da América.

Em seguida, analisamos o Movimento Zapatista, na província de Chiapas, no México e, observamos que, inicialmente, o movimento optou pela luta armada. Algum tempo depois, os seus líderes, tendo melhor refletido, resolveram desenvolver o seu movimento de forma pacífica. Conseguiram, então, organizar o seu território de produção e sobrevivência, indo mais adiante, através da fundação de uma escola, cujo objetivo foi passar ao povo mexicano interessado, além de outros povos, a sua própria experiência, envolvendo os objetivos da sua luta, a forma como organizaram o seu território e o que realizam em prol da sua sobrevivência, no seu país.

Subsequentemente, ingressamos no continente sul-americano iniciando os nossos estudos, pelo Brasil, mediante a análise de quatro exemplos de movimentos socioterritoriais: o movimento do município de Silves, sediado no estado do Amazonas, contra a pesca predatória; o movimento dos povos da floresta, que resultou no território da Reserva Extrativista; o movimento negro, que resultou na existência dos territórios conhecidos como quilombos, no estado de Mato Grosso, no período colonial e, o movimento de resistência dos índios Waimiri-Atroari, permeado por realidades de grande contundência opressiva, resultando na diminuição do território daquele grupo indígena.

No que concerne à questão da pesca predatória, o movimento do povo de Silves focalizou a pesca predatória ocorrente, principalmente, nos lagos do referido município, acarretando várias providências tomadas pelos originários daquela área, no visível propósito de questionar a pesca ilegal que estava ocorrendo naquelas paragens, prejudicando uma das principais fontes alimentares daquele povo. Na sequência, foi discutido o movimento dos seringueiros e castanheiros de Xapuri, no estado do Acre, que após muitos “empates” e vários episódios de repressão contra os moradores da floresta, estes conseguiram estabelecer o seu território de sobrevivência, através da reserva extrativista, mediante a qual, apesar da terra pertencer à União, eles detêm o usufruto das mesmas. Atualmente, há várias reservas extrativistas em nosso país, regulamentadas por lei, ainda que muito resta por ser feito em benefício dessas reservas.

O terceiro movimento socioterritorial estudado remeteu-se ao quilombo de Quariterê que, como sabemos, se tratou de um território organizado pelos negros que fugiram da opressão

do trabalho escravo, aliás, em várias áreas do nosso país. Neste caso, o quilombo não permaneceu, por longo tempo, nas mãos dos seus fundadores, em face da intervenção das autoridades, no decurso do período colonial.

Finalmente, nos defrontamos com o movimento dos índios Waimiri-Atroari. Esses índios sempre se distinguiram, ao longo de sua história, por terem logrado notoriedade pelas suas lutas incansáveis contra invasores de suas terras. Os seus dissabores tiveram grande significado, até mesmo, em período recente, no decurso do Estado Militar, quando suas terras foram invadidas e largamente prejudicadas por iniciativas de empresas capitalistas. Hoje, suas terras têm menor extensão por conta das aludidas intervenções, sendo a situação desses índios agravada por terem assinado documentos “acordando” uma série de compromissos com as empresas, sem que os referidos soubessem o conteúdo lavrado em tais documentos.

Na continuidade da nossa análise, ainda na América do Sul, estudamos o movimento de resistência dos camponeses bolivianos, em prol do estabelecimento das Zonas de Reservas Camponesas e, na Colômbia, o movimento dos indígenas relativo à questão da terra, de acordo com o seu valor econômico, político, cultural, étnico e religioso, chamado de “comunario”. Portanto, segundo os guaranis, o território é o espaço que tem três divisões: a *Oka* (onde se encontram casas, escolas, postos), a *Koorenda* (as atividades agropecuárias) e a *Guatarenda* (que recria sua cosmovisão, a relação com a propriedade da natureza).

Todavia, tanto no caso colombiano quanto no contexto da luta boliviana, observamos lutas que envolvem os governos dos respectivos países, além de interesses capitalistas dominantes, gerando muitos problemas para os defensores dos camponeses e autóctones, bem como as dificuldades enfrentadas pelos próprios protagonistas em sua luta continuada pela posse da terra, fatos que persistem, até hoje.

No que tange aos movimentos de resistência socioterritoriais relativos ao continente africano, constatamos uma luta extremamente desigual entre os africanos e os países colonialistas europeus que se apossaram das suas terras. No caso africano, o domínio econômico e político do território, levado à termo por nações estrangeiras que se apropriaram, por interesses capitalistas, do território do continente em questão, constituiu o ponto crucial das lutas dos povos africanos que jamais concordaram com a presença estrangeira em suas terras. Entretanto, na maior parte dos movimentos de resistência, os naturais da África não obtiveram o resultado que mais almejavam, isto é, reaverem suas terras libertas do domínio estrangeiro, tendo em vista a desigualdade logística e de equipamentos bélicos existentes entre os africanos e os invasores estrangeiros. O que se verificou foi que, os povos africanos perderam, por um período da sua história, a posse dos seus territórios, sem, todavia, terem se retirado dos mesmos, tendo permanecido nas suas terras, sob o domínio da opressão dos colonialistas

européus. Essa situação só foi modificada, quando do advento dos movimentos de independência que, resultaram no estabelecimento dos atuais estados africanos, que, enfrentam até hoje as consequências resultantes da forma como os colonizadores “organizaram” o território africano, de acordo com os seus próprios interesses, ignorando sumariamente, a visão de tais territórios sob a ótica africana que sempre se notabilizou pela questão étnica, cultural e religiosa.

Após os nossos estudos, percorrendo continentes e contextos diferenciados, chegamos à conclusão de que a humanidade, ao longo da sua trajetória, sempre criou opressões, desigualdades e injustiças sociais. Entretanto, pensamos que se nos dedicarmos mais amiudadamente aos ritmos reais desses movimentos de resistências socioterritoriais, como geógrafos, poderemos sim, darmos uma contribuição para a melhoria dos resultados logrados pelos oprimidos e injustiçados. Assim, teremos colocado a ciência que abraçamos, verdadeiramente a serviço da humanidade.

13. REFERÊNCIAS

- ABDALLA JUNIOR, L. *Relatório de Atividades – Projeto RESEX II – BRA 99/020*. IBAMA. Outubro e Novembro, 2005.
- ACRE. *Zoneamento Ecológico-Econômico: Recursos Naturais e Meio Ambiente – Documento final*. Governo do Estado do Acre. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. Rio Branco: SECTMA, 2000.
- ADDOR, F. *20 anos do Movimento Zapatista*. Le Mond Diplomatic Brasil - Ano 7 - Número 81 - abril de 2014. São Paulo. p. 26-27, 2014.
- Batalha de Little Bighorn*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha_de_Little_Bighorn. Acesso em: 06/04/2016.
- BONNIFIELD, P. *The Dust Bowl: Men, Dirt, and Depression*. Albuquerque, New Mexico: University of New Mexico Press, 1978.
- CAMACHO, N. B. *El Movimiento Campesino Boliviano: entre la resistencia y la adaptación*. Informe final del concurso: Culturas e Identidades em América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas, 2001.
- CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação. *Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90*. São Paulo: Bandeirantes S. A. Gráfica e Editora, 1991.
- CHAVES, O. R. *Escravidão em Zona de Fronteira: Resistência Escrava em Mato Grosso (Século XVIII)*. In: *Fronteira, Memória e Linguagem* (vários autores). p. 9-30 – Campinas, São Paulo: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.
- CIMI – Conselho Indigenista Missionário. *Massacre*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- CNS - Conselho Nacional de Seringueiros. *Relatório Socioeconômico e Cadastro da Reserva Extrativista Chico Mendes*. Rio Branco/Acre, 1992. Disponível em: <http://www.chicomendes.org.br/seringueiros13.php>. Acesso em: 12/12/2005.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo – Brasil – 2004*. Goiânia: CPT, 2005.
- COSTA, E. S. *Movimentos Sociais Latino-Americanos: A Chama dos Movimentos Campesino-Indígenas Bolivianos*. Jundiá: Paco Editorial, 2014.
- CUBAS, T. E. A. *Estudo da Contribuição da Imprensa na Representação dos Camponeses e Ruralistas no Pontal do Paranapanema, de 1998 a 2008*. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Presidente

- Prudente, 2009. 107 p. (Monografia em Geografia).
- ECOFA – Ecologia e Ação. *Pesca Predatória Diminui Estoque de Peixes da Amazônia*. Disponível em: <<http://www.riosvivos.org.br/Noticia/Pesca+predatoria+diminui+estoque+de+peixes+da+Amazonia/1607>>. Acesso em: 11/08/2015.
- ENCONTRO NACIONAL DOS POVOS DA FLORESTA. *Aliança dos Povos da Floresta - Histórico*. Documento eletrônico. Brasília, 2007a. Disponível em: <http://movimentos%20sociais/movimentos%20sociais%20-%20am%C3%A9rica%20do%20sul/brasil/movimentos%20sociais%20-%20reserva%20extrativista/alian%C3%A7a%20dos%20povos%20da%20floresta.pdf>. Acesso em: 24/09/2015.
- FAIRCHILD, D. H.; KLETE, J. E. *Woody Landscape Plants for the High Plains*. Technical Bulletin. Colorado State University, 1993.
- FERNANDES, B. M. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: Contribuição Teórica para uma Leitura Geográfica dos Movimentos Sociais. *Revista Nera*. Presidente Prudente, v. 6, n. 8, p.24-34, 2005. Semestral. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1460/1436>>. Acesso em: 19/11/2013.
- _____. Sobre a Tipologia de Territórios. In: SAQUET, A. M.; SPOSITO, E. S. *Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos*. p. 197-215. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- Grandes Planícies*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Grandes_Plan%C3%ADcies. Acesso em: 06/04/2016.
- GRANT, M. J. *Down and Out on the Family Farm: Rural Rehabilitation in the Great Plains, 1929-1945*. University of Nebraska Press, 2002.
- GOHN, M. G. *Teorias dos Movimentos Sociais – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GOVERNO FEDERAL. INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. *PLANO DE MANEJO DA RESEX CHICO MENDES*. Xapuri (AC), 2006.
- HAMIL, H. *Colorado Without Mountains. A High Plains Memoir*. Kansas City. Missouri: The Lowell Press, 1976.
- HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA, VII: *África sob a Dominação Colonial, 1880-1935* / Editado por Albert Adu Boahen – 1040 p. 2 Ed. Rev. – Brasília: Unesco, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Demográfico de 2000*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=310/tabela13_1.shtm&paginaatual=1&uf=13&letra=S. Acesso em: 05/04/2016.
- LINERA, A. G. La Potencia Plebeya. Acción Colectiva e Identidades Indígenas, Obreras y Populares em Bolívia. In: *publicación: CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales)*. Buenos Aires: PROMETEO libros, 2008.
- MAIA, E. M. G. *Relatório: Proposta de estratégia de comunicação para divulgação das atividades do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Chico Mendes*. CNPT/ACRE. Janeiro, 2006.
- MELO, G. M. *Relatório Final: Sistematizando todos os Resultados obtidos junto às Lideranças Comunitárias e ao Conselho Deliberativo, contendo as estratégias e propostas para os Programas e Subprogramas a serem incorporados ao Plano de Manejo de Uso Múltiplo da Resex Chico Mendes*. IBAMA, CNPT. Brasília/DF, 2006a.
- MENDES, Icmbio-Instituto Chico. *RESEX CHICO MENDES*. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/resex_chico_mendes.pdf>. Acesso em: 20/04/2016.
- PEDON, N. R. *Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica*. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Presidente Prudente, 2009. 235 p. (Tese de Doutorado em Geografia).
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES. *SILVES*. Site da Prefeitura Municipal de Silves/AM. 2016. Disponível em: <<http://www.silves.am.gov.br/portal1/mu>

- nicipio/historia.asp?iIdMun=100113055.
Acesso em: 11/08/2015.
- REGALSKY, P. *Etnicidad y Clase*. La Paz. Bolívia: Plural, 2003.
- _____. Territorio e Interculturalidad: La participación campesina indígena y reconfiguración del espacio andino rural. In: ENRIQUE, L.; REGALSKY, P. (orgs.). *Movimientos Indígenas y Estado em Bolivia*. Andes: Ed. PROEIB, 2005.
- REIS, J.; GOMES, F. S. *Liberdade por um Fio: História dos Quilombos no Brasil*. p. 213-239. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RIBEIRO, S. A. de O. *Vida e Morte no Amazonas*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- SALATI, E. et al. *Amazônia: Desenvolvimento, Integração, Ecologia*. São Paulo: Brasiliense e Cnpq, 1983.
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, 2008.
- SIMONETTI, M. C. L. A Geografia dos Movimentos Sociais em Tempos de Globalização: MST e o Zapatismo. *Revista Nera*, Presidente Prudente. Ano 10, nº 11, p. 122-130, Jul.-Dez./2007. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1412/1393>. Acesso em: 19/04/2016.
- SOBREIRO FILHO, J. Contribuição para a Construção do Conceito de Movimentos Socioterritoriais e Análise das Dissensões e Formação do “Mst da Base” no Pontal do Paranapanema. *E-revista Unioeste – Projeto Saber – Geografia em Questão*, Vol. 3, nº 1, 2010. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquesta/article/view/4297>. Acesso em: 24/09/2015.
- STEGNER, W. *Wolf Willow, A history, a story, and a memory of the last plains frontier*. New York: Viking Compass Book, 1966.
- TAVEIRA, V. Luta Campesina. *Revista Caros Amigos*. Ano XVIII. Nº 211. p. 14-15. Outubro 2014. São Paulo: Editora Caros Amigos Ltda, 2014.
- VOLPATO, L. R. R. Quilombos em Mato Grosso: Resistência Negra em Área de Fronteira. In: REIS, J.; GOMES, F. S. *Liberdade por um Fio: História dos Quilombos no Brasil*. p. 213-239. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- WISHART, D. J. *Encyclopedia of the Great Plains*. University of Nebraska Press, 2004.

14. BIBLIOGRAFIA

- AMIN, S. "Underdevelopment and Dependence in Black Africa: Origins and Contemporary Forms". *JMAS*, X, 4:503-24, 1972.
- BATES, R. H. *Markets and States in Tropical Africa: The Political Basis of Agricultural Policies*. London, 1981.
- BRUNSCHWIG, H. *A Partilha da África Negra*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- CARTER, G. (org.). *Africa One-Party States*. Ithaca, 1962.
- _____. (org.). *Five African States*. Ithaca, 1963.
- _____. *Politics in Africa*. New York, 1966.
- CHILCOTE, R. H. *Portuguese Africa*. Englewood Cliffs, 1967.
- COLEMAN, J. e ROSBERG, C. G. (orgs.). *Political Parties and National Integration in Africa*. Berkeley, 1964.
- CROWDER, M. *West Africa under Colonial Rule*. London: Hutchinson, 1968.
- DAVIDSON, B. *The African Past*. London: Longman, 1964.
- GANN, L. H. e DUIGNAN, P. (orgs.). *Colonialism in Africa, 1870-1960*. 5 vols. Cambridge, 1969-1975.
- GIFFORD, P. e LOUIS, W. M. R. (orgs.). *Britain and Germany in Africa: Imperial Rivalry and Colonial Rule*. New Haven, 1967.
- GIFFORD, P. e LOUIS, W. M. R. (orgs.). *France and Britain in Africa: Imperial Rivalry and Colonial Rule*. New Haven, 1971.
- HODGKIN, T. *African Political Parties*. Harmondsworth, 1961.
- _____. *Nationalism in Colonial Africa*. London, 1956.
- HUNTER, G. *The New Societies of Tropical Africa*. London, 1962.
- KAMARCK, A. M. *The Economics of African Development*. London, 1967.
- KANYA-FORSTER, A. S. "Mali-Tukulor". In: CROWDER, M. (org.). *West African Resistance*. p. 53-79. 1971.
- KI-ZERBO, J. *História da África Negra*. Lisboa: Europa-América, 1972.
- LEGUM, C. *Pan-Africanism: a Short Political Guide*. London, 1962.

- LINHARES, M. Y. *A Luta Contra a Metrópole*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MEMMI, A. *Retrato do Colonizado Precedido do Retrato do Colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MUNRO, J. F. *Britain in Tropical Africa, 1880-1960: Economic Relations and Impact*. London, 1984.
- N KRUMAH, K. *A Luta de Classes na África*. Lisboa: Sá Costa, 1977.
- OLIVER, R.; FAGE, J. *Breve História da África*. Lisboa: Sá Costa, 1980.
- PÉLISSIER, R. *Les Territoires Espagnols d'Afrique*. Paris, 1969.
- RODNEY, W. "Political Economy of Tanzania, 1890-1934", Seminário. Departament of History, University of Dar-es-Salaam. s.d.
- SEGAL, R. *Political Africa*. London, 1961.
- SHOUQAIR, N. *Gurafiat wa Ta'rikh al-Sudan*. Beyrouth, 1967.
- STEINHART, E. s. d. "Anti-colonial resistance and nationalism, the Nyangire rebellion".
- UNESCO. *História Geral da África*. Vol. I. São Paulo: Ática Unesco, 1982.
- WHEELER, D. L. e CHRISTENSEN, C. D. "To rise with one mind: the Bailunduwar of 1902". In: HEIMER, F. W. (Org.). *Social Change in Angola*. p. 53-92. 1972.
- WODDIS, J. *África: As Raízes da Revolta*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

Artigo recebido em: 17/10/2016

Aceito em: 30/11/2016